

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
[2010-2011]

O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NO PORTO ENTRE 1933 E 1956

Vera Márcia dos Santos e Silva



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITECTURA

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
[2010-2011]

**O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA CONSTRUÇÃO
DE HABITAÇÃO NO PORTO ENTRE 1933 E 1956**

Vera Márcia dos Santos e Silva



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITECTURA

ORIENTAÇÃO: ARQUITECTO ELISEU MANUEL VIEIRA GONÇALVES

RESUMO

O presente trabalho diz respeito à intervenção cooperativa enquanto alternativa à promoção pública de habitação no Porto durante as primeiras décadas do Estado Novo.

O desenvolvimento da investigação teve como suporte o universo constituído pelos projectos de habitação realizados no âmbito de cooperativas e licenciados pela Câmara Municipal do Porto entre 1933 e 1956, data de promulgação do Plano de Melhoramentos da Cidade. O tratamento desta informação resultou na organização de uma base de dados informática, na qual todos os projectos registados foram catalogados através da sistematização de procedimentos e da distinção das principais formas da intervenção cooperativa na cidade.

A análise dos elementos recolhidos clarificou, em primeiro lugar, as dicotomias existentes entre as promoções cooperativa e pública de habitação no Porto, num contexto de graves carências de alojamentos sociais, permitindo a distinção dos modelos de habitação utilizados na estruturação e preenchimento da cidade, a identificação das tipologias e o destaque dos arquitectos/autores directamente envolvidos na produção arquitectónica. O levantamento exaustivo de toda a obra projectada submetida a licenciamento (edifícios isolados, conjuntos e bairros) possibilitou, ainda, a construção dos fundamentos da *arquitectura social cooperativa* na primeira metade do século XX através da identificação de três níveis de intervenção: construção dispersa, em banda e concentrada. Em cada um destes níveis destacaram-se, respectivamente, algumas questões colocadas no contexto ideológico e social do Estado Novo, nomeadamente as vantagens da utilização do alojamento unifamiliar e de determinado tipo de composição arquitectónica, a importância da mobilidade e da opção por uma construção em sequência numa mesma rua com destaque para alguns projectos de conjunto e a construção de bairros residenciais com recurso à seriação e modulação de elementos construtivos para a obtenção da economia necessária.

No entanto, na prática, este sistema cooperativo não constituiu, durante as primeiras décadas do Estado Novo, uma resposta eficaz ao problema de habitação das classes mais desfavorecidas da população.

Palavras-chave: construção cooperativa; bairro cooperativo; habitação; cooperação; casa económica; conjunto urbano; Porto século XX; Estado Novo.

ABSTRACT

This study concerns the cooperative intervention as an alternative to public housing promotion in Porto during the first decades of the New State.

The development of this research was supported by the universe of housing projects carried out by cooperatives and licensed by the City Council of Porto between 1933 and 1956, date of the ratification of the City Improvement Plan. The processing of this information resulted in the organization of a computer database, in which all the registered projects were cataloged through the systematization of procedures and the distinction of the main forms of cooperative action in the city.

The analysis of gathered evidence clarified, in first place, the existing dichotomies between the cooperative and the public promotions of housing in Porto, in a context of serious deficiencies of social housing, allowing the distinction of urban models used in the construction and completion of the city, the identification of the develop typologies of housing and the distinction of the architects/authors directly involved in the architectural production. The exhaustive survey of all the licensed work (individual buildings, groups and neighborhoods) also resulted in the construction of the foundations of *cooperative social architecture* in the first half of the 20th century through the identification of three levels of intervention: dispersed construction, in band and concentrated. In each of this levels stood out, respectively, some questions concerned the social and ideological context of the New State, namely the advantages of single-family housing and certain types of architectural design, the importance of mobility and the option for building sequences in the same street with emphasis on some group projects and the construction of residential neighborhoods based on modulation of constructive elements to obtain the necessary economy.

However, in practice, this cooperative system was not, during the first decades of the New State, an effective response to the housing problem of the lower classes of the population.

Keywords: cooperative construction; cooperative neighborhood; housing; cooperation; economic house; urban complex; Porto XX century; New State.

RÉSUMÉ

Ce travail concerne l'action coopérative comme alternative à la promotion de logements publics à Porto lors les premières décennies de l'État Nouveau.

Le développement de la recherche a été soutenue par l'univers de projets de logements entrepris pour les coopératives d'habitation et autorisées par la ville de Porto entre 1933 et 1956, date de promulgation du Plan d'Amélioration de la Ville. Le traitement de cette information conduit à l'organisation d'une base de données informatique, dans lequel tous les projets enregistrés ont été catalogués par la systématisation des procédures et par la distinction des principales formes de l'action coopérative dans la ville.

L'analyse des éléments recueillis clarifié, en premier lieu, les dichotomies entre les promotions coopérative e publique d'habitation à Porto, dans un contexte de grave pénurie de logements sociaux, permettant la distinction des modèles de logement utilisés dans la construction et l'achèvement de la ville, la identification des typologies de logements élaborées et la spécification des architectes/auteurs directement impliqués dans la production architecturale. L'enquête exhaustive de toutes les œuvres soumis à autorisation (bâtiments individuels, complexes urbains et quartiers) a permis, encore, la construction des fondements de l'*architecture sociale coopérative* dans la première moitié du XX^{ème} siècle à travers de la identification de trois niveaux d'intervention: construction disperse, dans la bande et concentrée. Dans chacun de ces niveaux se distinguent, respectivement, certaines questions dans le contexte social et idéologique de l'Etat Nouveau, tels que les avantages de maisons unifamiliales et de certains types de conception architecturale, l'importance de la mobilité et le choix d'une séquence de construction dans la même rue avec l'accent sur des projets de groupe et la construction de quartiers résidentiels basée sur la modulation des éléments constructifs pour obtenir l'économie nécessaire.

Cependant, en pratique, ce système coopératif n'a pas été, durant les premières décennies de l'État Nouveau, une réponse efficace au problème du logement des classes inférieures de la population.

Mots-clés: construction coopérative; quartier coopérative; logement, coopération; maison économique; ensemble urbain; Porto XXe siècle; État Nouveau.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	1
[1] INTRODUÇÃO	2
[1.1] Identificação do objecto de estudo	4
[1.2] Problemática e objectivos	6
[1.3] Metodologia de análise	8
[1.4] Estrutura da dissertação	11
[1.5] O estado do conhecimento	13
[2] A FORMAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVO E A QUESTÃO DO ALOJAMENTO OPERÁRIO	15
[2.1] Enquadramento	16
[2.2] Génese e importância do sistema cooperativo	21
[2.3] As cooperativas de habitação	25
[3] A ACÇÃO COOPERATIVA	32
O EXEMPLO DA COOPERATIVA “O PROBLEMA DA HABITAÇÃO”	
[3.1] Antecedentes: o contexto europeu	33
[3.2] As cooperativas de habitação em Portugal	39
[3.2.1] Orgânica de funcionamento	44
[3.2.2] A cooperativa “O Problema da Habitação”	46
[4] NÍVEIS DE INTERVENÇÃO COOPERATIVA	51
[4.1] Delimitação do campo de trabalho	52
[4.2] Tipos de inserção no espaço urbano	54
[4.3] Definição dos níveis da intervenção cooperativa	58
Mapa de Análise da Intervenção Cooperativa no Porto entre 1933 e 1956	61
[5] CONSTRUÇÃO DISPERSA: AS FORMAS DA CASA COOPERATIVA	62
[5.1] Construção dispersa	64
[5.2] A casa cooperativa e a ideologia dominante	66
[5.3] Linguagens arquitectónicas da casa cooperativa	69
[5.4] Organização do espaço doméstico	75
[6] CONSTRUÇÃO EM BANDA: SEQUÊNCIAS URBANAS	79
[6.1] Habitação cooperativa e mobilidade	80
[6.2] Sequências urbanas	83
[7] CONSTRUÇÃO CONCENTRADA: BAIRROS COOPERATIVOS	96
[7.1] Construção concentrada	97
[7.2] Morfologia dos bairros cooperativos	99
[7.3] Bairro de Lordelo do Ouro (1955)	101
[7.4] Bairro Leão XIII (1956)	105

[8] CONCLUSÕES	109
[8.1] Promoção estatal e promoção cooperativa	110
[9] ELEMENTOS DE REFERÊNCIA	114
[9.1] Bibliografia	115
[9.2] Fontes	123
[9.3] Legislação	124
 ANEXO 1	 125
QUADROS DE REFERÊNCIA	126
Quadro I:	127
Características dos Programas de Habitação Social promovidos pelo Estado Novo	
Quadro II:	128
Características do Programa de Casas Económicas	
Quadro III:	129
Construção de Habitação Social Pública na Cidade do Porto até 1965	
Quadro IV:	130
Distribuição da Construção Social Pública na Cidade do Porto até 1965	
Quadro V:	131
Características das Classes de Construção da Cooperativa “O Problema da Habitação” em 1956	
Quadro VI:	132
Pedidos de Licença de Obra de Cooperativas de Habitação para Construção de Edifícios no Porto entre 1933 e 1956	
Quadro VII:	133
Número de Fogos Construídos por Cooperativas de Habitação no Porto entre 1933 e 1956	
Quadro VIII:	134
Tipologias Construídas por Cooperativas de Habitação no Porto entre 1933 e 1956	
 ANEXO 2	 135
FICHAS DE LICENÇAS DE OBRAS	136
[1] Habitação Isolada: casos exemplares	137
[2] Habitação Agrupada: casos exemplares	143
[3] Habitação em Banda: casos exemplares	149
[4] Habitação Contígua: casos exemplares	156

ÍNDICE DE IMAGENS

Fig. 01	Bairro do Ilhéu, 1935	18
Fig. 02	Bairro das Condominhas, 1937	18
Fig. 03	Bairro do Amial, 1938/58	18
Fig. 04	Bairro de Costa Cabral, 1940	18
Fig. 05	Bairro do Marechal Gomes da Costa, 1950	18
Fig. 06	Bloco Saldanha, 1940	19
Fig. 07	Bairro de Rebordões, 1942	19
Fig. 08	Bairro do Bom Sucesso, 1956	19
Fig. 09	Bairro Pio XII, 1957	19
Fig. 10	Falanstério de Fourier	29
Fig. 11	Bairro de Sampaio (primeiro troço: quatro habitações); Sociedade Bairro de Sampaio, 1923-1930 Fonte: BARBOSA (1930), p. 121	30
Fig. 12	Familistério de Guise, Godin, 1846 Fonte: www.familistere.com	30
Fig. 13	Rowton-House de Newington-Butts, Inglaterra Fonte: AZEVEDO (1929), p. 73	33
Fig. 14	Habitações operárias de Mulhouse, Alsácia, França Fonte: www.doportoenaoso.blogspot.com	34
Fig. 15	Planta da cidade-jardim de Draveil, França Fonte: KAMOUN (2001), p. 54	35
Fig. 16	Cidade-jardim de Draveil, cooperativa “Paris Jardins”, 1912 Fonte: KAMOUN (2001), p. 54	35
Fig. 17	<i>Cité Edouard Herriot</i> , quarteirão da Cruz Vermelha da cooperativa “L’Avenir”, Lyon, 1920/22 Fonte: GAGES (1989), p. 27	36
Fig. 18	Habitação construída pela Sociedade “Amsterdamsch Boun-fonds”, Holanda Fonte: AZEVEDO (1929), p. 79	38
Fig. 19	Rua do Grupo 10 de Maio. Aucíndio dos Santos, arq. 1930	40
Fig. 20	Logotipo: “Um lar para cada um”, lema da Cooperativa “O Problema da Habitação”, fundada em 1926 Fonte: Brochura dos Estatutos aprovados pela Cooperativa “O Problema da Habitação” em Assembleia Geral de 28 de Dezembro de 1956	47
Fig. 21	Brochura dos Estatutos aprovados pela Cooperativa “O Problema da Habitação” em Assembleia Geral de 28 de Dezembro de 1956	47
Fig. 22	Localização dispersa da habitação cooperativa entre 1933 e 1956 em torno da Quinta do Covelo	65
Fig. 23	Rua de Sousa Pinto, 188. Aucíndio dos Santos, arq. 1943	69
Fig. 24	Rua do Monte Alegre, 77. Aucíndio dos Santos, arq. 1947	69
Fig. 25	Rua de São Dinis, 670-678. Aucíndio dos Santos, arq. 1947	69
Fig. 26	Rua de Augusto Gil, 28. João Queiroz, arq. 1942	70
Fig. 27	Rua de Sousa Pinto, 271. João Queiroz, arq. 1946	70
Fig. 28	Rua de Fez, 681-687. Mário Abreu, arq. 1945 Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 416/1945 (desenho interpretativo)	70

Fig. 29	Rua do Barão de Nova Sintra, 439. Mário Abreu, arq. 1948 Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 225/1948 (desenho interpretativo)	70
Fig. 30	Rua das Artes Gráficas, 67. Leandro de Moraes, arq. 1934	71
Fig. 31	Estrada da Circunvalação, 3061. Manuel Passos Junior, arq. 1943	71
Fig. 32	Rua Garcia da Orta, 22-32. João Queiroz, arq. 1943	71
Fig. 33	Rua Garcia da Orta, 22-32. João Queiroz, arq. 1943 Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 322/1943, p. 7	72
Fig. 34	Rua de Santos Pousada, 1274. Viana de Lima, arq. 1942	73
Fig. 35	Rua de Santos Pousada, 1274. Viana de Lima, arq. 1942 Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 30/1942, p. 8-9	73
Fig. 36	Rua de Vitorino Damásio, 120. Viana de Lima, arq. 1950	74
Fig. 37	Rua de Martim Moniz, 1017. Afonso Proença, eng. c. 1956	74
Fig. 38	Esquemas de distribuição interna de casas unifamiliares	77
Fig. 39	Esquemas de distribuição interna de casas bifamiliares	78
Fig. 40	Rua de Belém (parcial)	84
Fig. 41	Rua de Belém (parcial)	84
Fig. 42	Rua de Belém (parcial)	84
Fig. 43	Rua de Belém, 424-460 (alçado principal) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 308/1949, p. 11	85
Fig. 44	Rua de Belém, 424-460 (plantas) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 308/1949, p. 8	85
Fig. 45	Rua do Monte Aventino (parcial)	87
Fig. 46	Rua do Monte Aventino, 80-132 (alçado principal parcial) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 580/1956, p. 16	87
Fig. 47	Rua do Monte Aventino, 80-132 (plantas) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 580/1956, p. 55	87
Fig. 48	Rua do Monte Aventino (parcial)	89
Fig. 49	Rua do Monte Aventino, 166-214 (plantas e alçado principal parcial) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 256/1956, p. 5-8	89
Fig. 50	Rua de Sousa Pinto (parcial)	91
Fig. 51	Rua do Cónego Ferreira Pinto (parcial)	91
Fig. 52	Rua de Fez (parcial)	92
Fig. 53	Rua de Fez, 1044-1070 (alçado parcial) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 177/1950, p. 7	92
Fig. 54	Rua de Fez, 1044-1070 (plantas) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 177/1950, p. 6	92
Fig. 55	Rua de Fez (parcial)	93
Fig. 56	Rua de Rui Faleiro (parcial)	94
Fig. 57	Bairro de Lordelo do Ouro (implantação – projecto inicial) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 653/1955, Volume 1	100
Fig. 58	Bairro Leão XIII (implantação – projecto inicial) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Divisão Municipal de Cartografia e Cadastro	100
Fig. 59	Bairro de Lordelo do Ouro (parcial). Mário Bonito, arq. 1955	101

Fig. 60	Bairro de Lordelo do Ouro (loteamento) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 653/1955, Volume 1 (desenho adaptado pela autora)	102
Fig. 61	Bairro de Lordelo do Ouro (módulos de construção – Tipos A, B e C) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 653/1955, Volume 1 (desenho adaptado pela autora)	104
Fig. 62	Bairro Leão XIII (parcial)	105
Fig. 63	Bairro Leão XIII (loteamento) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. Alt. n.º 210/1976 (desenho adaptado pela autora)	106
Fig. 64	Bairro Leão XIII (módulo de construção) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. Alt. n.º 210/1976 (desenho adaptado pela autora)	108
Fig. 65	Bairro Leão XIII (ampliação do módulo) Fonte: Arquivo Geral da CMP, Lic. Alt. n.º 210/1976 (desenho adaptado pela autora)	108

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, os meus agradecimentos são dirigidos ao Arquitecto Eliseu Gonçalves, orientador desta dissertação, pela disponibilidade, amabilidade, interesse e apoio demonstrados ao longo de todas as fases de elaboração deste trabalho. Agradeço a sua orientação nos domínios da habitação social na cidade do Porto e a permanente sugestão de novos elementos, interpretações e livros de referência. Agradeço, ainda, o empenho e a paciência demonstrados na leitura e comentário dos textos, assim como todas as sugestões, dúvidas e críticas efectuadas, as quais permitiram a clarificação de muitas ideias e conceitos, com a consequente melhoria dos resultados.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Histórico e do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, sem os quais a realização desta investigação não seria possível, tendo contribuído significativamente para os resultados obtidos. Agradeço em especial à Doutora Branca Rocha e à Doutora Madalena Peixoto do Arquivo Geral pela atenção e profissionalismo demonstrados na procura e disponibilização de todos elementos solicitados.

Agradeço a ajuda preciosa do Senhor Presidente da Cooperativa “O Problema da Habitação”, Alfredo Moreira, pela entrevista concedida e partilha do seu conhecimento e saber, revelando-se essencial para o entendimento do funcionamento das cooperativas de habitação até 1974.

Agradeço ao meu marido Augusto pelo seu apoio e incentivo incondicionais e por nunca deixar de acreditar nas minhas capacidades.

[1] INTRODUÇÃO

“Num dia chuvoso e frio de Dezembro de 1926, um modesto trabalhador da companhia da Carris do Porto, de nome Abel Mota, passando a caminho do seu trabalho, pelo Largo da Trindade parou a contemplar esta cena: um catre armado em plena rua, junto a uns míseros utensílios domésticos e nele, deitada e sem possibilidade de se levantar, uma velhinha doente, cuja cabeça, uma criança de sete ou oito anos, procurava abrigar com um guarda-chuva.

À volta uma roda de vizinhos e curiosos, lamentando este desumano espectáculo, vociferando contra o senhorio que o promovera.

O nosso trabalhador, comovido perante tanta desventura, perguntou a si próprio, será justo um pobre ser tão pobre, que nem possa ter um mísero tecto que o abrigue?

Seguiu ao seu destino. Mas não podendo esquecer aquela desgraça e recordando-se de que tinha lido que cooperativas para construção de casas modestas no estrangeiro agrupam e satisfazem dezenas de milhares de sócios monologou ainda:

- É tremendo o problema da habitação em Portugal, mas o cooperativismo pode resolvê-lo em grande parte.”¹

¹ Historial da Cooperativa “O Problema da Habitação” inscrito nos actuais Estatutos e Regulamento Interno.

[1.1] IDENTIFICAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

A intervenção na cidade do Porto foi, desde sempre, desencadeada por diferentes agentes promotores da construção, cujos processos de investimento podem partir tanto da promoção pública como da iniciativa privada e suas diferentes formas de relacionamento, englobando, entre outras, empresas construtoras, parcerias público-privadas ou cooperativas de habitação.

O presente trabalho aborda a especificidade da intervenção cooperativa enquanto forma alternativa para a construção de habitação na cidade do Porto no contexto político e ideológico, social e económico das primeiras décadas do Estado Novo. Para este efeito, o limite cronológico confinou-se ao período entre a instauração do novo regime político em 1933 (tomando como referência a publicação, em Setembro do mesmo ano, do Programa das Casas Económicas) e a promulgação do Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto em 1956, o qual tornou corrente o recurso a um novo modelo habitacional na cidade (bloco de habitação colectiva) e concretizou uma tomada de consciência pública mais séria acerca da questão do alojamento social. Esta delimitação temporal abarcou uma época de transição entre o *modo tradicional português* de construir e as primeiras experiências modernas favorecidas pela utilização de novos materiais de construção (ferro e betão).

A investigação teve como objecto central o universo da produção arquitectónica das mais relevantes cooperativas de habitação que operaram na cidade do Porto durante o segundo quartel do século XX, nomeadamente “O Problema da Habitação”, “O Lar Familiar” e “Lar Operário Católico”, em confrontação com a promoção pública. A

dicotomia que se determinou entre as construções pública e cooperativa e o enfoque que se estabeleceu na produção de habitação para as populações de mais baixos rendimentos económicos permitiu relacionar directamente os tipos e os modelos urbanos produzidos em ambas as situações, assim como os conceitos arquitectónicos utilizados em associação com as dinâmicas económicas, ideológicas e sociais dominantes.

A interpretação da produção arquitectónica cooperativa portuense permitiu, ainda, estabelecer um novo nível de entendimento da construção de habitação social na cidade. Para isso, na organização da investigação sobre as arquitecturas e os espaços produzidos, tornou-se essencial analisar algumas experiências europeias, nomeadamente inglesas (formuladas no âmbito dos efeitos provocados pelo desenvolvimento industrial) e francesas (concretizadas no panorama de uma política global de reconstrução nacional) com o objectivo de compreender se as práticas de ordem institucional, financeira, normativa e técnica foram perseguidas ou refutadas.

No âmbito desta investigação sobre habitação importa, desde já, esclarecer o significado de alguns termos utilizados. Sendo assim, *Cooperativismo* ou *Sistema Cooperativo* representa o modo de produção através da iniciativa popular (particular), embora possam existir ajudas do Estado provenientes de concessões ou subsídios. *Cooperativismo* é também “a união fraternal dos que trabalham (...), ou dos que sentem, em igualdade de condições, idênticas necessidades, para resistir àqueles que os exploram (...), melhorando assim quanto possível e com as suas próprias forças, a distribuição das riquezas (...).”² Desta forma, a *Cooperação* constitui o conjunto de esforços necessários para a resolução, de forma produtiva e economicamente sustentável, de um problema comum e a *Cooperativa* diz respeito à associação das pessoas que praticam a cooperação com o objectivo da construção de habitação própria.

² BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, p. 20-21.

[1.2] PROBLEMÁTICA E OBJECTIVOS

Entre 1933 e 1956 distinguiram-se quatro actores principais da intervenção na cidade do Porto:

- . O Estado, especialmente através do Ministério das Obras Públicas e das Corporações e Previdência Social, construindo habitações para os seus funcionários, beneficiários directos das Instituições de Previdência ou para determinadas categorias profissionais (populações rurais ou de pescadores, por exemplo);
- . Os municípios e Entidades de Assistência e Misericórdias, com o apoio do Estado, executando programas de habitação destinados especialmente a determinados grupos sociais;
- . O sector privado, ocupando-se da construção particular para habitação própria ou de rendimento destinada ao aluguer ou à venda em propriedade total ou parcial;
- . As sociedades de construção sem fins lucrativos, as cooperativas de habitação, profissionais ou de livre acesso.

Se o sector privado se dedicou à construção de habitação de renda livre para a máxima obtenção de lucros; se o Estado, os municípios e outras entidades públicas falharam na concretização e numa implementação mais alargada dos seus programas de habitação,³ será que as cooperativas de construção desempenharam um papel mais decisivo na resolução do problema de habitação das famílias mais carenciadas da população durante os primeiros 25 anos após o advento do Estado Novo?

Será que a natureza das cooperativas (sociedades de construção sem fins lucrativos alicerçadas na revolta dos trabalhadores contra as condições de vida e de trabalho impostas pela burguesia) permitiu resolver o défice de habitação das famílias portuenses mais carenciadas que almejavam a habitação própria, bem fundamental largamente

³ Em 55 anos (de 1901 a 1956) são apenas construídos 3 552 fogos pelo Estado e pela Câmara Municipal do Porto em parceria com o poder central ou com outras entidades, nomeadamente privadas (consultar Anexo 1, QUADRO II: Construção de Habitação Pública na Cidade do Porto até 1965).

difundido e proclamado pelo Estado Novo como essencial à vida humana em sociedade, mas cuja problemática esteve bem longe de resolver?

Será que as cooperativas recorreram à tipificação de modelos urbanísticos e habitacionais, à semelhança do que aconteceu a partir de 1933 no âmbito da implementação do Programa das Casas Económicas? E será que, a existir, essa sistematização construtiva levou à tão ansiada redução dos custos de construção de habitação e, como tal, ao aumento da produção de novos fogos?

A presente investigação teve como objectivo principal o entendimento da intervenção na cidade do Porto através da construção de habitação efectuada pela promoção cooperativa enquanto alternativa à produção pública num contexto de graves carências de alojamentos sociais. A partir da análise dos resultados obtidos através do estudo das obras construídas pretendeu-se verificar se os objectivos idealizados foram concretizados e se as cooperativas chamaram a si o importante papel da resolução do problema da habitação verdadeiramente social que os poderes central e local não souberam solucionar.

[1.3] METODOLOGIA DE ANÁLISE

A investigação sobre a intervenção realizada pelas diversas cooperativas de habitação no Porto foi efectuada através da análise dos projectos existentes e da observação local das obras construídas. Desta forma, a estratégia metodológica aplicada teve por objectivo o enquadramento temporal das arquitecturas construídas, assim como o estudo das respectivas tipologias e das formas urbanas geradas, com destaque para os bairros e/ou conjuntos habitacionais.

A metodologia de análise repartiu-se entre o ordenamento e leitura da informação disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto sobre cada uma das obras e uma abordagem classificativa tipo-morfológica do edificado com o objectivo de (re)constituir e (re)interpretar, através de um determinado promotor de construção, um momento específico da construção da cidade.

Tomando como referência as licenças de obra existentes, o universo da investigação teve como base inicial o levantamento e recolha da informação disponível nos Arquivos Histórico e Geral da Câmara Municipal do Porto, de onde foi possível recolher a maioria dos dados relativos aos projectos realizados no âmbito de cooperativas de habitação.

Sendo assim, nos Arquivos Histórico e Geral da Câmara Municipal do Porto identificaram-se 614 licenças de obra para construção de edifícios entre 1933 e 1956, cujo requerente dizia respeito a uma cooperativa de habitação. Uma rápida análise do quadro anexo relativo aos *Pedidos de Licença de Obra de Cooperativas de Habitação para Construção de Edifícios no Porto entre 1933 e 1956*⁴ permitiu, antes de mais, destacar o facto de que cerca de 75% das licenças identificadas pertenciam à cooperativa “O Problema da Habitação”, a única activa actualmente, embora com algumas dificuldades. Permitiu, ainda, afirmar que cerca de 78% das licenças correspondiam a edifícios de habitação unifamiliar,

⁴ Consultar Anexo 1, Quadro VI: *Pedidos de Licença de Obra de Cooperativas de Habitação para a Construção de Edifícios no Porto entre 1933 e 1956*, p. 132.

17% a edifícios bifamiliares e os restantes 5% a construções plurifamiliares.

Contudo, por razões que se prenderam com a utilização administrativa por parte da Câmara Municipal dos processos, de um total de 614 licenças identificados foram disponibilizadas e consultadas nos respectivos arquivos 575 volumes de obras, correspondendo a 93,6% do total. No entanto, três delas correspondiam à construção de um edifício de serviços, de um prédio de rendimento e de uma garagem de estacionamento comum (associada a uma licença de construção de uma habitação plurifamiliar), perfazendo 572 licenças consideradas no âmbito desta investigação.

Ressalvamos, porém, a hipótese de poderem existir mais projectos elaborados no âmbito de cooperativas de habitação e licenciados pelo município dentro do período em estudo, os quais poderão estar erradamente inventariados nas respectivas bases de dados. Infelizmente, por questões operacionais, limitações temporais e técnicas, não pudemos apurar convenientemente esta situação.

A investigação seguiu, então, uma metodologia de análise da intervenção cooperativa através da identificação das morfologias e tipologias (Caracterização) baseadas no tempo (Identificação) e no espaço (Localização). O desenvolvimento desta metodologia assentou numa matriz de investigação que reuniu uma síntese de informações, às quais correspondeu uma Ficha de Licença de Obra preenchida com informação diversa, com o objectivo de focar três níveis de análise do edificado:

- a) Enquadramento e identificação,
- b) Relações entre a cidade e o edifício (caracterização do lote),
- c) Edifício (caracterização da construção).

O primeiro nível de análise faz um enquadramento temporal, identifica o promotor específico (cooperativas e respectivos sócios beneficiários) e os executantes (técnicos, arquitectos, mestres de obras e engenheiros, intervenientes em cada processo). O segundo nível diz

respeito à caracterização do edifício focando as relações com a cidade e com o tecido urbano em que se inscreve, distinguindo-se os tipos de inserção na malha urbana. Por fim, o terceiro nível de análise, mais incisivo na construção propriamente dita, permitiu reconhecer o estado actual do edifício, a(s) tipologia(s) de habitação existente(s), número de pisos e de fogos, informar sobre a existência de outros usos associados à função primordial de habitação (comércio/serviços), assim como analisar em detalhe cada obra (esquema dos espaços domésticos projectados e respectiva configuração em alçado), elementos reveladores das opções estéticas e arquitectónicas tomadas.

Esta metodologia de análise foi aplicada à cidade do Porto e abrangeu toda a obra licenciada entre 1933 e 1956, permitindo o estudo da maioria das edificações realizadas no âmbito das cooperativas de habitação que operavam na cidade durante este período, possibilitando a sua organização segundo os tipos definidos e a comparação de resultados com a intervenção pública.

A necessidade de proceder à seriação das obras que constituíram uma parte significativa da produção arquitectónica que se pretendeu analisar conduziu à sua integração numa base de dados informática⁵ e respectiva identificação no mapa geral da cidade,⁶ permitindo um levantamento exaustivo de todos os edifícios e a sua subdivisão em diferentes tipos de inserção urbana. Esta tipificação permitiu fazer uma leitura da intervenção cooperativa no segundo quartel do século XX, a qual se manteve até à revolução de 1974.

⁵ Ver Anexo 2: *Fichas de Licença de Obra*, p. 135.

⁶ Ver *Mapa de Análise da Intervenção Cooperativa no Porto entre 1933 e 1956*, p. 61.

[1.4] ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente capítulo estabeleceu as premissas do trabalho que se pretendeu concretizar acerca do âmbito da intervenção cooperativa na cidade do Porto, explicitando o campo do objecto de estudo e a especificidade da investigação arquitectónica realizada.

No segundo capítulo enquadrámos o papel das cooperativas na produção de habitação enquanto forma alternativa de intervenção à insuficiente produção pública. Realizamos, ainda, a reflexão sobre a importância do sistema cooperativo, distinguindo as cooperativas de habitação e respectivas modalidades de intervenção como um ramo importante desse sistema com o objectivo da satisfação de uma das necessidades essenciais do Homem.

No terceiro capítulo centramo-nos na busca de referências à intervenção cooperativa internacional (europeia) e na análise da sua concretização em Portugal, distinguindo a forma de funcionamento mais corrente e comparando-a com a promoção pública de habitação.

No quarto capítulo distinguimos os tipos de inserção no espaço urbano e os três níveis da intervenção cooperativa na cidade do Porto: construção *dispersa*, *em banda* e *concentrada*. Avaliamos, ainda, a pertinência dos modelos urbanos utilizados e a adequação do sistema implementado às reais necessidades de habitação social.

No quinto capítulo analisamos o primeiro nível da intervenção cooperativa (*construção dispersa*), destacando as formas da casa produzida e distinguindo as linguagens arquitectónicas adoptadas em função do cliente e do *gosto* dominante, assim como os arquitectos autores que as enformam. Observamos, ainda, a tipologia dos espaços domésticos e as respectivas articulações funcionais, salientando os elementos diferenciadores em função de uma possível necessidade de racionalização dos custos.

No sexto capítulo investigamos o segundo nível da intervenção cooperativa (*construção em banda*), destacando a importância da questão da mobilidade na maior incidência de habitações construídas em

determinados pontos da cidade. Apontamos, ainda, algumas sequências urbanas construídas no âmbito das cooperativas, com destaque para os projectos de conjunto que repetem elementos e sistemas construtivos.

No sétimo capítulo investigamos com profundidade o terceiro nível da intervenção (*construção concentrada*), distinguindo os bairros promovidos por cooperativas. Analisamos, ainda, o recurso à seriação e modulação de elementos construtivos no sentido de obter a economia necessária à produção de habitação para as classes mais pobres, considerando os programas mínimos adoptados, a diferenciação das áreas atribuídas e a respectiva adaptação a futuras alterações e ampliações.

Finalmente, no oitavo capítulo organizamos as conclusões obtidas sobre a pertinência da intervenção cooperativa durante o segundo quartel do século XX para a cidade do Porto. Elaboramos a comparação entre a promoção pública e a promoção cooperativa, explicitando o contributo efectivo desta última para a construção de alojamentos económicos com o objectivo da resolução do problema habitacional das classes mais necessitadas, fim primordial da sua existência.

[1.5] O ESTADO DO CONHECIMENTO

Na longa história da procura de soluções para a questão do alojamento das classes trabalhadoras, a acção cooperativa correspondeu a um nicho muito específico da intervenção, apenas pontualmente analisado. Será somente após o 25 de Abril de 1974 e o *boom* da constituição de cooperativas de habitação que se estabeleceu um enquadramento teórico mais sério da sua importância no panorama nacional da construção a custos controlados. Destacamos as publicações de António Fonseca FERREIRA (1979), *Cooperativas de habitação em Portugal*, de José António FERREIRA (1987), *Por uma nova política de habitação*, de Arnaldo FLEMING e Olga MAGANO (1992), *Habitação cooperativa em Portugal* e do INSCOOP (1997), *As cooperativas de habitação em Portugal*, sendo praticamente inexistentes os estudos inteiramente dedicados a este tema na época pré-revolução.

De facto, se a intervenção pública durante o período do Estado Novo e a instituição de modelos e expressões urbanas características foram já profundamente estudadas do ponto de vista cultural, económico, estético e, até mesmo, social, pouco ou quase nada se tem vindo a abordar sobre a questão da produção arquitectónica por parte de outros intervenientes, nomeadamente do sector cooperativo. No entanto, tratou-se de entidades competentes na construção urbana, num contexto fortemente condicionado pelas imposições de um regime político ditatorial em fase de afirmação e consolidação públicas.

Sobre a especificidade da construção cooperativa nesta época apenas se encontraram disponíveis breves apontamentos e referências, os quais não permitiram o entendimento global da acção desenvolvida por este promotor de habitação, em particular na cidade do Porto. Neste âmbito destacamos os estudos elaborados por Christine Marielle GROS (1982) em *O alojamento social sob o fascismo*, Manuel C. TEIXEIRA (1992), *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940* e Fátima Loureiro de MATOS (1994), *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*, estes dois últimos publicados na revista “Análise Social”.

Sobre o tema da concepção e enquadramento sociológico da habitação social destacamos, ainda, a reflexão elaborada por Nuno PORTAS (2004) em *A habitação social – proposta para uma metodologia da sua arquitectura*.

Apesar da investigação arquitectónica sobre a intervenção cooperativa em Portugal na primeira metade do século XX ser muito limitada, salientamos, no entanto, *Modalidades e aspectos do cooperativismo* de Raul Tamagnini BARBOSA (1930) como a primeira obra inteiramente dedicada ao assunto. Nesta publicação, Tamagnini Barbosa introduziu o tema do cooperativismo na sua generalidade e ressaltou as virtudes das cooperativas de habitação, destacando as diferentes modalidades da sua intervenção: possibilidade de construção de casas isoladas até à constituição de bairros em *falanstérios* (de Fourier) e *familistérios* (de Godin). Mais tarde, o mesmo autor voltou a apontar a construção cooperativista como *Uma solução económica para a reconstrução do Porto* (1932), novamente defendida em três artigos publicados entre 1937 e 1938 na revista “Seara Nova” sob o título: *Diferentes formas de cooperativismo de Habitação*.

Porém, já em 1929, o Coronel Guilherme de AZEVEDO em *O problema da habitação em Portugal e noutros países* denunciava a insalubridade da habitação das *classes laboriosas ou pouco abastadas*, instando à sua urgente resolução. No capítulo *A luta contra a crise e a insalubridade do alojamento*, Guilherme de Azevedo destacou a acção das sociedades e cooperativas de construção na resolução e atenuação dos problemas de habitação em diversos países europeus, nomeadamente França, Bélgica e Inglaterra.

Salientamos, por fim, o facto de, até ao momento, não ter sido possível detectar reflexões teóricas de autores estrangeiros sobre a temática da intervenção cooperativa na Europa, razão pela qual concluímos, mais uma vez, sobre a escassez destes estudos.

**[2] A FORMAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVO E A
QUESTÃO DO ALOJAMENTO OPERÁRIO**

[2.1] ENQUADRAMENTO

A existência de bairros sem higiene e conforto, elevado número de famílias a viver em más condições de salubridade e superlotação conferiu uma importância universal ao problema da habitação.

A escassez de habitação para operários nas grandes cidades tornou-se um problema particular da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, originado, de acordo com Friederich Engels, pelo modo de produção capitalista e definido da seguinte forma:

“ (...) crise do alojamento é o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores em consequência do brusco afluxo da população para as grandes cidades; é um enorme aumento dos alugueis; um amontoamento mais acrescido de locatários em cada casa e para alguns a impossibilidade de encontrar mesmo onde se alojarem.”⁷

Engels sustentava, ainda, que esta crise da habitação era o resultado da exploração e opressão das classes trabalhadoras pela dominante forma social burguesa:

“(...) uma sociedade não pode existir sem problema da habitação quando a grande massa dos trabalhadores não dispõe senão do seu salário, isto é, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução (...); quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito mas também em certa medida, graças à concorrência, o dever de exigir sem escrúpulos os alugueis mais elevados.”⁸

Na resolução do problema da habitação existiam diferentes combinações da intervenção pública com os mecanismos de mercado,

⁷ ENGELS, Friedrich (1971); *A questão do alojamento*, p. 32.

⁸ *Idem*, p. 82.

numa conjuntura económica e urbana fortemente condicionada pela orientação política do governo, resultando numa maior ou menor intervenção no sector.

Em Portugal, desde meados do século XIX que o Estado tentava fomentar, embora sem êxito, a construção de alojamentos para as classes mais pobres. No entanto, a primeira intervenção real verificou-se somente na segunda década do século XX através da promulgação de legislação tendente a resolver a crise de alojamentos das classes sociais mais desfavorecidas,⁹ mas as dificuldades económicas que o país atravessava não permitiram que tais medidas fossem convenientemente abrangidas.¹⁰

A partir de 1933 (Estado Novo), o problema de habitação das classes necessitadas voltou a figurar nas principais preocupações do Governo:

“É direito e obrigação do Estado a defesa da moral, da salubridade, da alimentação e da higiene pública.” – Constituição Política da República Portuguesa, DL n.º 22 241 de 22 de Fevereiro de 1933, Art.º 40.º.

Data do mesmo ano a legislação que criou a solução portuguesa da moradia de propriedade resolúvel, reproduzida na construção de casas económicas por todo o país, o Programa das Casas Económicas (DL n.º 23 252 de 23 de Setembro de 1933), o qual lançou um procedimento novo: a intervenção estatal directa no âmbito da habitação social.

Desde então, sucessivos programas de habitação social traduziram uma actuação mais directa do Estado através da concessão de estímulos urbanos e fiscais para enfrentar o problema habitacional.¹¹

⁹ DL n.º 4 137 de 24 de Abril e DL n.º 4 440 de 12 de Junho, ambos de 1918.

¹⁰ Os resultados das políticas públicas limitaram-se à construção de alguns bairros operários realizados totalmente às custas do Estado, tendo como consequência a absorção total das disponibilidades financeiras, limitando o volume de realizações necessárias. No Porto foram apenas edificados os 100 fogos que constituem o único bairro social construído no âmbito da promulgação da legislação que regulamenta a habitação para operários e pessoas de poucos rendimentos: o Bairro Sidónio Pais (1918), actual Bairro Social da Arrábida (Massarelos).

¹¹ Consultar Anexo 1, Quadro I: *Características dos Programas de Habitação Social promovidos pelo Estado Novo*, p. 127.

Para além do Programa das Casas Económicas (1933) são implementados o Programa das Casas Desmontáveis (1938) com o objectivo de proporcionar alojamento provisório aos ocupantes das *ilhas* a demolir, o Programa das Casas de Renda Económica (1943) para alojar a classe média excluída do Programa das Casas Económicas por razões diversas da económica, o Programa das Casas para Famílias Pobres (1945) para alojar famílias pobres sem acesso às Casas Económicas por motivos financeiros e o Programa das Casas de Renda Limitada com o objectivo de construir prédios de rendimento e fixar rendas máximas para habitação.



Fig.01. Ilhéu, 1935.

Fig.02. Condominhas, 1937.

Fig.03. Amial, 1938/58.

Fig.04. Costa Cabral, 1940.

Fig.05. Marechal Gomes da Costa, 1950.

Os Bairros de Casas Económicas são compostos por habitações unifamiliares (classes A a D e tipologias T1 a T4) de um ou dois andares, independentes ou geminadas, com o seu próprio jardim.

O modelo formal adoptado a partir da publicação do Programa das Casas Económicas¹² e o seu regime de propriedade foram o resultado da política social oficial do Governo de tornar cada família proprietária da sua própria casa, prevenindo, ao mesmo tempo, o que o regime considerava as *perigosas concentrações de trabalhadores em blocos de habitação colectiva*:

“A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a nossa casa (...). É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída, a família que se abriga sob tecto próprio, eis porque não nos interessam os grandes falasntérios, as colossais construções para habitação operária (...).” – Discurso de Salazar citado em TEIXEIRA (1992); As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 80.

No Porto, a partir de 1935 e durante as três décadas seguintes, o Estado procedeu à construção de casas económicas distribuídas por doze bairros (alguns deles em duas fases): Ilhéu (1935), Condominhas (1937), Amial (1938/58), Azenha (1939/41), Paranhos (1939/41), Ramalde (1939/41), Costa Cabral (1940), S. Roque da Lameira (1942), Marechal Gomes da Costa (1950), António Aroso (1958), Vilarinha (1958) e Viso (1965), totalizando 2 378 novos alojamentos. No entanto, as limitadas condições de elegibilidade (requisitos profissionais, de idade e saúde rígidos)¹³ conduziram à exclusão de muitos potenciais candidatos, a acrescer aos que foram afastados pelo valor das rendas.¹⁴

No entanto, apesar dos incentivos fiscais e urbanísticos, o preço final da habitação continuava inacessível para o vasto sector da população de menores rendimentos e o valor das rendas mantinha-se fora do alcance

¹² O Programa das Casas Económicas assumiu o modelo urbanístico da cidade-jardim inglesa: habitações unifamiliares de um ou dois andares, independentes ou geminadas, com jardim próprio, organizadas em bairros de dimensão controlada localizados em zonas urbanas periféricas devido ao custo elevado dos terrenos nas zonas centrais das cidades.

¹³ A ordem de preferência é a seguinte: a) regularidade do emprego; b) comportamento moral e profissional; c) idade (entre 21 e 40 anos, em 1933; até 45 anos, em 1943); d) composição familiar (número e parentesco das pessoas que o constituem); e) salários do agregado familiar.

¹⁴ Consultar Anexo 1, Quadro II: *Características do Programa das Casas Económicas*, p. 128.



Fig.06. Bloco Saldanha, 1940.

Constituído por 115 habitações de quatro tipos consoante o número de quartos (1 a 4).

Fig.07. Bairro de Rebordões, 1942.

Construído nos limites da cidade, junto à Estrada da Circunvalação, constituído por 145 habitações geminadas de dois pisos.

Fig.08. Bairro do Bom Sucesso, 1956.

Fig.09. Bairro Pio XII, 1957 (remodelado recentemente).

das famílias que moravam em *ilhas* ou quartos alugados, cujas mensalidades eram três a quatro vezes mais baixas.¹⁵

A partir do final da década de 30 e até meados dos anos 50, o município do Porto deliberou também a promoção de alojamentos sociais no âmbito do programa de salubridade e extinção das *ilhas* com a edificação do Bloco Saldanha e a consolidação de uma periferia de habitação mais barata através da construção de seis Bairros Camarários (Rebordões, S. João de Deus, S. Vicente de Paulo, Rainha D. Leonor, Condominhas e Pereiró), num total de 1 094 alojamentos.¹⁶

Será apenas com a implementação do Plano de Melhoramentos em 1956 e a construção de mais de 6 000 alojamentos em dez anos que o Porto sofrerá um aumento significativo na produção de habitação social.

Na viragem do século, o problema do alojamento operário foi encarado sob o ponto de vista social, sanitário e económico (de certa forma suprido pelas iniciativas estatais, municipais ou filantrópicas), mas, nas primeiras décadas do século XX, a questão tornou-se, em primeiro lugar, quantitativa, agravada pelos efeitos das duas guerras mundiais. Neste contexto, a característica mais evidente da política pública de alojamento social reflectida ao longo da primeira metade do século XX no Porto foi a escassez de realizações, provando que o seu papel de promoção e distribuição de habitação não foi suficientemente forte, falhando na supressão das necessidades e na eliminação das situações insalubres. À excepção dos bairros construídos ao abrigo do Plano de 1956, a construção pública estatal e municipal, por iniciativa própria ou em parceria, de apenas 4 224 habitações (500 das quais desmontáveis) até finais dos anos 50¹⁷ foi manifestamente inferior à

¹⁵ Em 1935, por exemplo, as rendas das casas económicas variavam entre 80\$00 e 200\$00/mês. Nas *ilhas* do Porto, 64% das rendas eram menores do que 50\$00/mês – TEIXEIRA (1992), p. 81.

¹⁶ Consultar Anexo 1, Quadro III: *Construção de Habitação Social Pública na Cidade do Porto até 1965*, p. 129 e Quadro IV: *Distribuição da Construção de Habitação Pública na Cidade do Porto até 1965*, p. 130.

¹⁷ Confrontar Anexo 1, Quadro III: *Construção de Habitação Social Pública na Cidade do Porto até 1965*, p. 129.

necessária para acorrer ao aumento demográfico que a cidade registava ao longo destas décadas.¹⁸

Apesar do maior esforço de investimento público na habitação social, a promoção privada continuou a ser dominante,¹⁹ permitindo que um vasto sector da população continuasse a recorrer a outras formas de obtenção de habitação. Esperava-se que o exemplo público contagiasse e inspirasse outros agentes construtores de habitação social em parceria com o Estado (instituições, corporações, promotores privados) e que o número de casas construídas forçasse a redução das rendas das habitações no mercado livre, mas tal situação não chegou a acontecer. A fraca adesão dos privados à construção de habitação de baixo custo justifica-se pela falta de terrenos urbanizados suficientemente baratos, pela obtenção de maiores lucros na construção para o mercado livre e pelo facto das isenções fiscais não compensarem os mais baixos rendimentos do capital investido.

Num panorama de francas limitações da promoção habitacional pública, as cooperativas surgiram, enquanto forma alternativa da promoção privada (insuficiente e de custos elevados), como uma via repleta de potencialidades para a atenuação das carências habitacionais do país, contribuindo para a produção de alojamentos a custos controlados. Neste âmbito, ao Estado incumbia a tarefa de evitar a especulação sobre os terrenos, controlar os custos de aquisição e despesas de transporte dos materiais de construção, encorajar a poupança de capitais e fomentar o investimento em alojamento social através da concessão de subsídios às cooperativas construtoras deste tipo de habitação.

¹⁸ Em 1900, a população da cidade do Porto era de 165 729 habitantes e, em 1960, aumentou para 303 424 habitantes, verificando-se um acréscimo de mais de 83% neste período.

¹⁹ Devido ao domínio da promoção privada, colocou-se mesmo a hipótese de adoptar a medida radical de proibir a construção de prédios de renda livre com o objectivo de incrementar e concentrar recursos na construção de casas destinadas a rendas sociais, mas tal solução não foi concretizada – situação relatada no Programa das Casas de Renda Limitada, DL n.º 36 212 de 7 de Abril de 1947, Introdução.

[2.2] GÊNESE E IMPORTÂNCIA DO SISTEMA COOPERATIVO

As cooperativas de habitação assumiram-se como um ramo do ideal cooperativo inglês surgido em Rochdale (arredores de Manchester) em meados do século XIX, em plena época de forte desenvolvimento industrial.²⁰ O movimento inseriu-se na luta dos trabalhadores de fábricas têxteis por melhores condições laborais e de alojamento (habitações superlotadas e sujas localizadas junto às fábricas) e teve origem numa greve de tecelões²¹ que se associaram e fundaram, em 1844, a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale,²² formulando, com base na busca de um ideal utópico, os princípios orientadores para a (re)construção da sociedade.²³

Os ideais cooperativos com origem em Inglaterra rapidamente se espalharam a outros países europeus, nomeadamente para França, Suécia, Holanda e Dinamarca. O economista Charles Gide constituiu-se como o dirigente histórico do movimento cooperativo francês, propagandeando e proclamando as virtudes do sistema em diversos trabalhos e estudos. Mais tarde, associou-se a Bernard Lavergne e, em 1921, ambos fundam a “Revista de Estudos Cooperativos”.

²⁰ Em Inglaterra, as práticas cooperativas iniciaram-se, efectivamente, em 1760, em Woolwich e Chatham. Rochdale foi, porém, 84 anos depois, o cenário do primeiro grande empreendimento cooperativista.

²¹ Acerca da origem do sistema cooperativo, Manuel C. dos Anjos, no artigo “Pioneiros de Rochdale” publicado no Boletim Cooperativista (1955), n.º 26, p.1-2 faz a seguinte descrição: “Em Rochdale, subúrbios de Manchester, 28 tecelões resolveram pôr-se em greve, em consequência de os seus patrões não lhes pagarem o justo valor do seu trabalho. Tinham-se quotizado antes da greve se declarar e foi com essa quotização que tencionavam suportar a referida greve. Como quase sempre acontece, os patrões não cederam e os pobres tecelões encontraram-se numa situação deveras aflitiva. (...) assim nasceu a ideia luminosa – aplicar na criação duma cooperativa os dinheiros que eram destinados a suportar a greve (...). Quando ela foi aberta para os sócios, o público, ignaro e cretino, apupou-os, insultou-os e apedrejou-os. Mas eles não se intimidaram e nada os fez retroceder na caminhada gloriosa que iriam encetar.”

²² A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, inicialmente constituída por 28 trabalhadores fabris, quatro anos mais tarde já possuía 140 membros. Em 1849, com a falência do principal banco da região, aumentou para 390 e, em 1860, integrava mais de 3 450 sócios. Os seus objectivos iniciais incluíam também a construção de casas para os sócios. No entanto, o facto de os inquilinos não conseguirem pagar as prestações das casas construídas levou ao insucesso deste projecto.

²³ Dois movimentos sociais influenciaram o cooperativismo: Cartismo e Owenismo. *Cartismo*: movimento liderado por Feargus O'Connor e William Lovett (1838-1848), fundado na luta pela participação política da classe operária (igualdade de voto) em oposição à burguesia.

Owenismo: movimento fundado por Robert Owen, sócio das manufacturas de algodão escocesas. Revoltado com os maus tratos infligidos aos trabalhadores, Owen decidiu melhorar as suas condições de vida através do aumento dos salários e das condições de trabalho, defendendo a tese de desenvolvimento de uma comunidade operária baseada em princípios de cooperação mútua, de posse comum e igualdade de direitos.

Em Portugal, o cooperativismo adquiriu forma organizada em 1867, data da regularização da constituição de cooperativas pelo governo, isentando-as do pagamento de impostos e reconhecendo publicamente os seus benefícios. Mas, somente em 1885, os ideais associativos foram teoricamente abordados por José Frederico Laranjo na publicação “*Sociedades cooperativas*” e, depois, numa conferência impressa de João Ulrich.²⁴ Já no século XX, a obra escrita no final dos anos 20 e durante a década de 30 por Raul Tamagnini Barbosa foi também importante para a divulgação dos princípios cooperativos, nomeadamente “*Modalidades e aspectos do cooperativismo*” (1930) e diversos artigos publicados entre 1937 e 1938 na revista “Seara Nova” sob o título “*Diferentes formas de cooperativismo de habitação*”.

Tamagnini Barbosa foi o precursor das ideias defendidas por António Sérgio após o regresso do seu exílio em França (1927-1933), o qual lhe permitiu o contacto com as doutrinas cooperativas.²⁵ Em 1934, em plena época de consolidação do Estado Novo, António Sérgio publicou “*Democracia*” e, durante mais de 30 anos, desenvolveu teses dedicadas ao pensamento cooperativo, constituindo-se como o maior defensor deste movimento em Portugal.²⁶

A oposição política de Sérgio contra todas as ideias de base capitalista difundidas e impostas pelo regime resultou na defesa de um novo sistema económico de carácter socialista.²⁷ O seu inconformismo perante a realidade socioeconómica do país esteve na raiz da procura de caminhos alternativos para uma sociedade em rápida evolução e da defesa de uma

²⁴ Referências feitas por BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, p. 18 e por SANTOS, José Travaços (1962) no artigo “Cooperativismo” in “Boletim Cooperativista”, n.º 109.

²⁵ António Sérgio foi um dos membros fundadores da revista “Seara Nova” (1921). Esta ligação possibilitou a difusão dos ideais cooperativos a partir de 1932, não obstante estar ainda exilado em Paris, de onde só regressou no ano seguinte. Por iniciativa de Sérgio apareceram traduções de autores franceses, nomeadamente Gide, sobre temas relacionados com a cooperação.

²⁶ Actualmente, o instituto público dedicado ao fomento e apoio do sector cooperativo possui o seu nome: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP).

²⁷ Nas próprias palavras de António Sérgio, o cooperativismo é “*um movimento de reforma moral e social, feito pelo povo por acção libérrima, sem a mínima dependência dos maiores do Estado. Pretende abolir os antagonismos de interesses, tornar possíveis as relações amigáveis em todas as circunstâncias do nosso viver comum, assentar a sociedade sobre o auxílio mútuo, suprimir as barreiras profissionais e de classe, abrandar a dureza das necessidades económicas, e em suma instaurar uma civilização mais nobre (...)*” – in Boletim Cooperativista (Novembro 1962), n.º 109, p. 9 e 12.

revolução que se devia levar à prática “*não pelas vias da actuação política (...), mas sim por meio de uma organização económica que se erga no seio do próprio regime capitalista com a confessada finalidade de vir enfim a substituí-lo*”, tudo alicerçado “*na iniciativa popular, no ideal libertário, no respeito absoluto da independência das pessoas.*”²⁸

Entre a consolidação da ditadura de Salazar e o início da II Guerra Mundial, inspirado pelas palavras de Charles Gide e num esforço de divulgação dos princípios cooperativos,²⁹ António Sérgio rejeitou a acção do Estado,³⁰ concentrado na edificação e divulgação das grandes obras públicas, ao mesmo tempo que se assistia à queda rápida do nível de vida das populações (único índice avaliador da qualidade governativa):

*“A reforma só começará quando em cada cidade, em cada vila, em cada aldeia (...) houver uma plêiade de trabalhadores decididos a contar consigo próprios, dispostos a (...) a formar núcleos especiais a fim de, por iniciativa particular, dirigir as funções de geral interesse, repelindo o Estado sucessivamente de todos os redutos de que se apossou (...). O Estado esmaga, enforca, devora Portugal: rogar ao Estado e aos partidos que nos dêem qualquer remédio é pedir ao carrasco que aperte mais o nó que nos passou ao gasganete.”*³¹

Mais tarde, porém, Sérgio reconheceu a importância do papel do Estado no incentivo, promoção e fomento de cooperativas:

*“(...) o Estado e os políticos devem auxiliar o cooperativismo, legislativa, cultural e financeiramente: mas de tal maneira que não dirijam nunca, que não obriguem nunca, que nunca tenham a pretensão de comandar, por pouquíssimo que seja.”*³²

²⁸ COSTA, Fernando Ferreira da (1983); *António Sérgio e a democracia cooperativa*, p. 8.

²⁹ Os princípios cooperativos repetidamente divulgados no Boletim Cooperativo eram os seguintes:

1 – *A sociedade é governada pelos seus membros;*

2 – *Todos os membros têm a mesma capacidade e o mesmo valor perante o sufrágio;*

3 – *A sociedade está aberta a todos que nela queiram cooperar.*

³⁰ Sobre o princípio da neutralidade política no sistema cooperativo francês, o economista Charles Gide afirma o seguinte: “*As nossas cooperativas não admitem ligação com um partido político. Porquê? Porque a união das cooperativas com um partido político provocará inevitavelmente a divisão no movimento cooperativista e trará consigo fatalmente outras tantas organizações diferentes, com diferentes programas, quantos forem os partidos*” – in Boletim Cooperativista (1952), n.º 12, p. 1.

³¹ MALPIQUE, Cruz (1983); *António Sérgio (1883-1893): o democrata ou o terceiro homem*, p. 23-24.

³² Excerto do artigo “*O cooperativismo e o Estado*” de António Sérgio publicado no Boletim Cooperativista (1955), n.º 25, p.1.

A partir de 1951, o “Boletim Cooperativista”, coordenado por António Sérgio, tornou-se fundamental para a formação e divulgação dos ideais associativos durante as décadas de 50 e 60. No entanto, o tema da construção de habitação através do sistema cooperativo só muito esporadicamente era referido nas páginas desta publicação, especialmente vocacionada para as cooperativas de consumo e produção de bens alimentares.

Contudo, a partir de 1956, a leitura atenta do Boletim denunciava uma insistência na crítica ao marasmo e à falta de uma real intervenção cooperativa na questão da habitação, destacando-se os artigos de Eugénio M. Mota e José Hipólito, *Cooperativismo: Problema da Habitação*,³³ Fernando Ferreira da Costa, *O movimento cooperativo português é uma realidade*,³⁴ Vasco de Carvalho, *Habitação e Inquilinato*³⁵ e *O país precisa de cooperativas de construção habitacional*³⁶ e Moisés da Silva Ramos, *O cooperativismo habitacional perante as várias classes sociais*.³⁷ Finalmente, em Janeiro de 1968 foi publicado um suplemento especial unicamente dedicado ao tema da habitação,³⁸ o qual apresentava a situação do país e definia algumas estratégias de actuação em matéria de habitação, ao mesmo tempo que divulgava as experiências francesas no âmbito das Cooperativas de Renda Moderada (HLM).

³³ Boletim Cooperativista (Outubro 1956) n.º 37, p. 1-2.

³⁴ Boletim Cooperativista (Janeiro / Fevereiro 1957) n.ºs 40 e 42, p. 3 e 12.

³⁵ Boletim Cooperativista (Junho 1958) n.º 57, p. 3 e 7.

³⁶ Boletim Cooperativista (Agosto/Setembro 1967) n.ºs 166 e 167, p. 7.

³⁷ Boletim Cooperativista (Abril 1961) n.º 91, p. 11-12.

³⁸ Boletim Cooperativista (Janeiro 1968) n.º 170, *Suplemento sobre a Habitação*.

[2.3] AS COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO

Em 1873, Engels defendia a importância das cooperativas para a resolução dos problemas de habitação, nomeadamente dos alojamentos superlotados e insalubres da população insolvente:

*“ (...) são necessárias três condições para facilitar o resgate das habitações: 1.º uma estatística exacta sobre o assunto; 2.º uma boa política sanitária; 3.º cooperativas de operários de construção capazes de empreender a construção de novas habitações.”*³⁹

Em Portugal, seis décadas depois, Tamagnini Barbosa foi quem primeiro defendeu a construção cooperativa, em parceria com o Estado e outras entidades públicas, como a solução económica para a resolução do problema da habitação operária no Porto.⁴⁰ Ao mesmo tempo, o Coronel Guilherme de Azevedo defendia também a necessidade de *“animar a constituição de sociedades e cooperativas de construção, começando pela criação duma Sociedade nacional de habitações baratas.”*⁴¹

A organização de cooperativas de habitação visa *“a satisfação da terceira necessidade fundamental do Homem”*,⁴² sendo encarada como uma das formas mais eficientes de construir conjuntos habitacionais, no sentido em que responsabiliza e beneficia directamente aqueles para quem se destinam. Algumas vantagens apontadas na construção promovida pelas cooperativas vão desde a homogeneidade do planeamento dos conjuntos urbanos (possibilitando a construção de grandes equipamentos e espaços comuns), passando pela racionalização dos métodos de construção até à facilidade de fiscalização e orientação por parte dos poderes públicos, factor atenuante dos inconvenientes das operações especulativas.

³⁹ ENGELS, Friedrich (1971); *A questão do alojamento*, p. 69.

⁴⁰ Consultar BARBOSA, Raul Tamagnini (1932); *Uma solução económica para a reconstrução do Porto*.

⁴¹ AZEVEDO, Coronel Guilherme de (1929); *O problema da habitação em Portugal e noutros países*, p. 106-107.

⁴² Segundo, BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, p. 113, as duas primeiras necessidades humanas são a alimentação e o vestuário.

Por um lado, a participação dos próprios interessados no processo de elaboração dos projectos, na gestão e conservação das construções permite que a promoção cooperativa possa constituir uma resposta directa às necessidades que visa satisfazer, nomeadamente quanto à adequação dos fogos à dimensão e rendimento dos agregados familiares.

Por outro lado, a possibilidade de utilização de projectos-tipo, de racionalização dos processos construtivos e de controlo que os próprios interessados podem exercer sobre todas as fases do projecto, construção e conservação das casas podem também facultar uma diminuição dos custos e dos tempos de execução.

Por fim, o associativismo inerente à concepção cooperativa pode ser encarado como um meio pedagógico de formação cívica, favorecendo um espírito de entreajuda e solidariedade entre os associados, necessário à participação e responsabilização para a resolução dos seus próprios problemas de habitação.

No entanto, a realidade e a prática portuguesas revelaram-se, como veremos adiante, bem diferentes dos ideais originais do associativismo com o objectivo de resolução do problema comum da habitação: a burocratização do sistema administrativo resultou nos baixos apoios concedidos pelo Estado, política e ideologicamente avesso a grandes associações de pessoas; a carência de solos urbanizados ou disponíveis para a construção constituiu o maior obstáculo a vencer para a realização dos programas habitacionais; o individualismo predominante e a falta de espírito gregário das populações dificultaram a necessária participação dos sócios na acção cooperativa e na prossecução da resolução de uma necessidade comum.

Relativamente às diferentes formas de funcionamento das cooperativas, no início da década de 30 do século XX, Tamagnini Barbosa apontou as possíveis modalidades de construção. Em primeiro lugar destacou as duas formas genéricas de cooperativas de habitação: em globo ou em conjunto (*régie-cooperativa*, com a participação do Estado, dos municípios e de outras instituições públicas) e a das cooperativas propriamente ditas com os seus dois modelos dominantes: *burguês* e *socialista*. O modelo *burguês* dizia respeito à propriedade definitiva, a qual permitia aos sócios constituírem-se como proprietários de habitações pagas a preços reduzidos, em mensalidades distribuídas por um prazo máximo de 20 anos. O modelo *socialista* compreendia a propriedade temporária em relação a uma família, a qual, embora não se constituísse proprietária da casa, exercia o direito de nela habitar em vida e de transmitir esse direito aos seus descendentes ou ascendentes directos.

Os dois sistemas de constituição da propriedade compreendiam, ainda, duas modalidades: a *casa fixa* e a *casa móvel*. A modalidade da *casa móvel* englobava a *casa desmontável* (casa de madeira a preços módicos a localizar nos subúrbios das cidades, “*contribuindo assim, pela concorrência, para o abaixamento dos alugueis e, conseqüentemente, para a solução do problema da habitação*”⁴³) e a *casa deslocável* (casa construída com materiais leves e passível de ser transportada, por estrada, para a localização desejada pelo dono).

Construção de habitação através de cooperativas			
Géneros	Aspectos	Modalidades	Grupos
Régie-cooperativa	Em globo ou em conjunto		
Cooperativa propriamente dita	Propriedade definitiva: Sistema burguês	Casa fixa	Casa isolada Casa em <i>falanstério</i> Casa em <i>familistério</i>
	Propriedade temporária: Sistema socialista	Casa móvel	Casa desmontável Casa deslocável

⁴³ BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, p. 123.

É, contudo, na modalidade da *casa fixa* que se destacam os três grandes grupos:

- 1 – Habitação isolada;
- 2 – Habitação em *falanstério*;
- 3 – Habitação em *familistério*.

No primeiro grupo, *habitação isolada*, o sócio da cooperativa podia construir a sua casa num terreno à sua escolha, dentro de um orçamento previamente estabelecido. Este sistema tem o inconveniente de “*enfraquecer o espírito e a solidariedade cooperativista, pela dispersão que resulta das forças constitutivas da Sociedade por bairros diferentes e afastados, o que é sempre mau pela falta de convivência dos sócios.*”⁴⁴ A esta falta de espírito colectivista associava-se, ainda, a necessidade de grandes capitais, representando elevados encargos para cada um dos sócios. Por outro lado, as vantagens deste tipo de cooperativas consistiam na “*moralização dos costumes, desenvolvimento da vida de família, criação de hábitos de previdência, aumento de higiene e ordem pública e consequente diminuição da mortalidade.*”⁴⁵

As cooperativas portuguesas que, em 1930, se dedicavam a este tipo de construção eram as seguintes:

Lisboa:	Cooperativa Popular de Construção Predial	Rua da Mouraria, 27-1.º
	Cooperativa Popular Portuguesa	Rua do Arsenal, 160-2.º
Porto:	A Construção Civil do Norte	Rua dos Bragas, 68
	O Problema da Habitação ⁴⁶	Rua de Passos Manuel, 211
	Cooperativa Construtora do Funcionalismo ⁴⁷	Av. Rodrigues de Freitas, 280-2.º

⁴⁴ BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, p. 117.

⁴⁵ *Idem*, p. 118.

⁴⁶ Em 1930, a Cooperativa “O Problema da Habitação” já tinha edificado cinco casas isoladas.

⁴⁷ A Cooperativa Construtora do Funcionalismo contempla, no seu programa, a construção segundo dois sistemas: habitação isolada e em falanstério: “*Logo que as circunstâncias o permitam, a Cooperativa criará tipos de casas económicas em séries e por bairros, destinadas exclusivamente a funcionários que disponham de mais limitados recursos (...)*” – BARBOSA (1930), p. 117.



Fig.10. Falanstério de Fourier

No segundo grupo da construção cooperativa surgia a *habitação em falanstério*, cuja invenção deve-se a François Charles Fourier. Segundo Fourier, os *falanstérios* podiam-se constituir através da associação voluntária dos seus membros (até 400 famílias com 1 600 pessoas), vivendo juntos num mesmo complexo edificado, englobando todos os serviços colectivos e onde apenas os espaços privados seriam separados. Ao mesmo tempo rurais e urbanos, os *falanstérios* deveriam ser auto-suficientes, trocando bens entre si e dispondo de terras para agricultura e outras actividades económicas. Uma rede extensa desses *falanstérios* seria a base da transformação social e económica, originando um novo mundo.

Já na formulação dos bairros sociais estabelecidos pela 1.^a República,⁴⁸ Tamagnini Barbosa reconheceu as bases da utopia de Fourier, designando de *falanstério* o “conjunto de casas cooperativistas, formando como que um bairro, onde habita a falange, e que assim unida pelos laços estreitos da solidariedade da sua escola, contribuirá eficazmente para o seu desenvolvimento.”⁴⁹ Sobre o mesmo assunto, o autor afirmou, ainda, o seguinte:

“Eu vi um dia no Ministério do Trabalho o projecto, em relevo, desses bairros e confesso que fiquei encantado.

*Tinham o seu jardim, o seu teatro, o seu campo de jogos, as suas escolas, tudo enfim que era necessário para constituir a felicidade dos seus moradores; era o falanstério, era a realização em Portugal, no meu país, do sonho admirável de Fourier.”*⁵⁰

São raras as cooperativas em Portugal que, no início dos anos 30, se dedicavam a este tipo de construção, ou seja, à edificação de conjuntos urbanos ou bairros:

Porto:	Cooperativa Bairro Invicta ⁵¹	Rua de Fernandes Tomás, 415
Gaia:	Sociedade Bairro de Sampaio, Lda	Lugar de Sampaio, Canidelo

⁴⁸ Decreto de 10 de Maio de 1919.

⁴⁹ BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, p. 119.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ Os estatutos da Cooperativa Bairro Invicta dizem no seu artigo 3.º: “O objecto da sociedade é a construção de casas económicas, em bairro, para os seus associados (...)” – BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, p. 118.



Fig.11. Bairro de Sampaio (primeiro troço: quatro habitações); Sociedade Bairro de Sampaio, 1923-1930.

Em Agosto de 1930 estão já construídas 20 habitações. Cada casa possui cinco divisões, bem iluminadas e ventiladas, com quintal nas traseiras e jardim à frente.

A Sociedade Bairro de Sampaio, constituída em 16 de Junho de 1923 por 19 sócios, construiu um bairro que é um verdadeiro falanstério, “*composto de tantas casas quantos os seus sócios, adquirindo para isso os necessários terrenos (...). As casas não terão menos de oito metros de frente por sete metros de fundo, serão de tipo uniforme com quatro compartimentos, pelo menos e construídas de pedras e cal; e serão dadas de arrendamento exclusivamente aos sócios.*”⁵² O capital da Sociedade foi, em grande parte, obtido pelo trabalho dado por cada sócio na construção do bairro (creditado em conta corrente), sendo multados os que, injustificadamente, faltassem ao trabalho (2\$00/dia + 8\$00 para o pagamento do salário ao operário que o fosse substituir).

No último grupo da modalidade da casa fixa cooperativa, *habitação em familistério*, surge a concretização da ideia de Fourier por Jean-Baptiste Godin. Em pleno século XIX, Godin, ferreiro de Guise (norte de França), construiu com os seus companheiros de profissão um bloco de habitações colectivas: o *familistério* ou *palácio das famílias*, constituído por 465 alojamentos para cerca de 2 000 pessoas, incluindo espaços comerciais, culturais e de serviços. O *familistério* ideado e concretizado por Godin é um autêntico *falanstério*, mas de carácter mais íntimo, onde cada família possui o seu alojamento individual e os serviços em comum, concretizando o verdadeiro ideal cooperativo.

O *familistério* construído por Godin corresponde à concretização pioneira e única no mundo de uma utopia de base socialista assente na organização comunitária de um complexo urbano auto-suficiente e fechado sobre si próprio. Nele é possível descobrir a influência de Fourier na procura de novas formas de sociabilização através da própria disposição interna dos edifícios organizados em volta de uma grande praça central, possibilitando o desenvolvimento da vida cooperativa.⁵³

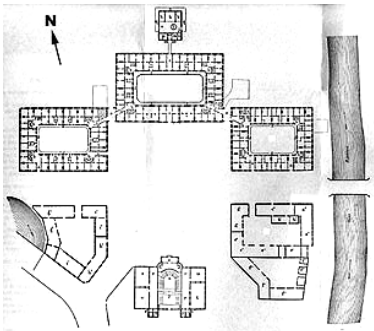


Fig.12. Familistério de Guise, Godin, 1846.

O *familistério* é constituído por três grandes quarteirões de quatro pisos e um largo pátio com cobertura de vidro, sobre o qual se abrem as portas dos alojamentos (com dois ou três quartos) e uma janela de cada um, dando as restantes para o exterior.

Inspirado pelas ideias de Fourier, Godin é, ele mesmo, o arquitecto destes edifícios, assistido por um mestre-carpinteiro.

⁵² Extracto da escritura e regulamento da Sociedade Bairro de Sampaio, Art.º 2.º – BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, p. 120.

⁵³ Para aprofundar este assunto, consultar FLAMAND, Jean-Paul (2001); *Loger le peuple: essai sur l'histoire du logement social en France*, p. 72-73.

Independentemente da modalidade de construção adoptada, o ideal cooperativista com origem em Rochdale despoletou a criação de inúmeras sociedades de alojamentos populares por toda a Europa. Geralmente constituídas sob a forma de entidades cooperativas de direito local, estas sociedades completaram a intervenção dos organismos públicos e a acção filantrópica dos donos de fábricas e empresas industriais que construía habitações para os seus operários.

[3] A ACÇÃO COOPERATIVA

O EXEMPLO DA COOPERATIVA “O PROBLEMA DA HABITAÇÃO”

[3.1] ANTECEDENTES: O CONTEXTO EUROPEU

Após o despontar do ideal cooperativo em Inglaterra, a partir de 1844 constituíram-se várias sociedades de construção com o objectivo de melhorar as condições de habitação das classes trabalhadoras. Merecem especial destaque as *Building Societies*, as quais permitiam que os sócios se tornassem proprietários mediante o pagamento de uma pequena quota semanal.



Fig.13. *Rowton-House* de Newington, Inglaterra.

A associação de operários com o intuito de resolver o seu próprio problema de habitação generalizava-se e as sociedades de construção multiplicavam-se rapidamente. A iniciativa popular começou a rivalizar com a intervenção pública no saneamento dos bairros insalubres e na edificação de casas económicas. As *Rowton Houses* e as *Family Houses* foram disso um exemplo. Tratava-se de albergues sociais para viúvos com filhos, os quais seriam entregues ao cuidado de senhoras enquanto os pais trabalhavam.

Em 1883 existiam já 464 cooperativas de construção, tendo entre 10 e 37 anos de existência e 274 000 sócios. Além destas, contavam-se mais 1.867 cooperativas de habitação com menos de 10 anos de existência e 493 000 associados.⁵⁴

Em França, por volta de 1860 foram criadas as primeiras Cooperativas de Habitação Popular, beneficiando da base jurídica constituída pela Lei de 24 de Junho de 1867 sobre as Sociedades Anónimas. Tal como noutros países, a acção cooperativa concorreu com a intervenção patronal

⁵⁴ BARBOSA, Raul Tamagnini (1932); *Uma solução económica para a reconstrução do Porto*, p. 6.

filantrópica para a melhoria das condições de habitabilidade com o auxílio do Estado. Ou seja, a intervenção das cooperativas misturava-se com as realizações dos industriais promotores de habitação para os seus trabalhadores, de acordo com uma tipologia comum: casas individuais em banda ou agrupadas, com áreas ajardinadas e organizadas no prolongamento das instalações fabris segundo uma planificação ortogonal repetitiva.



Fig.14. Habitações operárias de Mulhouse, Alsácia, França.

Em 1885, já nas *Cités Ouvrières* de Mulhouse (Alsácia), de um total de 720 habitações edificadas no *bairro novo*, 471 (mais de 65%) foram construídas por cooperativas de habitação.⁵⁵ Noutros pontos da região, diversas sociedades cooperativas completaram a intervenção dos organismos públicos, atribuindo propriedades a milhares de trabalhadores.⁵⁶

Em 1889, no âmbito do Congresso Internacional das Habitações Operárias, integrado na Exposição Universal de Paris, concluiu-se que o associativismo privado é, por excelência, uma das formas mais eficientes de proceder à construção de alojamentos salubres destinados a operários e respectivas famílias. No mesmo Congresso definiu-se, ainda, o modelo da *cidade-jardim*⁵⁷ como a referência a adoptar de acordo com as condições económicas: habitações isoladas com pequenos jardins, salubres e equipadas com dispositivos higiénicos, tais como casa de banho e copa. No entanto, a consciência de que a solução individual não seria possível para todas as situações forçou a consideração pelo recurso a habitações colectivas.

⁵⁵ BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, p. 116.

As Cidades Operárias de Mulhouse nasceram a partir do bairro do industrial Jean Dollfus construído pela *Société Mulhousienne des Cités Ouvrières*, fundada em 1853. Em 1854, um primeiro bairro foi projectado pelo engenheiro Émile Muller compreendendo duas tipologias: casas em banda e casas agrupadas em grupos de quatro, com jardim e WC, precursoras de soluções adoptadas nos bairros operários do *Comércio do Porto*. O bairro inicial foi ampliado em 1856 com a construção do *bairro novo* e, em 1897, estavam já construídas 1 243 casas.

⁵⁶ A Sociedade do Baixo Reno, com sede em Strasburgo, financia até 1939 a construção e aquisição de 2 700 casas individuais populares. Para Colmar e Mulhouse, os resultados foram, respectivamente, de 1 400 e 1 200 habitações. As cooperativas de Mosele realizaram, ainda, cerca de 2 000 empréstimos – WEBER (1946), p. 12.

⁵⁷ O desenvolvimento do conceito de cidade-jardim em França foi inicialmente promovido por Georges Benoit-Lévy em 1904 na obra *“La cité-jardin”*, com prefácio de Charles Gide, o teórico do movimento cooperativo francês. Benoit-Lévy baseia-se nas ideias de Ebenezer Howard em Inglaterra para as *Garden Cities* e na construção de Letchworth (1902), a primeira cidade jardim, na grande periferia de Londres.

Foi neste contexto que se constituiu a Sociedade das *Habitations à Bon Marché* (HBM), oficialmente criada em Fevereiro de 1890 e reconhecida a sua utilidade pública no mês seguinte. Um dos objectivos da Sociedade das HBM consistia no apoio às sociedades locais de habitações económicas para a construção de alojamentos salubres e melhoria dos existentes, ao mesmo tempo que concedia a operários e outros trabalhadores os meios para a aquisição de habitação própria. Integrados nas HBM, até 1914 contavam-se 327 organismos promotores de habitação de baixo custo e 40 000 alojamentos construídos.⁵⁸

Antes de 1914, uma das experiências mais interessantes no domínio da habitação económica destinada a trabalhadores foi lançada em Draveil pela cooperativa “Paris Jardins” com incentivos da Sociedade das HBM. Em Draveil, a cooperativa procedeu à ocupação de um parque com 43 hectares de um castelo do século XVIII: 25 hectares foram subdivididos em cerca de 320 lotes de 500 a 1500m² e os restantes 18 hectares, incluindo o castelo, conservados como património comum dos sócios. A planificação da cidade-jardim partiu da situação existente e manteve o alinhamento curvo das alamedas, sem proceder a alinhamentos ortogonais regularizadores, excepto na permanência da grande alameda central que conduzia ao castelo.

Na edificação das habitações, cada associado podia escolher o arquitecto, os materiais de construção e a disposição dos compartimentos. Mas, para assegurar a coerência do projecto arquitectónico ao mesmo tempo que se permitia a diversidade de construções ao melhor preço, a coordenação do projecto foi assegurada por uma comissão composta por sócios da cooperativa e pela equipa de projectistas, chefiada pelo arquitecto Jean Walter.⁵⁹ No entanto, a eclosão da I Guerra Mundial interrompeu este trabalho, tendo sido concluídas apenas 60 casas.

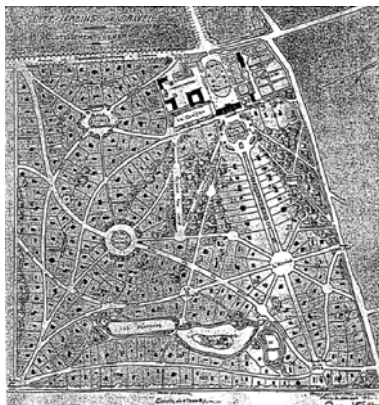


Fig.15. Planta da cidade-jardim de Draveil, França.

O projecto, da autoria do arquitecto Jean Walter, mantém a edificação preexistente e o traçado original do jardim.



Fig.16. Cidade-jardim de Draveil, cooperativa “Paris-Jardins”, 1912.

A construção da cidade-jardim, iniciada em Agosto de 1912, assenta em princípios de diversidade tipológica, mas de cariz higienista: todos os compartimentos são iluminados por luz natural.

⁵⁸ Dados apresentados em FLAMAND, Jean-Paul (2001); *Loger le peuple: essai sur l'histoire du logement social en France*, p. 109.

⁵⁹ Jean Walter é o especialista francês de numerosas cidades-jardim. Em 1911, das 22 cidades-jardim existentes em França, Walter constrói 19. Na elaboração do projecto de Draveil, o arquitecto foi assistido por três higienistas defensores do ideal cooperativa e socialista: Albert Mayer (presidente da cooperativa de consumo “La Bellevilloise”), Léon Filderman (médico) e Gabriel Pernet (teórico do movimento cooperativo que vai popularizar a ideia concretizada em Draveil nas suas conferências).

Por toda a Europa, as guerras paralisaram a produção de habitação e agravaram a crise do alojamento operário e das classes mais pobres. Para além do necessário recomeço da construção, o aumento dos impostos e do custo de vida, a especulação sobre os materiais e os terrenos, o crescimento populacional agravado pela constituição de novas famílias, pelo aumento da natalidade e pelo êxodo rural para os grandes centros urbanos agudizaram o problema da habitação. Nos países bombardeados, acresceu, ainda, a necessidade de reconstrução dos edifícios destruídos e danificados,⁶⁰ tornando urgente a necessidade de concessão de créditos importantes às entidades construtoras de habitação.

Neste contexto, o cooperativismo habitacional apresentou-se como uma solução rápida para a construção de habitações baratas destinadas a operários e à classe média com baixos rendimentos. Foi neste panorama que a intervenção cooperativa se desenvolveu.

Ainda em França, a crise do alojamento obrigou à redefinição de uma nova política, dentro do contexto da reconstrução nacional e com exigência de novas respostas. As sociedades anónimas e as cooperativas das HBM apoiaram-se nas entidades públicas, as quais estabeleceram programas de financiamento que permitiram a realização de 200 000 habitações *à bon marche* e 60 000 habitações *à loyer moyen* (renda moderada), a maioria das quais em imóveis colectivos. Em Lyon, no início da década de 20, a Cooperativa de Construção “L’Avenir” propôs a edificação das primeiras habitações colectivas de baixo custo com o objectivo de racionalizar a construção e adaptar as técnicas construtivas às exigências dos novos programas, à boa maneira das ideias de Le Corbusier que começavam, então, a ser difundidas.



Fig.17. Cité Edouard Herriot, quarteirão da Cruz Vermelha da cooperativa L’Avenir, Lyon, 1920/22.

No resto da Europa, no início da década de 30, a Bélgica e a Itália possuíam já, respectivamente, 71 e 79 cooperativas de habitação e a Checoslováquia apresentava o expressivo número de 1 651 entidades da mesma espécie. Neste país, a legislação promulgada pelo Estado no início da década de 20 concedia às cooperativas de habitação um subsídio até 80% do custo total efectivo da construção, incrementando a sua

⁶⁰ Após a I Guerra Mundial, só em França existiam 300 000 imóveis destruídos e 200 000 a necessitar de urgente reparação.

produção. Até meados de 1925 eram da responsabilidade cooperativa mais de 45% das construções realizadas: 1 069 imóveis colectivos com 14 310 fogos e 10 769 habitações familiares com 12 219 alojamentos. Na Suíça, a construção pelas cooperativas de habitação representava cerca de 25% do total de alojamentos edificados, completando mais de 8 400 casas.⁶¹

No final dos anos 50, 70% das casas construídas anualmente na Suécia, cerca de 35 000, eram-no pelas cooperativas. Na Dinamarca e na Finlândia essa percentagem era de 50% e na Noruega e na Bélgica de 30%.⁶²

Em alguns países, o próprio Estado, reconhecendo a importância do sistema cooperativo para a solução do problema habitacional, concedeu um apoio efectivo às cooperativas de habitação. Para melhorar a qualidade dos alojamentos e diminuir o custo da construção recorria-se à estandardização dos tipos de materiais, à produção em série e à redução das despesas de transporte. Em vários países, a legislação fixada após a I Guerra Mundial chegou mesmo a determinar as dimensões ou o número de divisões dos alojamentos das casas subsidiadas.⁶³

Na Bélgica, já desde o final do século XIX que o Estado favorecia a construção de habitações operárias salubres e a sua venda a pronto pagamento ou por anuidades, autorizando a Caixa Geral a empregar uma parte dos seus fundos a favor da construção ou da compra de casas baratas. É neste âmbito que se constituíram um grande número de sociedades operárias de construção que recebiam empréstimos ao juro de 2,5 e 3%/ano mediante determinadas condições. Após a I Guerra Mundial, a promulgação de nova legislação permitiu o estabelecimento

⁶¹ Dados correspondentes ao ano de 1931 e apresentados por BARBOSA, Raul Tamagnini (1932); *Uma solução económica para a reconstrução do Porto*, p. 6.

⁶² Dados estatísticos divulgados por Vasco de Carvalho no artigo “Habitação e inquilinato” publicado no Boletim Cooperativista (Junho 1958), n.º 57, p. 3.

⁶³ Em Inglaterra, 4 quartos de dormir por alojamento. Em Itália, 10 divisões nos alojamentos baratos e 6 nos alojamentos operários. Na Holanda, 3 quartos e uma sala comum com, eventualmente, uma sala maior. Na Checoslováquia, a legislação publicada em entre 1921 e 1923 determina, com rigor, a grandeza do imóvel e o seu aspecto. Os materiais de construção são tabelados e os terrenos sujeitos a expropriação por utilidade pública – dados divulgados por AZEVEDO, Coronel Guilherme de (1929); *Os problemas da habitação em Portugal e noutros países*, p. 96 e 99.

da “Sociedade Nacional das Habitações e Alojamentos Baratos”, a qual, com o apoio do Estado, teve como objectivo a criação e financiamento de sociedades locais ou regionais de habitações económicas, a aquisição de imóveis para arrendamento ou venda e a promoção da expropriação, por utilidade pública, de imóveis edificadas ou de terrenos vazios. Até ao final de 1925, o número de sociedades construtoras aprovadas pela Sociedade Nacional era de 263, o número de alojamentos já ocupados rondava os 24 550 e, em construção, os 5 562.⁶⁴



Fig.18. Habitação construída pela Sociedade “Amsterdamsch Bounfonds”, Holanda.

Destina-se a 350 operários celibatários e possui cozinha, refeitório, sala de banhos e sala de leitura.

Na Holanda, desde 1902 que as sociedades de construção eram consideradas de utilidade pública, às quais eram concedidos empréstimos amortizáveis em anuidades de 50 a 70 anos a um juro de 3 a 3,5%/ano para a compra de terrenos e construção de casas. Só em Amesterdão, as casas construídas por cooperativas entre 1920 e 1927 correspondiam a cerca de 20% do total, perfazendo 8 958 alojamentos.

Em Espanha, um decreto de 1924 regulou o auxílio a conceder à construção de habitações económicas, as quais podiam ser construídas por sociedades de todas as classes. No final de 1926 existiam já 107 cooperativas de construção com possibilidades de beneficiar do auxílio oficial proveniente da Caixa Geral de Depósitos.

Em Itália, após a I Guerra Mundial, como noutros países europeus, o Estado prestou auxílio financeiro às cooperativas de construção, traduzido em empréstimos com juros baixos e largos períodos de amortização. Na Alemanha e na Áustria, várias leis concederam créditos com vista à melhoria das condições de alojamento das classes operárias. Por conta deles foram feitos empréstimos às cooperativas para que edificassem alojamentos económicos, isentando-as de impostos.

Em resumo, desde cedo que nos diversos países da Europa se recorreu às cooperativas para a resolução da crise habitacional provocada, principalmente, pelas guerras. Reconhecida a sua importância pelas próprias entidades públicas através da concessão de apoios, a construção cooperativa foi sempre encarada como a solução económica a adoptar.

⁶⁴ Dados apresentados por AZEVEDO, Coronel Guilherme de (1929); *Os problemas da habitação em Portugal e noutros países*, p. 76-77 e 87-89.

[3.2] AS COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL

Em Portugal, data de 1894 a criação da primeira cooperativa de habitação: a Cooperativa Popular de Construção Predial, em Lisboa, com a finalidade da aquisição de terrenos para a construção de alojamentos. Em 1904, a Cooperativa Popular possuía 1 450 sócios, mas apenas conseguiu promover a construção de cinco fogos (moradias com quintal). Entretanto, já a Sociedade Cooperativa e Caixa Económica do Porto, fundada em 1871, com finalidades diversas, consagrava entre estas o empréstimo de dinheiro aos seus associados para a construção de habitações próprias. Nas primeiras décadas do século XX surgem novas cooperativas de habitação, sem, no entanto, apresentarem actividades assinaláveis. Em 1929 existiam cerca de três dezenas, mas este número reduziu-se, drasticamente, para apenas duas em 1945.

Um dos conjuntos urbanos que consideramos pioneiro e exemplificador da forma de obter alojamento através da associação e cooperação mútuas diz respeito a um grupo de dez casas inicialmente projectadas pelo arquitecto José Ferreira Peneda para um grupo de dez operários do Porto associados no “Grupo 10 de Maio”. O projecto, de finais de 1926, aparece reproduzido na revista “*A Arquitectura Portuguesa*” como um exemplo do que deverá ser a construção urbana para as classes trabalhadoras com baixos recursos económicos:

“Não menos interessante é a iniciativa de dez operários se reunirem coadjuvando-se mutuamente, constituindo-se uma associação que por meio de cotizações semanais e à custa de sacrifícios hercúleos arrancados aos seus salários, talvez trabalhando eles próprios para colocar pedra sobre pedra, ou viga sobre viga, realizarem o milagre de se tornarem possuidores duma casa para habitarem. Que grande exemplo de cooperação mútua, de previdência colectiva e de solidariedade social! Que lição dada por gente do povo às classes mais cultas, mais elevadas mas mais egoístas!”⁶⁵

⁶⁵ Excerto do artigo *Projecto de um grupo de dez casas para dez operários que se constituíram n’um Grupo Dez de Maio no ângulo das ruas do Seixal e Cavadas no Porto* publicado na revista “*A Arquitectura Portuguesa*” (Dezembro 1926), ano XIX, n.º 12, p. 45-47.

O projecto para o Grupo 10 de Maio, localizado entre a rua com o mesmo nome (antiga Rua do Seixal) e a Rua de Jerónimo Mendonça (antiga Rua das Cavadas), compreende dez habitações organizadas em sequência, geminadas duas a duas, num parcelamento estreito com cerca de 5m de largura. Cada uma das casas ocupa uma área de implantação com apenas 45m² e possui pátio na frente e logradouro nas traseiras. A diferença de cota entre as duas ruas é resolvida através da criação de um meio piso, ou loja, dispondo de uma só frente para o logradouro e com acesso pelo exterior, servindo de elemento de concordância entre plataformas desniveladas e constituindo um rés-do-chão semielevado.

Contudo, na prática, o projecto idealizado por José Peneda não foi concretizado na sua totalidade. Em 1930, o arquitecto Aucíndio dos Santos introduziu algumas alterações à concepção original impostas pelas baixas condições económicas dos seus proprietários. O desvão do telhado não foi completamente aproveitado, cingindo-se a construção apenas ao piso do rés-do-chão e da semi-cave nas traseiras. O desenho da fachada principal foi também alterado, constituindo agora uma frente urbana contínua, em vez de articular os ritmos de cheios e vazios preconizados no projecto inicial.

Fig.19. Rua do Grupo 10 de Maio.
Aucíndio dos Santos, arq.
1930.

Actualmente existem apenas sete das dez habitações inicialmente projectadas.



No entanto, apesar das alterações introduzidas, as habitações construídas pelo Grupo 10 de Maio não deixam de constituir o exemplo pioneiro da construção cooperativa no Porto antes da instauração do regime.

Com o objectivo de estimular a produção de novos fogos e reduzir o respectivo custo, desde 1928, as cooperativas e as sociedades de construção de casas económicas gozam das vantagens atribuídas pelo Decreto-Lei de Revisão dos Bairros Sociais da República e das respectivas isenções tributárias.⁶⁶ Beneficiam, ainda, da intervenção estatal, não apenas na redução ou isenção da carga fiscal, mas também na possibilidade de utilização da Caixa Geral de Depósitos para a concessão de créditos a juros mais baixos, assim como da colaboração municipal na cedência de terrenos a baixo preço, construção de infra-estruturas nas urbanizações, expropriação de terrenos, maior facilidade e rapidez na aprovação dos projectos e assistência técnica.

Mais tarde, segundo a Lei n.º 2 007 de 7 de Maio de 1945 (Programa das Casas de Renda Económica com o objectivo de alojar a classe média excluída do Programa das Casas Económicas por razões diversas que não a financeira), a construção destas casas passou a ser permitida às sociedades cooperativas ou anónimas, admitindo-se o seu arrendamento.⁶⁷ No entanto, na prática, este sistema não foi adoptado, cingindo-se à opção pela propriedade individual.

Contudo, o apoio do Estado não foi, de facto, efectivo: *“as formalidades exigidas para a sua constituição e funcionamento, os condicionalismos respeitantes às características das moradias, a forma como se acham fixados os preços-base da renda e os da venda, as multas e os riscos que a proposta comporta, não são de molde a estimular as*

⁶⁶ “Gozarão das vantagens consignadas neste decreto as casas económicas que, satisfazendo as condições nele preceituadas, forem construídas (...):
(...)

b) por cooperativas, sociedades anónimas ou mútuas, ou por cotas, de construções de habitações económicas (...).” – DL n.º 16055 de 22 de Outubro de 1928, Art.º 9.º.

“As cooperativas e sociedades de construção de casas económicas (...) gozarão das isenções seguintes:

1.º imposto de selo e registo nos actos necessários à sua constituição, dissolução e liquidação;
2.º de selos nas acções e obrigações;
3.º de quaisquer impostos, contribuições ou taxas sobre os mesmos títulos ou sobre o dividendo ou rendimento destes ou sobre as transacções;
4.º da contribuição industrial.” – DL n.º 16055 de 22 de Outubro de 1928, Art.º 23.º.

⁶⁷ “Consideram-se casas de renda económica as que se construam nos centros urbanos ou industriais ao abrigo da presente lei e obedeçam, cumulativamente, ao seguinte:

1.º Serem edificadas por sociedades cooperativas ou anónimas, especialmente constituídas para esse fim (...).” – DL n.º 2 007 de 7 de Maio de 1945, Base I.

iniciativas desta ordem”,⁶⁸ impossibilitando a viabilidade das cooperativas face às entidades privadas.

Após o final da II Guerra Mundial, com o maior desenvolvimento industrial do país e consequente necessidade de construção de alojamentos, constituiu-se um número mais importante de sociedades sob a designação de Cooperativas de Habitação Económica, englobando, em 1950, cerca de 36 500 famílias, mas apenas 1 100 casas construídas. Nesta época de pós-guerra, a actividade cooperativa começava, no entanto, a ser seriamente encarada como alternativa à construção pública de habitação:

*“Não interessa ao Estado, à Câmara ou à solução do problema que as habitações de rendimento sejam feitas por A ou B, mas julgo boa a política de estimular a formação e a actividade de cooperativas de construção de habitação para os seus sócios, pois o apoio e as facilidades que se lhes dispensar, por maiores que venham a ser, representarão encargo menor para o Estado e para o Município do que o da construção de bairros de moradias, por sua própria conta, para vender ou arrendar.”*⁶⁹

No final de 1956 avaliava-se o número de sócios de cooperativas em 50 000 e o valor das habitações construídas ou a construir em 580 000 contos.⁷⁰ Dez anos mais tarde, o número de cooperativas aumentou para 42, das quais 18 localizavam-se em Lisboa, 12 no Porto, 3 em Braga, 2 em Aveiro e uma em Beja, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Ponta Delgada e Funchal.⁷¹

Comparando os dados da acção cooperativa em Portugal até meados do século XX, cujas características se estendem pela década de 60 até ao início dos anos 70, com os valores apresentados pelos restantes países europeus verifica-se que a solução da crise habitacional portuguesa durante este período não passou pelas cooperativas, as quais

⁶⁸ Excerto do artigo “Casas Económicas” do vereador Júlio Martins da Câmara Municipal de Lisboa na revista “A Arquitectura Portuguesa” (Dezembro 1944), n.º 117, p. 17.

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ Dados estatísticos apresentados no Boletim Cooperativista (Outubro 1956), n.º 37, p. 3.

⁷¹ Dados estatísticos apresentados por FERREIRA, António Fonseca (1979); *Cooperativas de habitação em Portugal*.

apresentavam, no panorama geral das necessidades inventariadas, graus insignificantes de intervenção. Devido ao reduzido número e à fraca capacidade construtiva decorrente das imposições urbanísticas e do elevado custo dos terrenos nos centros urbanos, as cooperativas portuguesas não estavam, nesta altura, em condições de satisfazer as aspirações de milhares dos seus associados a uma habitação salubre e económica.

Será somente após o 25 de Abril de 1974 que o regime democrático instaurado desencadeará um processo de organização em torno do alojamento, impulsionando diversas iniciativas governamentais que se traduzirão, entre outras medidas, no lançamento do apoio institucional, técnico e financeiro às cooperativas de habitação económica e na reestruturação de todo o sector através da publicação de nova legislação.⁷² O grande surto de formação de cooperativas verificar-se-á entre meados de 1975 e 1978, com particular dinamismo nas regiões suburbanas de Lisboa, Porto e Setúbal.

⁷² DL n.º 730/74 (definição do Regime Jurídico da Cooperação Habitacional); DL n.º 737A/74 (regulamentação do Regime das Cooperativas de Habitação Económica) e DL n.º 268/78 (enquadramento do apoio financeiro às Cooperativas de Habitação), entre outros.

[3.2.1] ORGÂNICA DE FUNCIONAMENTO

As bases orgânicas das cooperativas de habitação que operaram em Portugal durante a primeira metade do século XX até ao 25 de Abril de 1974, embora variando de caso para caso, apresentam, na generalidade, uma estrutura semelhante quanto à organização e às condições de base na admissão dos seus sócios, nomeadamente a limitação do número de associados e a fixação de uma quota mensal segundo uma preferência de classe (normalmente dez) ou do tipo de construção pretendida, definida por uma classificação de acordo com o custo provável do fogo. A quotização correspondente a cada classe era fixa até ao momento em que o sócio tinha a sua habitação em condições de habitabilidade. A partir daí, o valor da amortização mensal era atribuído de acordo com o valor corrigido e real da construção, deduzidos os pagamentos de antecipação e as quotas já liquidadas, dividindo-se o excedente em mensalidades iguais até ao limite máximo de 20 anos.

Em muitas construções, a antecipação em determinado valor garantia o direito ao início da obra num prazo pré-determinado:

- . $\frac{1}{4}$ do valor provável: prazo de um ano;
- . $\frac{1}{2}$ do valor provável: prazo de 6 meses;
- . $\frac{3}{4}$ do valor provável: construção imediata.

Nas condições normais de quotização, o encargo de juros ao capital era de 4%/ano, a mesma taxa de juro concedida pela Caixa Geral de Depósitos aos empréstimos financeiros das próprias cooperativas.

Os sócios atingiam o direito à construção por ordem de antiguidade, por sorteio ou por antecipação de capital até perfazerem o valor da classe de construção em que se inscreviam. Este modelo de gestão discriminava as famílias de menores recursos económicos, as quais se viam obrigadas a esperar muitos anos para atingir o direito à construção, sendo ultrapassadas por aquelas que, com maiores rendimentos, antecipavam o capital necessário. Por outro lado, o sistema também permitia que os sócios pudessem aceder a mais do que uma posição dentro da mesma

cooperativa, podendo aliená-la a terceiros, com prejuízo dos sócios expectantes e obtenção de lucros próprios.

Sendo assim, não se pode afirmar que o cooperativismo foi, regra geral, um promotor especializado nos grupos populacionais de menores recursos. Na prática, assim organizadas, estas sociedades de construção não passavam de cooperativas de crédito imobiliário, com base no auto-financiamento, desviando-se frequentemente da finalidade primordial.

O objectivo fundamental das cooperativas não foi aumentar o parque habitacional social, mas, unicamente, resolver o problema de habitação de cada um dos seus membros, ou seja, satisfazer as suas necessidades, interesses e perspectivas únicas e pessoais:

*“A massa associativa, constituída quase exclusivamente pela classe média, apresenta um nível muito baixo de formação cooperativa, e manifesta um desinteresse quase total pela solução cooperativa fora do interesse imediato de obterem a sua própria casa.”*⁷³

Os sócios constituíam-se como os principais actores do processo cooperativo, participando em nome individual ou em grupos, ao mesmo tempo promotores e beneficiários dos fogos construídos.

Mas a acção destas primeiras cooperativas de habitação portuguesas resolveu o problema de alojamento, sobretudo, àqueles elementos da população que possuíam força económica suficiente para adiantar capitais ou comprar posições, regelando para segundo plano *“as camadas mais modestas dos pequenos empregados, operários e trabalhadores, para quem o problema é mais pungente.”*⁷⁴

⁷³ Excerto do artigo “O movimento cooperativo português é uma realidade” de Fernando Ferreira da Costa, publicado no Boletim Cooperativista (Jan.-Fev. 1957), n.º 40 e 41, p. 3 e 12.

⁷⁴ Excerto do artigo “Cooperativismo: Problema da Habitação” de Eugénio M. Mota e José Hipólito, publicado no Boletim Cooperativista (Outubro 1956), n.º 37, p. 2.

[3.2.2] A COOPERATIVA “O PROBLEMA DA HABITAÇÃO”

Durante a primeira metade do século XX, a cooperativa de habitação que promove o maior número de construções no país é, sem dúvida, “O Problema da Habitação”, a qual pode ser encarada como paradigma deste tipo de intervenção em Portugal.⁷⁵ Esta instituição possui uma génese (associação de um conjunto de trabalhadores de uma mesma empresa ou grupo laboral) e um sistema organizativo semelhante a todas as cooperativas que se constituíram nesta época. No entanto, ao contrário da maioria das organizações, o processo construtivo por ela estabelecido perdurará até aos nossos dias, apesar das mudanças e adaptações sofridas principalmente após o 25 de Abril de 1974.

Para a fraca durabilidade das restantes cooperativas de habitação portuenses podem-se apontar *“as complexas e cada vez mais sofisticadas exigências de gestão que não se compadecem com o amadorismo a que muito melhor se adequa o espírito cooperativo”*, da mesma forma que *“os inevitáveis conflitos de interesses e a própria coordenação das acções em comum exigem normas que não podem estar permanentemente sujeitas a consenso casuístico.”*⁷⁶

Por outro lado, a disparidade existente na época entre algumas cooperativas no Porto com vida florescente e outras com actividade mais precária, sem grandes possibilidades de desenvolvimento futuro, podia estar também relacionada com a localização das respectivas sedes. As primeiras estabeleceram-se junto de aglomerados populacionais de baixo nível económico e, muitas vezes, formados por pessoas ligadas às mesmas actividades profissionais, enquanto as segundas se encontravam em locais pouco apropriados e com associados dispersos.⁷⁷

⁷⁵ O destaque e resumo da estrutura de funcionamento da cooperativa “O Problema da Habitação” são também feitos por BARBOSA, Raul Tamagnini (1937); *Diferentes formas de cooperativismo de habitação*, p. 443.

⁷⁶ SOVERAL, Eduardo Abranches de (2000); *O pensamento de António Sérgio: síntese interpretativa e crítica*, p. 68-69.

⁷⁷ Teoria defendida por Manuel C. Vilela no artigo “Aproveitemos a experiência dos cooperadores do norte” publicado no Boletim Cooperativo (Setembro 1955), n.º 24.



Fig.20. Logotipo: “Um lar para cada um”, lema da Cooperativa “O Problema da Habitação”, fundada em 1926.



Fig.21. Brochura dos Estatutos aprovados pela Cooperativa “O Problema da Habitação” em Assembleia Geral de 28 de Dezembro de 1956.

Constituída no Porto em Dezembro de 1926 como sociedade anónima, sob o lema “*Um lar para cada um*” e com o objectivo da “*construção de casas, de preferência económicas, em terrenos sem ou com edificações para demolir*”,⁷⁸ a cooperativa “O Problema da Habitação” foi fundada por Abel Mota, um modesto trabalhador da Companhia da Carris do Porto, tendo como representantes um grupo de dez funcionários da mesma empresa. Em 1926 foi fixada a quota semanal de 10\$00 para a formação do capital de cada sócio e a importância de 20.000\$00 para terreno e construção.⁷⁹

A primeira casa foi edificada em 1927 e, ao longo dos anos, foram construídas centenas de habitações (especialmente moradias), com maior incidência nos distritos do Porto⁸⁰ e Lisboa, local onde, posteriormente, surgiu a necessidade de criação de uma delegação. Entre 1927 e 1962, a cooperativa construiu 698 edifícios em todo o país (438 dos quais em várias freguesias da cidade do Porto), adquiriu cerca de 1 700 terrenos para construção e, até 1973, já possuía 13 322 sócios (presentemente apenas restam 23). Até à actualidade foram construídos 1 411 fogos no Porto, 1 012 habitações no resto do país e adquiridos 2 922 terrenos.⁸¹

Após diversas reformas dos respectivos Estatutos ao longo dos anos, a Assembleia Geral de 28 de Dezembro de 1956 aprovou os que constituem a síntese de todas as alterações até então efectuadas,⁸² tendo

⁷⁸ Art.º 3.º dos Estatutos aprovados em Assembleia Geral da Cooperativa “O Problema da Habitação” de 28 de Dezembro de 1956.

⁷⁹ Relativamente à questão da fixação da quota semanal, um pequeno historial da cooperativa “O Problema da Habitação” inscrito nos actuais Estatutos e Regulamento Interno relata o seguinte: “*Um advogado consultado sobre a viabilidade do projecto, felicitou e abraçou o autor, mas esforçou-se por o convencer da vantagem de fixar a quota de 20\$00. No entanto, o seu fundador não concordou, uma vez que, segundo ele, as pessoas que podem pagar 20\$00 por semana não são as que mais precisam de auxílio da Cooperativa, ficando por isso fixada a quota semanal em 10\$00.*”

⁸⁰ Em 1926, a sede da Cooperativa “O Problema da Habitação” localiza-se na Rua de Gonçalo Cristóvão, 210. Em 1947 é adquirido para sede própria, pela direcção vigente de que era Presidente o sr. Joaquim Pereira da Silva, o edifício designado pelo “*Palácio das Águias*”, no gaveto da Praça da República e da Rua de Gonçalo Cristóvão. Em 1992, a sede é transferida para a Rua de Antero de Quental, 299.

⁸¹ Dados estatísticos fornecidos pelo actual Presidente da Cooperativa “O Problema da Habitação”, Alfredo Moreira.

⁸² Após lavrada a escritura de constituição em 21 de Dezembro de 1926, os Estatutos da Cooperativa “O Problema da Habitação” são reformados e escriturados sucessivamente em Março de 1933, Março de 1937, Março de 1939, Novembro de 1940, Dezembro de 1942, Outubro de 1943, Março e Agosto de 1944, Junho de 1946, Janeiro de 1947, Março e Setembro de 1948 e, finalmente, Novembro de 1949.

havido lugar a apenas mais duas actualizações.⁸³ Para além das quotizações mensais dos sócios (pessoas singulares ou colectivas propostas por sócios efectivos, pagando, no acto de inscrição, o valor mínimo de 1 000\$00 realizado em capital social), o financiamento provinha de empréstimos do Estado, da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência com juros a 4%/ano.

Em 1956, a cooperativa organizava-se em duas secções: A e B. A distinção entre as duas secções consistia no prazo de amortização da diferença entre o capital realizado pelo sócio e o custo da habitação: no primeiro caso, sem encargos, no prazo máximo de dez anos (120 mensalidades) e, no segundo, acrescido de uma taxa de encargos, no prazo de dezanove anos (228 mensalidades).⁸⁴

Em cada uma das secções distinguiam-se quinze classes relativas ao pagamento das quotas,⁸⁵ nas quais os sócios se podiam movimentar, mas com algumas restrições. A fusão entre dois ou mais sócios era possível, desde que todos tivessem vez de construção, casa construída ou em construção até ao limite máximo de 600 000\$00 de despesa atribuída pela cooperativa. Previa-se, ainda, a possibilidade de agrupamento de vários sócios para a construção de blocos residenciais em regime de propriedade horizontal, desde que os fogos se destinassem a ser empossados individualmente.

As quotas mensais, distribuídas por classes, situavam-se entre 25\$00 e 500\$00, sendo a média (classe 10.^a) correspondente a 250\$00, acrescida de 15\$00 para despesas de administração, devendo ser paga uma jóia de 100\$00 no acto de inscrição. As despesas da cooperativa para construção distribuíam-se entre 15 000\$00 (3 000\$00 para o terreno e 12 000\$00 para a construção) e 300 000\$00 (60 000\$00 para o terreno e 240 000\$00 para a construção), sendo a média (classe 10.^a) correspondente a um custo máximo total de 150 000\$00 (30 000\$00 para o terreno e

⁸³ As alterações posteriores a 28 de Dezembro de 1956 tiveram lugar a 15 de Maio de 1983 e 13 de Janeiro de 1998, respectivamente.

⁸⁴ O capital de cada uma das secções era independente e as construções eram feitas, na secção A, pelo seu capital e, na secção B, pelo seu capital e pelo produto dos empréstimos contraídos ou realizados. Mediante algumas condições, antes de usufruir de habitação, os sócios podiam mudar da secção A para a B e vice-versa.

⁸⁵ Consultar Anexo 1, Quadro V: *Características das Classes de Construção da Cooperativa “O Problema da Habitação” em 1956*, p. 131.

120.000\$00 para a construção). A cooperativa atribuía um valor correspondente a 25% do custo da construção para a aquisição do terreno pelo sócio em nome da cooperativa e o seu custo era amortizado juntamente com a habitação. A própria cooperativa obtinha uma majoração de 10% relativamente ao valor total da construção e terreno, rendimento que a entidade utilizava para investir em urbanização.

O direito dos sócios à construção de casa determinava-se, normalmente, por antiguidade de inscrição na cooperativa, independentemente das casas atribuídas por sorteio, no máximo de 20 por ano. O sócio com direito à construção tinha 90 dias para indicar terreno (a escolha dos terrenos a adquirir pela cooperativa era, de facto, da responsabilidade do próprio associado, na localização pretendida), apresentar o projecto e o respectivo caderno de encargos da obra nos 90 dias seguintes à data de celebração da escritura de compra do terreno e iniciar a construção no prazo máximo de um ano, contado a partir da data do convite para edificação. Caso contrário, o sócio perdia a vez de construção ou a mesma era-lhe condicionada, de acordo com disponibilidades anuais existentes para esse fim. Aos sócios era também facultada a possibilidade de aquisição antecipada do terreno, em nome da cooperativa, podendo ser reembolsados no seu valor dentro dos limites estabelecidos para cada classe ou despendar o valor total atribuído na construção da habitação.

Após a aquisição do terreno, o associado encarregava-se da selecção do técnico responsável pela elaboração do projecto, assim como pela concepção da própria habitação. Aos arquitectos particulares da cooperativa não incumbia a tarefa de execução dos projectos, mas apenas a sua revisão e apreciação no sentido de verificar a sua condição de *habitação social* (aspecto geral, acabamentos e materiais de construção), ou confirmar apenas se a construção se inscrevia dentro dos valores máximos atribuídos pelos estatutos. No entanto, no decorrer da obra, os sócios tinham a possibilidade de alterar sistemas e materiais de construção, pagando a diferença de custo, à margem das disposições estipuladas pela cooperativa.

O sócio era, ainda, o responsável pela contratação do construtor, o qual era obrigado a inscrever-se na cooperativa e apresentar o respectivo currículo. No decorrer da construção, os técnicos da cooperativa (engenheiros, fundamentalmente) procediam às vistorias necessárias e os autos eram pagos mensalmente.

Ao sócio era também atribuída a responsabilidade da conservação e manutenção da casa, a qual, concluída a amortização, era transferida para a sua posse mediante a celebração da escritura.

À revelia da cooperativa, os sócios podiam, contudo, alterar os projectos aprovados e construídos, sendo possível encontrar, actualmente, habitações transformadas em espaços de serviços ou prédios de rendimento. Não existem modelos-tipo de construção, nem áreas máximas específicas: apenas o custo médio das habitações para cada sócio era fixo (ronda os 150 000\$00, incluindo o terreno), mas tal situação podia ser facilmente contornada pelas possibilidades de fusão de sócios para a obtenção de quatro vezes mais o valor inicial e de agrupamento de pessoas para a constituição da propriedade horizontal.

O exemplo do sistema instituído pela cooperativa “O Problema da Habitação” demonstra que a atribuição da responsabilidade total aos sócios pela escolha do terreno, contratação dos técnicos para a concepção do projecto, contratação do construtor para a execução da obra, manutenção e conservação da casa significa que, na realidade, as cooperativas desta época funcionavam, essencialmente, como entidades de crédito imobiliário para a obtenção de habitação a custos mais baixos do que no mercado livre. Esta situação irá ter repercussões significativas nas formas de intervenção na cidade, disseminando-se a grande maioria da construção por todo o território, em terrenos individuais escolhidos pelos próprios sócios.

[4] NÍVEIS DE INTERVENÇÃO COOPERATIVA

[4.1] DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE TRABALHO

Prosseguindo a estratégia metodológica adoptada na abordagem à investigação, importa agora descobrir e analisar as construções geradas no âmbito da intervenção cooperativa de habitação na cidade do Porto entre 1933 e 1956.

No Porto, a análise das fontes disponíveis, apesar de reduzidas e conterem informações dispersas, permitiu verificar a existência de pouco mais de uma dezena e meia de cooperativas de habitação, a maioria das quais com projectos documentados nos Arquivos da Câmara Municipal. No entanto, a informação é escassa e, em parte, resulta da dificuldade de acesso à generalidade das cooperativas portuenses em funcionamento até aos finais dos anos 50.

COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO EXISTENTES NO PORTO ENTRE 1933 e 1956

DESIGNAÇÃO DA COOPERATIVA	ANO DE FUNDAÇÃO	NR. LICENÇAS IDENTIFICADAS	NR. LICENÇAS CONSULTADAS	OBS.
Construtora Económica Luso-Poveira*	?	2	1	Inactiva
Construtora Económica Nossa Moradia*	?	2	2	Inactiva
Edificadora Previdente*	?	16	19	Inactiva
Lar do Comércio*	?	3	1	Inactiva
Lar Económico*	?	3	7	Inactiva
Lar Monçanense*	?	2	2	Inactiva
Tenho Uma Casa*	?	1	1	Inactiva
A Nacional Edificadora	1908	-	-	Inactiva
O Problema da Habitação*	1926	455	422	Activa
A Construção Civil do Norte	1930	-	-	Inactiva
Bairro Invicta	1930	-	-	Inactiva
O Lar Familiar*	1944	77	68	Inactiva
Moradia Portuguesa*	1946	4	5	Inactiva
Organização de Fomento Cooperativo*	1948	30	27	Inactiva
A Casa Lusitana*	1950	8	10	Inactiva
Lar Operário Católico*	1950	11	10	Inactiva
TOTAL:		614	575	

Fontes:

Bases de Dados dos Arquivos Histórico e Geral da Câmara Municipal do Porto; INSCOOP (1997); MATOS (2001).

* Cooperativas de habitação com obras documentadas em arquivo.

A discrepância existente, em quatro situações, entre o maior número de licenças consultadas relativamente ao número de licenças identificadas relacionou-se com o facto de os processos que constituem essa diferença terem sido erradamente catalogados nas bases de dados dos arquivos municipais. Trata-se das situações patentes nos casos das cooperativas Edificadora Previdente (16;19), Lar Económico (3;7), Moradia Portuguesa (4;5) e A Casa Lusitana (8;10).

[4.2] TIPOS DE INSERÇÃO NO ESPAÇO URBANO

Para o estudo e integração da intervenção cooperativa na estrutura urbana do Porto é fundamental, antes de mais, proceder à distinção dos três elementos identificadores das várias unidades morfológicas em que o aglomerado urbano pode ser subdividido, fruto das várias épocas históricas e períodos de crescimento em que ocorre a sua expansão: lote, edifício e rua.

A análise morfológica permitiu identificar os tipos mais frequentes da expansão urbana relativamente a um período histórico determinado e a um promotor específico de construção, realçando a estrutura viária subjacente, a forma e dimensão dos lotes e as características dos edifícios habitacionais. Assim, a aplicação da metodologia permitiu distinguir três formas de organização da habitação:

1. Unifamiliar
2. Bifamiliar (duas habitações unifamiliares sobrepostas)
3. Plurifamiliar (mais de dois fogos)

e identificar, para cada uma delas, quatro tipos diferentes de inserção no espaço urbano:⁸⁶

- a) Habitação Isolada,
- b) Habitação Agrupada,
- c) Habitação em Banda,
- d) Habitação Contígua ou em *contiguidade*.⁸⁷

A distinção entre diferentes formas de organização da habitação no território urbano derivou da necessidade de avaliação de uma hipotética relação de causalidade entre a configuração do edifício e a dimensão do lote disponível. Desta forma, demarcaram-se os quatro tipos de inserção do edificado no lote (cuja variedade permite a obtenção de frentes de construção de dimensão e configuração diversificada) e, deste, com a sua

⁸⁶ A variante da Habitação Geminada (simétrica ou cópia) consiste num subtipo existente, em maior ou menor grau, em todos os tipos urbanos identificados.

⁸⁷ *Contiguidade*: termo utilizado por MENDES, Manuel (2001); *(In)formar a modernidade: arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*.

envolvente mais próxima, permitindo apontar as características comuns e distintivas das diversas áreas no contexto global da cidade:

Tipos de inserção no espaço urbano	
Edifício à face da rua:  Edifício no interior do lote: 	Habitação Isolada: O edifício implanta-se à face da rua ou no interior do lote sem contacto com as construções adjacentes e possuiu quatro frentes livres. Geralmente, o lote é de maiores dimensões e permite a existência de espaços livres em volta da habitação para áreas verdes ou espaços comuns privados.
Grupo de dois lotes:  Grupo de três lotes: 	Habitação Agrupada: O edificado associa-se em grupos de dois, três ou quatro unidades, geralmente de forma geminada ou em banda, deixando livres três frentes nos topos. Os lotes são agrupados, criando malhas mais ou menos regulares.
Edifício com duas frentes:  Edifício com três frentes: 	Habitação em Banda: O edifício associa-se alinhado, em continuidade formal/funcional com os adjacentes, estabelecendo uma imagem de conjunto urbano que deixa livres duas frentes para os lotes interiores e três frentes para os lotes dos topos, de maiores dimensões. A dimensão dos lotes surge equilibrada com a dimensão do edificado, possuindo, quase sempre, espaços livres nas frentes principais e, sempre, nas traseiras.

Tipos de inserção no espaço urbano

Preenchimento da malha:



Situação de gaveto:



Lote de pequena dimensão:



Lote profundo e estreito:



Habitação Contígua:

O edifício sucede-se em continuidade com os adjacentes, numa variedade de situações, desde o preenchimento da malha urbana até condições de gaveto (situações pontuais de remate de quarteirões pré-existent).

Existem lotes ocupados maioritariamente pela construção e os logradouros, localizados nas traseiras, são de pequenas dimensões.

Também existem casos em que os lotes se inserem na malha urbana mais consolidada da cidade, nos quais a edificação é implantada à face da rua, deixando livre um logradouro profundo e estreito.

De acordo com esta classificação, os tipos de inserção no espaço urbano identificados permitiram apontar a forma como as construções cooperativas se produziram e espalharam para os limites periféricos da cidade do Porto.

Sendo assim, entre 1933 e 1956, a promoção cooperativa de habitação no Porto consistiu na construção de cerca de 1 062 alojamentos. A leitura do quadro anexo relativo ao *Número de Fogos Construídos por Cooperativas de Habitação no Porto entre 1933 e 1956*⁸⁸ permite concluir que a maioria dos fogos construídos por cooperativas (cerca de 85%) correspondeu a habitações unifamiliares e bifamiliares (63% e 22%, respectivamente) e apenas 15% pertenceu a habitações inseridas em edifícios para mais de duas famílias (recorde-se o facto de apenas 5% das licenças corresponderem a pedidos de construção de edifícios plurifamiliares).

⁸⁸ Consultar Anexo 1, Quadro VII: *Número de Fogos Construídos por Cooperativas de Habitação no Porto entre 1933 e 1956*, p. 133.

Muito esporadicamente, a habitação surgia associada a outros usos, nomeadamente comércio ou serviços (lojas ou escritórios), localizados fundamentalmente no nível do rés-do-chão dos edifícios habitacionais (apenas 6% do total de casos estudados).

Relativamente aos tipos de inserção urbana, a maioria das construções foi projectada em contiguidade com as existentes (53,2%), seguindo-se, a larga distância, as edificações organizadas em banda e isoladas (23,6% e 16,6%, respectivamente) e, por fim, agrupadas (6,6%).

[4.3] DEFINIÇÃO DOS NÍVEIS DA INTERVENÇÃO COOPERATIVA

Os Bairros de Casas Económicas construídos pelo Estado a partir de 1933 disseminaram-se em pontos estratégicos da cidade, em núcleos de configuração espacial perfeitamente delimitada, tanto morfológica como tipologicamente. Compostos por lotes de casas individuais (normalmente geminadas, com um ou dois pisos), terreno próprio e associados em banda, os bairros formavam quarteirões que podiam ser subdivididos em outros mais pequenos, definidos por arruamentos secundários interiores, de acordo com uma malha ortogonal de uma ou duas ruas principais. No cruzamento das ruas principais desenhava-se uma praça ou alargamento onde, em alguns casos, se implantava um equipamento social de apoio ao bairro (uma escola primária, principalmente).

Pelo contrário, a habitação construída no âmbito das cooperativas espalhou-se por toda a cidade do Porto. Durante este período de cerca de 25 anos, apenas em duas ocasiões se projectaram e construíram bairros (os *falanstérios* defendidos por Tamagnini Barbosa), ambos localizados na zona mais ocidental da cidade (freguesias de Lordelo do Ouro e Aldoar). As freguesias com maior número de pedidos de licença de obra são, precisamente, aquelas que, entre os anos 30 e 50, correspondiam à periferia imediata do núcleo central da cidade: Paranhos, Campanhã, Ramalde, áreas norte de Cedofeita e Bonfim. Às freguesias das áreas centrais mais densamente povoadas (S. Nicolau, Sé, Vitória, Miragaia, Santo Ildefonso, Massarelos, zonas sul de Cedofeita e Bonfim), corresponde um número residual de construções cooperativas.⁸⁹

⁸⁹ Número de pedidos de licença de obra por freguesia:

Freguesia	Nr. Lics.	%
Aldoar	35	6,1
Bonfim	56	9,8
Campanhã	91	15,9
Cedofeita	76	13,3
Foz do Douro	19	3,3
Lordelo do Ouro	45	7,9
Massarelos	5	0,9
Miragaia	0	-
Nevogilde	14	2,4
Paranhos	160	28,0
Ramalde	66	11,5
S. Nicolau	0	-
Santo Ildefonso	5	0,9
Sé	0	-
Vitória	0	-
TOTAL:	572	100

No entanto, apesar das construções se distribuírem, praticamente, por todo o território urbano, foi possível encontrar e ordenar em níveis diferenciados algumas lógicas orientadoras das intervenções efectuadas. Esta construção de fogos dispersos por toda a cidade não surge alheia ao facto da edificação ter sido feita em terrenos individuais escolhidos pelos próprios sócios, hipotecados às cooperativas até à completa amortização dos empréstimos. Raros eram, de facto, os projectos de conjunto, apenas os que derivavam da construção de habitações unifamiliares geminadas ou bifamiliares resultantes da fusão de dois ou mais sócios dentro da mesma cooperativa.

A identificação e distinção de três níveis de intervenção cooperativa⁹⁰ derivaram de uma observação que partiu de um entendimento global da cidade para uma incidência mais particular. Ou seja, a partir da localização de cada uma das construções na cidade, concretizamos uma análise da forma de disseminação e alastramento da habitação no território, associando-lhe as questões mais pertinentes e directamente relacionadas com cada uma das formas de intervenção.

Deste modo, num primeiro momento, a análise permitiu o estabelecimento do *primeiro nível da intervenção*, mais ligado às manchas construídas e respectivas lógicas urbanas: CONSTRUÇÃO DISPERSA. Neste aspecto da intervenção, o projecto da casa individual ganha protagonismo, distinguindo-se algumas questões que se colocavam no contexto ideológico do Estado Novo, nomeadamente as vantagens do alojamento unifamiliar e o enfoque dado à utilização de determinado tipo de composição arquitectónica.

Uma análise mais particular às vias tradicionais de acesso e saída da cidade possibilitou a definição do *segundo nível da intervenção*: CONSTRUÇÃO EM BANDA. Neste âmbito da intervenção, a questão da mobilidade e da existência de meios de transporte adequados tornou-se importante, não apenas para a localização das próprias habitações, mas também para a opção por uma edificação em sequência numa mesma rua, destacando-se alguns projectos de conjunto.

⁹⁰ Ver, no final do presente capítulo, o *Mapa de Análise da Intervenção Cooperativa no Porto entre 1933 e 1956*, p. 61.

Por fim, de forma mais incisiva, o *terceiro nível da intervenção* correspondeu a uma acção pontual na cidade através da criação, de raiz, de núcleos residenciais especificamente construídos para a resolução do problema de habitação dos seus associados directos: CONSTRUÇÃO CONCENTRADA. Neste género de intervenção, a questão da seriação e modulação de elementos construtivos foi essencial para a obtenção da economia necessária à construção de habitação de baixo custo.

Cada um destes três níveis de intervenção, assim como os temas particulares que cada um deles suscita, é analisado separadamente nos próximos capítulos deste trabalho, destacando-se os exemplos mais pertinentes e caracterizadores da acção cooperativa na cidade do Porto.

MAPA DE ANÁLISE DA INTERVENÇÃO COOPERATIVA NO PORTO ENTRE 1933 e 1956



INTERVENÇÃO PÚBLICA

Bairros de casas económicas		Bairros camarários	
1.	Ilhéu, 1935	1.	Bloco de Saldanha, 1940
2.	Condominhas, 1937	2.	Rebordões, 1942
3.	Amial, 1938/58	3.	S. Vicente de Paulo, 1950/51/52/54
4.	Azenha, 1939/41	4.	Rainha D. Leonor, 1953/55
5.	Paranhos, 1939/41	5.	Condominhas, 1955
6.	Ramalde, 1939/41	6.	Pereiró, 1956
7.	Costa Cabral, 1940	7.	S. João de Deus, 1944/56
8.	S. Roque da Lameira, 1942		
9.	Carvalhido (Casas Desmontáveis)		
10.	Marechal Gomes da Costa, 1950		
11.	António Aroso, 1958		
12.	Vilarinha, 1958		

INTERVENÇÃO COOPERATIVA

Cooperativas		Bairros Cooperativos	
	A Casa Lusitana (31 fogos)	A	Bairro Leão XIII (Lar Operário Católico: 108 fogos; proj.: 1956)
	Construtora Económica Luso-Poveira (1 fogo)	B	Bairro de Lordelo do Ouro (O Lar Familiar: 82 fogos; proj.: 1955)
	Construtora Económica Nossa Moradia (8 fogos)		
	Edificadora Previdente (39 fogos)		
	Lar do Comércio (2 fogos)		
	Lar Económico (8 fogos)		
	Lar Monçanense (3 fogos)		
	Moradia Portuguesa (5 fogos)		
	O Lar Familiar (180 fogos)		
	O Problema da Habitação (615 fogos)		
	Organização de Fomento Cooperativo (50 fogos)		
	Tenho Uma Casa (2 fogos)		
		Projectos de conjunto	
		a)	Rua de Belém (Campanhã)
		b)	Rua do Monte Aventino (Campanhã)
		c)	Rua de Sousa Pinto (Paranhos)
		d)	Rua do Cónego Ferreira Pinto (Cedofeita)
		e)	Quarteirão: Rua de Fez / Largo de Tomé Pires / Rua de Rui Faleiro (Lordelo do Ouro)

[5] CONSTRUÇÃO DISPERSA:

AS FORMAS DA CASA COOPERATIVA

“(...) não basta construir alojamentos, a casa não é unicamente uma máquina para se habitar, ela modela o homem, ou por outra, influencia-o de um modo a criar nele certos hábitos e reacções. A vida da família ressent-se, como é natural, da casa que habita; além disso as próprias relações entre vizinhos ou habitantes dum determinado bairro ou localidade são também fortemente vincadas pela maneira como essa população está alojada. Não será, portanto, de estranhar que a localização das construções e o seu tipo, a distribuição dos terrenos, as áreas arborizadas, as vias de comunicação (...) interessem também aos cooperativistas, dado que nunca estes se podem alhear da vida da colectividade de que fazem parte.”⁹¹

⁹¹ Excerto do artigo “O cooperativismo habitacional perante as várias classes sociais” de Moisés da Silva Ramos publicado no Boletim Cooperativista (Abril 1961), n.º 91, p. 11.

[5.1] CONSTRUÇÃO DISPERSA

O primeiro nível da intervenção cooperativa diz respeito à *construção dispersa*, localizada predominantemente no interior das áreas correspondentes à terceira e quartas circunferências definidas em 1932 por Ezequiel de Campos no Prólogo ao Plano da Cidade do Porto como a área da “*periferia rural com tratos e núcleos urbanizados*” e as “*terras de Lordelo, de Ramalde, de Paranhos e de Campanhã, cheias de campos: - aldeias rurais.*”⁹²

A edificação concentra-se num anel periférico ao núcleo central da cidade, especialmente nas freguesias de Paranhos, Bonfim e Cedofeita e Ramalde. As raras construções existentes no núcleo consolidado da cidade dizem respeito, na maioria dos casos, à demolição e substituição de edifícios degradados e desajustados da realidade urbana, principalmente com um único piso.

A habitação é construída em contiguidade com o edificado pré-existente, em terrenos urbanos individuais ou geminados escolhidos pelos respectivos associados. Os lotes resultam da continuidade do parcelamento existente, em situações de preenchimento da malha urbana, sucessivamente, lote a lote. Constrói-se casa por casa e por encomenda,

⁹² CAMPOS, Ezequiel de (1932); *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, p. 20.

No Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, Ezequiel de Campos, tomando como centro o Largo do Terreiro (actual Praça da Ribeira), traça quatro circunferências com um, dois, três e quatro quilómetros de raio, correspondendo cada uma delas a características específicas da estrutura de ocupação do território: a primeira circunferência corresponde ao velho burgo, “*todo apinhado de casas, por onde antigamente havia campos, hortas e laranjais*”; a segunda à urbanização que se desenvolveu ao longo das vias de acesso à cidade, “*ainda hoje com manchas rurais*”; a terceira à “*periferia rural com tratos e núcleos urbanizados*” e a quarta às “*terras de Lordelo, Ramalde, Paranhos e de Campanhã, cheias de campos: - aldeias rurais.*”

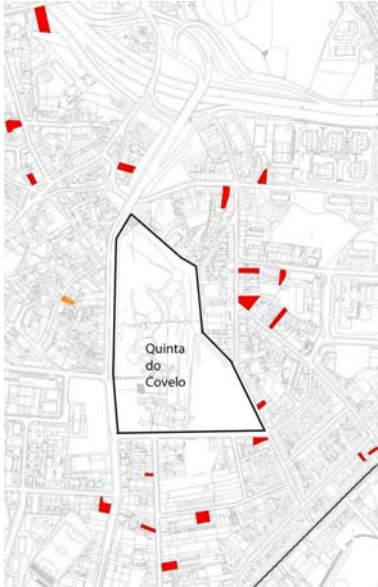


Fig.22. Localização dispersa da habitação cooperativa entre 1933 e 1956 em torno da Quinta do Covelo.

em função dos terrenos disponíveis e ao preço máximo estipulado pela respectiva cooperativa.

Exceptua-se ao modelo de habitação contígua a zona do Campo Alegre (entre as ruas de Guerra Junqueiro e António Cardoso, na área mais ocidental deste anel periférico) por se integrar num loteamento urbanizado para famílias de elevados recursos económicos, ao mesmo nível dos espaços existentes na Foz do Douro, caracterizados por habitações isoladas integradas em lotes urbanos de maiores dimensões.

Este tipo de intervenção dispersa caracteriza-se, então, pela habitação contígua, agrupada ou isolada e corresponde a 76,4% das realizações efectuadas neste período, destinando-se, fundamentalmente, a uma classe média urbana e, só muito raramente, às classes trabalhadoras. O facto de muitos destinatários dos projectos licenciados por cooperativas serem professores, engenheiros, médicos e, até mesmo, os próprios técnicos autores dos projectos é, claramente, bastante elucidativo desta situação.

É verdade que a grande maioria da intervenção é realizada para uma população relativamente abastada que utiliza o automóvel nas suas deslocações diárias e tem possibilidades de construir a habitação de acordo com os gostos e interesses pessoais. A habitação individual revela-se, aqui, fundamental na projecção dos desejos, condições de conforto, funcionamento e representação da burguesia, assim como o elemento privilegiado para a observação da organização do espaço doméstico enquanto tradução de estilos de vida e manifestações sociais.⁹³

Neste contexto, torna-se importante a análise mais particular dos projectos realizados e o estudo das formas da casa cooperativa, síntese das relações existentes entre a produção arquitectónica e a ideologia dominante. No entanto, no presente capítulo, não pretendemos realizar uma análise exaustiva de todas as construções individuais identificadas, mas, antes, apontar alguns elementos caracterizadores das casas construídas, reconhecendo alguns autores e especificidades inerentes à sua intervenção.

⁹³ Para uma análise mais completa dos diferentes âmbitos da habitação e do habitar, consultar os capítulos iniciais dos estudos de FERNANDES, Francisco Barata (1999), *Transformação e permanência na habitação portuense – As formas da casa na forma da cidade* e RAMOS, Rui (2010); *A casa: arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*.

[5.2] A CASA COOPERATIVA E A IDEOLOGIA DOMINANTE

O modelo de habitação mais utilizado neste primeiro nível da intervenção cooperativa segue o existente: casa unifamiliar ou bifamiliar com acessos individuais (95% das licenças consultadas e 85% do total de fogos edificados), em correspondência com o alastramento contínuo da cidade para a periferia, ocupando os terrenos livres disponíveis.

Esta preferência da construção cooperativa pelo tipo de habitação individual insere-se num período de defesa do *habitat* privado enquanto forma *natural* de alojamento, em oposição ao imóvel colectivo, apontado como contrário à própria natureza humana.⁹⁴ É neste contexto que o alcance político e social da questão da habitação, enquadrando uma intenção mais vasta de repressão e controlo social, se revelou imprescindível para o regime instituído, tornando-se num dos instrumentos privilegiados para a sua afirmação.

Porém, antes mesmo da instituição do regime em 1933, já o Coronel Guilherme de Azevedo apontava as vantagens do alojamento unifamiliar através da conveniência de *“fugir do tipo de casa colectiva, especialmente nas zonas de prolongamento e nas ruas a abrir ou a reedificar nas povoações existentes, devendo preferir normalmente o tipo de casa individual ou familiar. Nestas condições, a casa será sistematicamente rodeada duma porção de terreno, destinada a horta e criação de aves nas trazeiras e a jardim do lado da rua. Isto terá a vantagem de entreter os seus ocupantes, de favorecer a sua economia e de os subtrair às poeiras do trânsito; e ao mesmo tempo de aformosear as povoações.”*⁹⁵

⁹⁴ A defesa da habitação unifamiliar em detrimento da habitação colectiva era feita, por exemplo, da seguinte forma:

“O grande prédio de rendimento é incómodo, apesar do seu feitio de cómoda com um, ou até meia gaveta para cada família. No dia em que pudermos dar a cada Lar os seus confins bem nítidos, estaremos a bom caminho de organizar uma sociedade melhor, aquela em que as famílias não precisam de se acotovelar para se constituírem em Pátria, ou em que a Pátria se torne a reunião de famílias solitárias com a sua urbe e o seu bairro para todos os efeitos da vida colectiva externa, mas recatadas e ao mesmo tempo livres em tudo o que respeita ao seu viver íntimo.” – Agostinho Campos citado em MENDES, Manuel (2001); *(In)formar a modernidade: arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*, p. 249.

⁹⁵ AZEVEDO, Coronel Guilherme de (1929); *Os problemas da habitação em Portugal e noutros países*, p. 109.

Nesta fase de consolidação do Estado Novo, a habitação unifamiliar com origem na redução do modelo dominante da habitação burguesa dos finais do século XIX, implementando a “*imagem dum modo de vida que as pessoas se esforçarão implicitamente por atingir*”,⁹⁶ foi eleita como o exemplo do tipo de alojamento especialmente adequado às classes trabalhadoras (Bairros de Casas Económicas), mas extensível a todas as outras. A casa surgiu, então, como a representação física de um discurso ideológico acerca dos valores nacionais, decorrente de uma tendência que procura o *reaportuguesamento* da arquitectura. A esta tendência associa-se a codificação de sinais regionalistas expressos na Casa Portuguesa, resultante de um receituário definido por Raul Lino e abusivamente apropriado pelo governo.⁹⁷

Deste modo, o tipo de habitação difundido pelo regime passou a incorporar um desenho arquitectónico de raiz tradicional patente nos elementos regionalistas que abundam na sua composição formal (coberturas em telha, beirais desenhados, paredes caiadas, vãos com molduras de pedra, portadas de madeira, alpendres, painéis de azulejos, peças cerâmicas e de ferro forjado), assim como na especialização e separação funcional dos compartimentos interiores.

Mas, se nos finais dos anos 20 e durante os anos 30 uma tendência baseada nas vanguardas europeias predominava na escolha da linguagem arquitectónica da habitação corrente e oficial, a partir da década seguinte e da Exposição do Mundo Português em Lisboa (1940), o regime contestou o modernismo e retrocedeu para um gosto pelo tradicional, repositório das virtudes rurais da sociedade portuguesa. Apesar das abundantes críticas à política do regime, concretizadas no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura em 1948 e nas chamadas de atenção de

⁹⁶ GROS, Christine Marielle (1982); *O alojamento social sob o fascismo*, p. 44.

⁹⁷ A ideologia do Estado Novo procurou o *reaportuguesamento* da arquitectura, entendido como a integração de características tradicionais na sua linguagem estética e formal. Neste contexto, Raul Lino, opondo-se ao *modernismo internacional*, assumiu-se fundamental na tradução, interpretação e teorização do conceito da Casa Portuguesa através da obra escrita – *A nossa casa* (1918) e *Casas portuguesas* (1938) – e, no plano prático, da obra projectada e construída.

Fernando Távora,⁹⁸ o estilo oficial impôs-se pouco a pouco, resultando numa confusa ambiguidade estética entre as linhas tradicional e moderna.

Neste contexto, a habitação construída no âmbito das cooperativas sofreu também as inevitáveis influências da ambiguidade que se estabeleceu entre as tendências mais tradicionalistas e as mais vanguardistas dirigidas, fundamentalmente, para a classe média, mas procurando também responder ao gosto e ao tipo de procura das populações de menores recursos económicos.

⁹⁸ O Congresso de 1948, realizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, constituiu-se como o espaço de afirmação da arquitectura moderna, sem restrições ou estilos obrigatórios.

No ano anterior, Fernando Távora publica *O problema da casa portuguesa*, onde chama a atenção para a necessidade de relacionar a produção arquitectónica com a realidade portuguesa, encarando as possibilidades da construção moderna no mundo.

5.3] LINGUAGENS ARQUITECTÓNICAS DA CASA COOPERATIVA

Como já referimos anteriormente, os sócios das cooperativas que operaram no Porto no segundo quartel do século XX permaneceram fiéis à casa unifamiliar ou, no máximo, bifamiliar com acesso individual e directo à rua.

Regra geral, as cooperativas não possuíam arquitectos próprios para a elaboração dos projectos, somente para a sua apreciação e aprovação. No entanto, o facto de alguns técnicos se repetirem na elaboração de muitos projectos analisados (arquitectos, mestres de obras, engenheiros, engenheiros auxiliares e construtores civis) sugere, antes de mais, um claro compromisso com determinado tipo de composição arquitectónica, assim como a aceitação de um determinado modelo estético para a formulação da encomenda do projecto da habitação.

Alguns técnicos mais requisitados pelos sócios das cooperativas portuenses eram os arquitectos Aucíndio dos Santos (exemplos das ruas de Sousa Pinto, Monte Alegre e de São Dinis), João Queiroz (exemplos das ruas de Augusto Gil e de Sousa Pinto), Francisco Granja, Mário Abreu, Amândio Pinto Marcelino, Carlos da Silva Neves e Mário Barbosa Ferreira; os mestres de obra Domingos de Barros e Manoel Sobral; o engenheiro auxiliar Joaquim Mendes Jorge; os construtores Augusto Sequeira Laundes e João Silva Lino e o engenheiro civil Afonso da Silva Proença.

Esta selecção dos técnicos responsáveis pelos projectos derivava, ainda, do facto de poderem ter sido indicados e apresentados pelos próprios funcionários das cooperativas, adequando o *estilo arquitectónico* de cada um deles ao gosto pessoal manifestado pelo sócio aquando da sua vez de construção.

Contudo, a própria formação teórica dos técnicos não impedia que as obras fossem realizadas especificamente para um determinado cliente, uma vez que *“arquitecto e utilizador conformam ambos o espaço, um*



Fig.23. Rua de Sousa Pinto, 188.
Aucíndio dos Santos, arq.
1943.

Fig.24. Rua do Monte Alegre, 77.
Aucíndio dos Santos, arq.
1947.

Fig.25. Rua de São Dinis, 670-678.
Aucíndio dos Santos, arq.
1947.

Habitações projectadas por Aucíndio dos Santos para diversos sócios da coop. “O Problema da Habitação”.



Fig.26. Rua de Augusto Gil, 28.
João Queiroz, arq. 1942.



Fig.27. Rua de Sousa Pinto, 271.
João Queiroz, arq. 1946.

Habitações projectadas por João Queiroz para diversos sócios da coop. “O Problema da Habitação”.



Fig.28. Rua de Fez, 681-687.
Mário Abreu, arq. 1945.



Fig.29. Rua Barão Nova Sintra, 439.
Mário Abreu, arq. 1948.

Desenhos do alçado principal de dois projectos do mesmo autor de meados dos anos 40 para diferentes sócios da coop. “O Problema da Habitação”.

através do desenho, outro através do uso.”⁹⁹ Sendo assim, é possível encontrar, no âmbito temporal definido, diversos profissionais disponíveis a diferentes tipos de expressão arquitectónica como é o exemplo de algumas obras de Mário Abreu (habitações das ruas de Fez e do Barão de Nova Sintra).

A análise mais cuidada dos desenhos de alçados principais das habitações (reconstituídos na base de dados informática e apresentados em anexo nas *Fichas de Licença de Obra*)¹⁰⁰ permitiu elaborar diversas leituras da intervenção, sendo possível constatar, de facto, a existência de uma grande variedade de projectos com diferentes linguagens arquitectónicas.

A adopção de um tipo de expressão arquitectónica de claro compromisso com os valores tradicionais foi, no entanto, transversal a todo o período de tempo estudado. Empregou-se todo um formulário de pedras trabalhadas, painéis de azulejos decorativos, nichos para abrigo de imagens religiosas, ferros forjados de tradição oitocentista, principalmente nos projectos de moradias isoladas ou agrupadas duas a duas, situadas em pontos privilegiados da cidade e inseridas em lotes de maiores dimensões onde se verificou um maior investimento económico na construção da habitação.

Simultaneamente a esta produção de grandes casas existem também habitações de menores dimensões, de produção corrente e custos controlados, situadas em lotes de configuração restrita. Trata-se de construções mais urbanas, em contiguidade com as existentes, cuja linguagem formal se simplificou pelos constrangimentos impostos por lotes de feição almadina.

Nas áreas mais consolidadas da cidade, a construção caracteriza-se, então, por uma decoração mais contida, pelo emprego de linhas sóbrias e pelo recurso a uma imagem mais depurada promovida, também, por

⁹⁹ RAMOS, Rui Jorge Garcia (2010); *A casa: arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, p. 54.

¹⁰⁰ Consultar Anexo 2: *Fichas de Licença de Obra*, campo *Alçado Principal*.



Fig.30. Rua das Artes Gráficas, 67.
Leandro de Moraes, arq.
1934.

Habitação contígua.
Linguagem decorativa depurada.



Fig.31. Est. da Circunvalação, 3061.
Manuel Passos Júnior, arq.
1943.

Habitação isolada.
Expressão tradicionalista.



Fig.32. Rua Garcia da Orta, 22-32.
João Queiroz, arq. 1943.
Habitação própria.

Habitação isolada.
Expressão tradicionalista.

maiores restrições económicas. Algumas obras apresentam aspectos de sistematização construtiva e de repetição no desenho de alguns elementos (portas, janelas e varandas), correspondendo a uma versão mais económica da casa burguesa. É o exemplo da habitação da Rua das Artes Gráficas, desenhada por Leandro de Moraes na primeira metade dos anos 30.

Esta necessidade de economia conduziu, ainda, principalmente no caso de lotes com duas frentes, a um tratamento diferenciado entre o alçado que confronta com a rua (de representação) e a fachada voltada para o logradouro (espaço privado), reflectindo-se na sua maior simplificação decorativa e na utilização de materiais de revestimento mais comuns e económicos como a argamassa ou a madeira.

À semelhança do que acontecia no restante panorama nacional, se durante a década de 30 e início dos anos 40 existiu o recurso a uma linguagem decorativa mais pura, feita de linhas rectas e sóbrias, a partir da II Guerra Mundial assistiu-se a um retorno aos cânones impostos pelo regime, inspirados num discurso tradicionalista e conservador à imagem dos pressupostos de Raul Lino e do arquétipo da Casa Portuguesa. Esta situação constituiu, não apenas, um retrocesso estilístico, mas também um recuo na forma de conceber os espaços habitacionais. É o exemplo da habitação isolada na Estrada da Circunvalação, projectada por Manuel Passos Júnior em meados dos anos 40.

Por outro lado, o facto de alguns sócios das cooperativas se terem constituído responsáveis pela concepção da própria habitação é, também, significativo. Reportamo-nos ao exemplo, entre outros, de João Queiroz, o qual, juntamente com a esposa, recorreu à cooperativa “O Problema de Habitação” para a obtenção do crédito financeiro necessário à construção da casa.

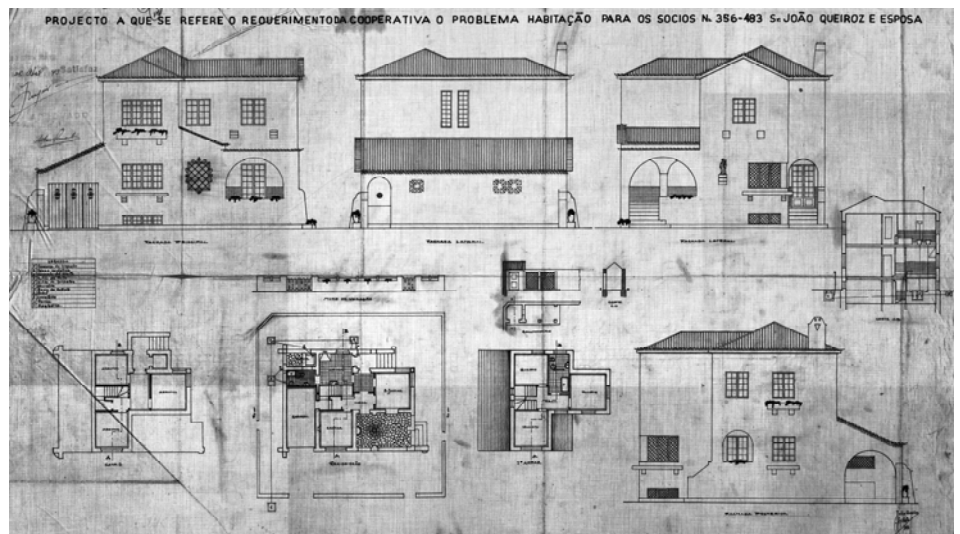
Sendo o cliente o próprio arquitecto, João Queiroz desenhóu, em 1943, na Rua de Garcia da Orta, uma habitação isolada, com quatro frentes, construída no centro de um lote quadrangular. A casa configura, tanto no seu aspecto exterior, como na organização interna, um desenho

de raiz tradicionalista, recorrendo a valores de origem vernacular, supostamente portugueses, sem introdução de aspectos inovadores.

A utilização de elementos *rústicos* (beirais desenhados, alpendre, escadas exteriores, floreiras, ferros trabalhados, portadas, imagens de santos na fachada), sem apontamentos de modernidade, sublinha o seu lado *pitoresco*. Não se trata, porém, de um desconhecimento dos princípios modernistas, mas de uma afirmação em defesa de uma arquitectura que remetemos, de novo, para o tema da Casa Portuguesa.

**Fig.33. Rua Garcia da Orta, 22-32.
João Queiroz, arq. 1943.
Habitação própria. (L077)**

A diferenciação volumétrica que se apresenta no exterior corresponde a uma especialização funcional dos espaços internos, organizados autonomamente.



Por fim, não podemos deixar de referir a existência de algumas concepções marcadamente modernas, destacando-se da formulação tradicional geralmente utilizada. De facto, longe da capital, sede do poder, o Porto não sofreu com tanta incidência o peso dos modelos oficiais, sendo possível encontrar, já no início dos anos 40, algumas obras em dissonância com o receituário estabelecido pelo regime e cujas raízes se filiam nos pressupostos do Movimento Moderno difundidos por Le Corbusier. Para esta situação não foi alheio o facto do grupo social da burguesia, para além de possuir os meios económicos, deter também algum interesse cultural necessário para a promoção da inovação no projecto de construção da nova casa.

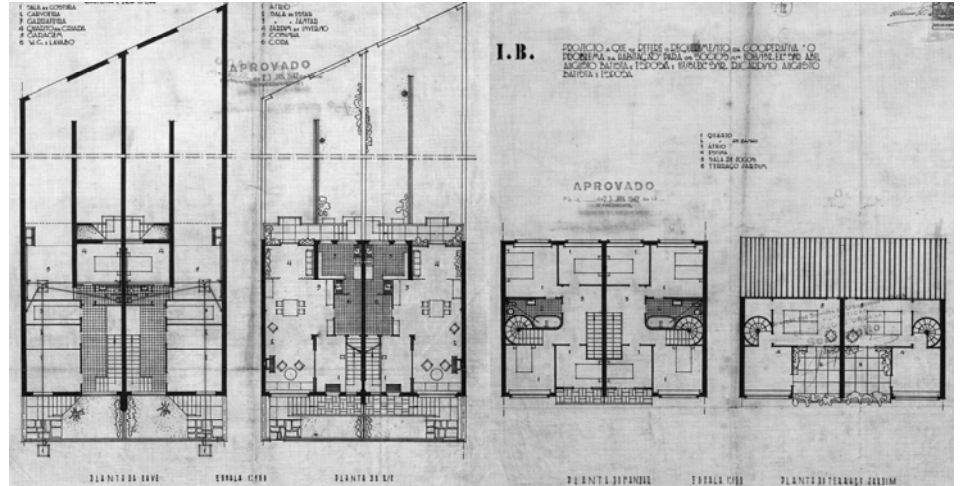
No ano anterior à apresentação do projecto da casa de João Queiroz, em 1942, Alfredo Viana de Lima concretizou, na Rua de Santos Pousada, uma nova forma de entendimento do espaço doméstico e da imagem que

se projecta para a cidade, articulada com a envolvente. No âmbito da cooperativa “O Problema da Habitação”, o arquitecto produziu uma obra marcadamente modernista, adoptando um novo vocabulário.



Fig.34. Rua Santos Pousada, 1274.

Fig.35. Rua Santos Pousada, 1274.
Viana de Lima, arq. 1942.
(plantas)



A dupla habitação, geminada, suprime decorações que não sejam abstractas, dando um novo realce a elementos como varandas e escadas, acentuando a volumetria de formas puras, as linhas verticais e horizontais do desenho e o jogo de cheios e vazios. Os espaços interiores apostam numa continuidade não apenas visual, mas também funcional, revelando o início de um abandono da segregação espacial e da excessiva compartimentação dos espaços tradicionais. As áreas comuns são valorizadas através da fluidez da grande sala de jantar/estar e da articulação, por uma escada em caracol, com o terraço-jardim situado no último piso da habitação.

Por outro lado, esta habitação de cariz moderno assume-se também um pouco convencional, uma vez que aceita o lote urbano estreito e profundo e os alinhamentos dominantes, assim como a própria estrutura urbana tradicional de fachada principal voltada para a rua e traseiras viradas para o logradouro. Esta situação marca uma dualidade entre uma evidente vontade de radical modernidade, patente no desenho dos espaços internos, e a necessidade de adaptação às condições reais da intervenção na cidade existente e em fase de consolidação.



**Fig.36. Rua Vitorino Damásio, 120.
Viana de Lima, arq. 1950.**

Habitação unifamiliar isolada.



**Fig.37. Rua de Martim Moniz, 1017.
Afonso Proença, eng.c. 1956.**

Habitação unifamiliar geminada.

No entanto, a intervenção de raiz modernista, ainda parcamente difundida, não atingiu grande relevância nas obras cooperativas feitas ao gosto de um cliente ainda preso ao ideário tradicionalista.

Neste período de cerca de 25 anos destacam-se somente, do mesmo autor, para além da referida obra da Rua de Santos Pousada, a habitação projectada no início dos anos 50 na Rua de Vitorino Damásio, assim como as duas habitações geminadas desenhadas por Afonso Proença na Rua de Martim Moniz.

Como demonstramos anteriormente, podemos afirmar que, de facto, não existiu, neste primeiro nível da intervenção, uma casa caracterizadamente cooperativa, uma vez que o carácter distintivo da arquitectura que se produziu no âmbito das cooperativas nesta época oscilou, no fundamental, de acordo com o gosto do cliente ou com as suas capacidades económicas.

[5.4] ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO

O agregado familiar constituído pelo casal e filhos dos dois sexos representava a maioria, justificando a superior percentagem de habitações com três quartos (37%), seguindo-se as com dois quartos (34%) e, depois, com quatro (23%), organizadas em dois ou três pisos (95%).¹⁰¹

A casa unifamiliar que incorpora, num único edifício, habitação e local de trabalho (célula fundamental do tecido urbano medieval e até finais do século XIX)¹⁰² já não ocupa, senão, um lugar residual: somente cerca de 10% das habitações possuem rés-do-chão com comércio ou serviços. Esta transformação do uso, favorecida pela utilização do automóvel, evidencia uma clara separação entre o espaço de trabalho e o local da vida doméstica, condição determinante para a valorização do privado e da intimidade familiar. O piso térreo passou, então, a comportar outras funções, unicamente relacionadas com a habitação.

A especialização da habitação fez-se através da distinção dos seus diferentes espaços e territórios, separados funcionalmente de acordo com as tarefas domésticas e as relações existentes entre adultos e crianças (as quais, em alguns casos, possuíam um espaço próprio para brincar, a *sala de brinquedos*) ou entre patrões e empregados. Cerca de um terço dos fogos construídos possuía, pelo menos, mais um quarto para a *criada*, ou extra de reserva, localizado na cave sobrelevada ou nas traseiras do rés-do-chão, raramente no sótão ou junto aos quartos dos donos da casa. A existência de, pelo menos, mais um quarto destinado à criada revela, mais uma vez, a condição económica dos habitantes deste tipo de casas construídas no âmbito das cooperativas.

A leitura dos esquemas de organização interna que surgem nos pedidos de cooperativas para a edificação de habitações¹⁰³ permite, antes de mais, concluir que os tipos dominantes são os seguintes:

¹⁰¹ Consultar Anexo 1, Quadro VIII: *Tipologias Construídas por Cooperativas de Habitação no Porto entre 1933 e 1956*, p. 134.

¹⁰² Nas habitações da classe média urbana do século XIX, organizadas em lotes estreitos com 6m de largura e áreas que variam em função da profundidade dos edifícios e do número de pisos, o piso térreo é frequentemente ocupado por uma loja ou por instalações onde o proprietário da casa desenvolve a sua actividade.

¹⁰³ Consultar Anexo 2: *Fichas de Licença de Obra, Esquematização Interna*.

- . Casas unifamiliares ou bifamiliares sem cave, rés-do-chão e um piso;
- . Casas unifamiliares ou bifamiliares com cave (sobrelevada), rés-do-chão e um piso;
- . Casas unifamiliares ou bifamiliares com rés-do-chão e dois pisos.

A organização do espaço interior destas casas burguesas construídas com o auxílio de cooperativas assenta, regra geral, numa hierarquização distributiva tradicional, conseguida pela atribuição de funções específicas aos compartimentos e a cada um dos pisos: serviços e arrumos na cave, salas e cozinha no rés-do-chão, quartos no andar superior. Quando existem apenas dois pisos, as áreas de algumas funções existentes na cave minimizam-se, ocupando o rés-do-chão.

Contudo, não se pode afirmar que todas as habitações apresentam um mesmo programa de usos, mas é possível definir um esquema básico da organização interna que orienta a concepção do edifício.

Casas unifamiliares

Nas casas unifamiliares sem cave e dois pisos, o térreo integra todos os espaços comuns da habitação: sala de estar/receber junto à entrada e voltada para a rua; sala de jantar, copa, cozinha e arrumos nas traseiras. Em alguns casos, o piso térreo pode, ainda, comportar o quarto da criada nas traseiras, junto à cozinha, ou a garagem com acesso directo da rua.

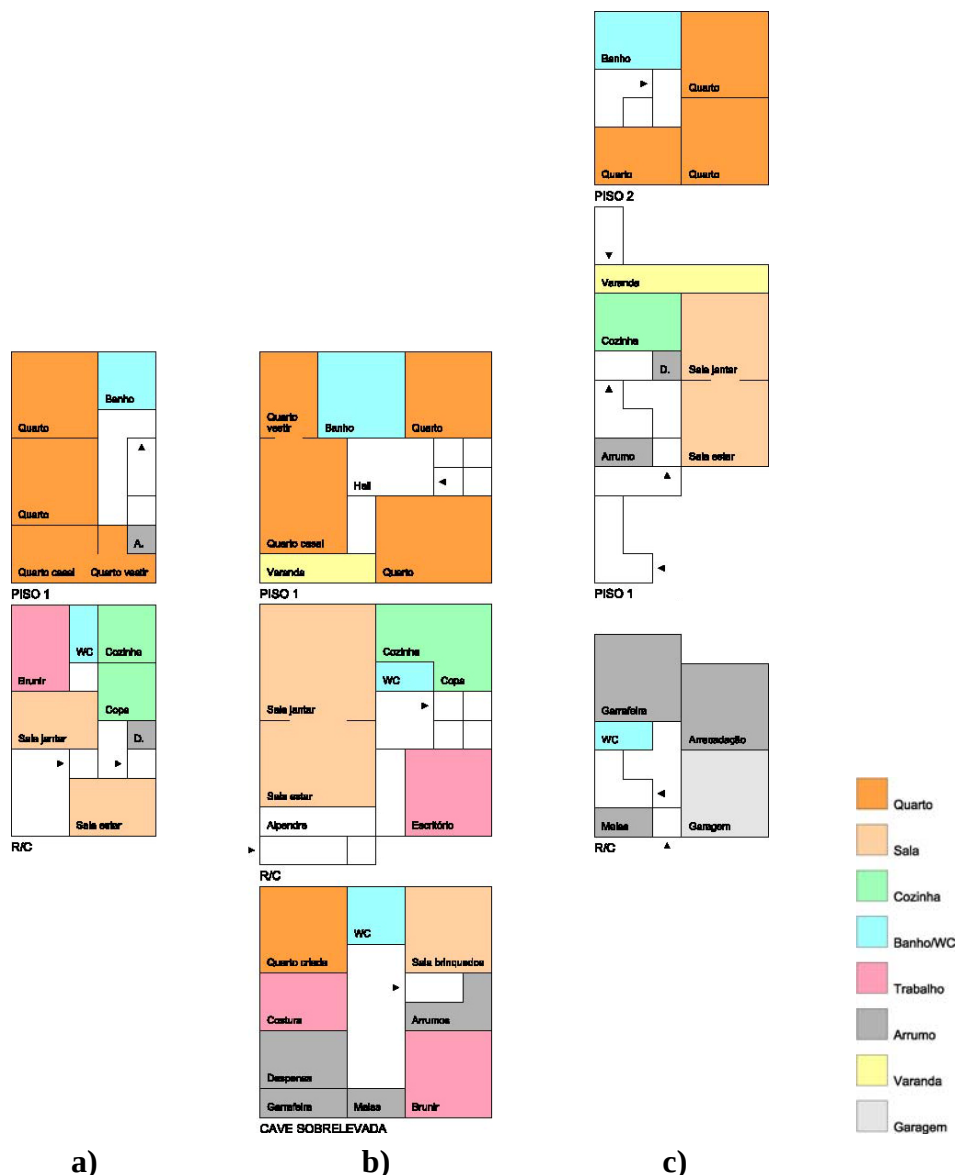
Nas casas unifamiliares com três andares, o piso inferior integra as dependências da criada e respectiva instalação sanitária, diversos espaços destinados a arrumos e arrecadações (despensas, compartimentos para malas e garrafeiras) ou áreas dedicadas ao serviço doméstico (costura e passagem a ferro). Quando o piso inferior deixa de ser semi-enterrado, a garagem figura junto à fachada principal, confrontando com a rua.

No rés-do-chão das habitações com cave e primeiro andar das casas com três pisos organizam-se os espaços comuns. Imediatamente contígua à entrada localiza-se a sala de estar ou um escritório para receber as visitas e preservar a privacidade do resto da casa. Nas traseiras articulam-se a copa, a cozinha e, se possível, as instalações sanitárias. A sala de

estar/receber surge em continuidade visual e funcional com a de jantar, sempre associada à cozinha, podendo ambas ocupar a profundidade total da edificação.

Em todas as situações, o piso superior destina-se aos quartos. Geralmente existe uma hierarquização no dimensionamento dos quartos, sendo o do casal consideravelmente maior, podendo mesmo integrar uma área especialmente reservada para *quarto de vestir*. A casa de banho, com dimensões razoáveis, localiza-se sempre junto aos quartos, constituindo uma peça fundamental e imprescindível de conforto e higiene.

Em alguns casos, pontuais, no piso superior integra-se, ainda, um compartimento unicamente vocacionado para o culto religioso: o *oratório*, espaço de recolhimento e intimidade, existente nas casas das famílias realmente abastadas.



Casas bifamiliares

Nas casas bifamiliares, o acesso a cada uma das habitações é feito de forma independente, geralmente em pontos opostos da linha de fachada do edifício. No fundo, o esquema representa a sobreposição de duas habitações unifamiliares de um piso, com os quartos voltados para a rua e os espaços comuns para o logradouro. Em alguns casos, a cozinha e uma pequena instalação sanitária localizam-se fora do alinhamento principal do edifício. Trata-se, contudo, de uma solução económica especialmente dirigida a famílias com recursos financeiros mais contidos, apresentando áreas controladas limitadas aos compartimentos essenciais da habitação.



Fig.39. Esquemas de distribuição interna de **casas bifamiliares**:

- d) Sem cave, r/c e um piso,
- e) Com cave sobrelevada, r/c e um piso,
- f) Com r/c e dois pisos.

[6] CONSTRUÇÃO EM BANDA:
SEQUÊNCIAS URBANAS

[6.1] HABITAÇÃO COOPERATIVA E MOBILIDADE

O segundo nível da intervenção cooperativa diz respeito à *construção em banda*, organizada sequencialmente ao longo dos eixos privilegiados de acesso à cidade e ruas adjacentes: articulações regionais e vias estratégicas de entrada/saída na cidade provenientes de Viana (Rua do Monte dos Burgos), Braga (Rua do Amial), Santo Tirso/Guimarães (Rua de Costa Cabral e Av. Fernão de Magalhães) e Penafiel/Entre-os-Rios (S. Roque da Lameira) e, ainda, vias de articulação entre a Av. da Boavista e a Foz do Douro/Matosinhos (avenidas do Dr. Antunes de Guimarães, do Marechal Gomes da Costa e do Marechal Saldanha). Estas vias são, precisamente, aquelas que, em 1932, Ezequiel de Campos define como de futura expansão residencial.

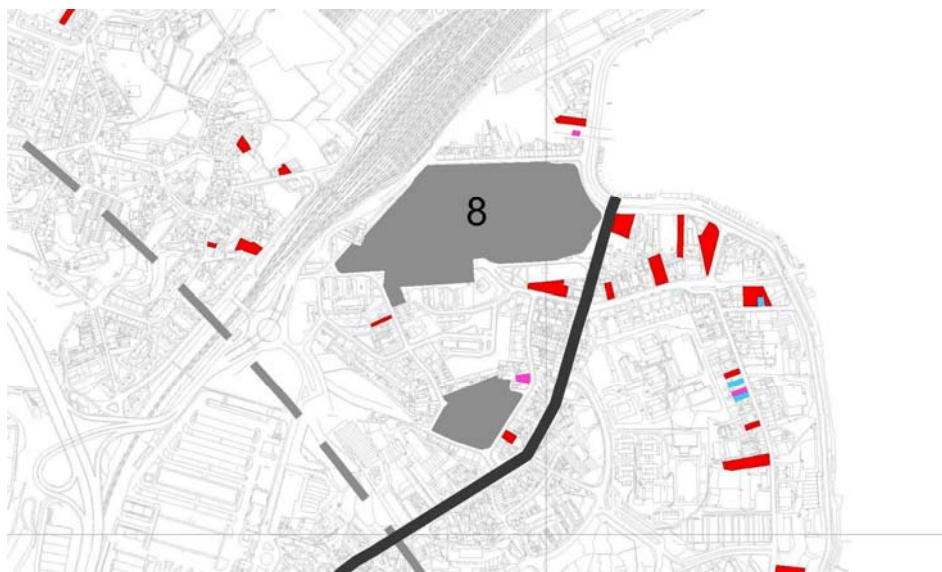
Neste âmbito, a construção da habitação surge dependente da existência de meios de transporte adequados, uma vez que *“se as habitações de renda económica forem construídas em zonas muito afastadas dos locais de trabalho sem previamente estarem assegurados aos futuros ocupantes meios rápidos e económicos de deslocação, tais construções não resolverão o problema, dado que a eventual economia da renda será anulada ou agravada pelos encargos de transporte.”*¹⁰⁴

Para além de se espalhar ao longo das principais vias de acesso e ruas adjacentes, a construção também se localiza na proximidade dos bairros de casas económicas construídos pelo Estado nos finais dos anos 30, início dos anos 40, beneficiando das infra-estruturas criadas, quer ao

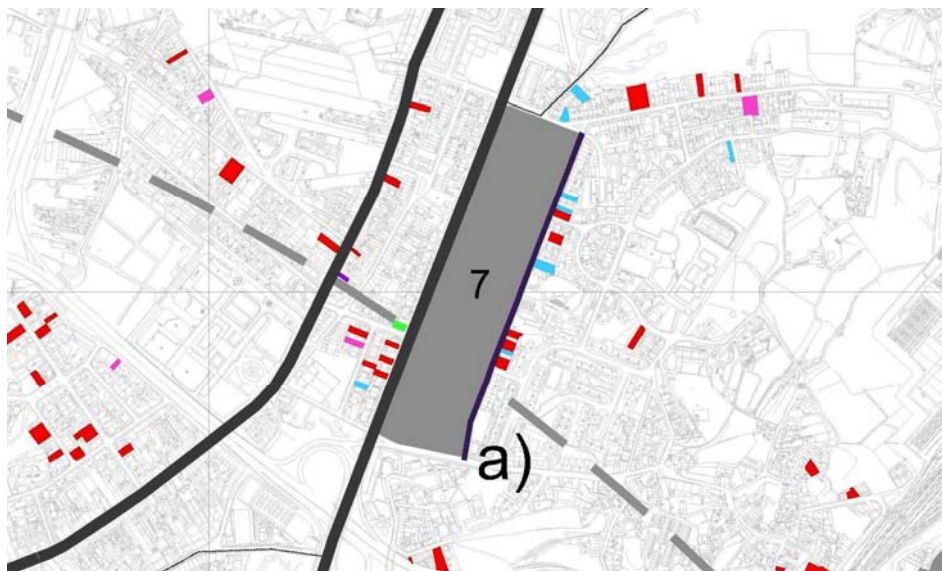
¹⁰⁴ Excerto do artigo “Casas Económicas” do vereador Júlio Martins da Câmara Municipal de Lisboa na revista “A Arquitectura Portuguesa” (Dezembro 1944), n.º 117, p. 17.

nível urbanístico, quer ao nível da mobilidade tanto para o centro da cidade como para o exterior:

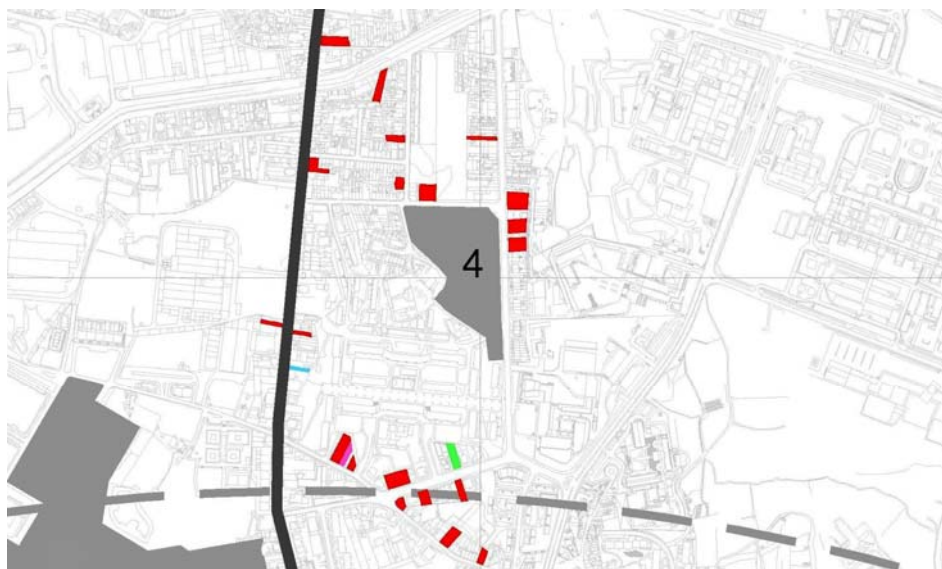
- **Bairro de S. Roque da Lameira** (1942), com a ligação pela Rua do Cerco do Porto, articulando com a via da saída Penafiel/Entre-os-Rios.



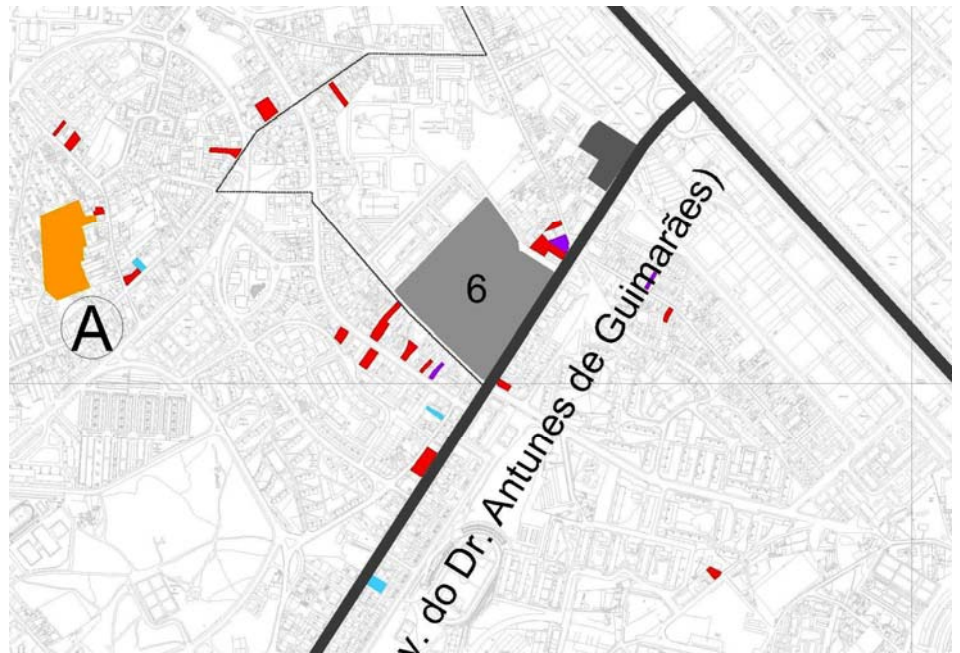
- **Bairro de Costa Cabral** (1940) e ruas adjacentes, articulando com a Av. Fernão de Magalhães, via de saída para Santo Tirso/Guimarães.



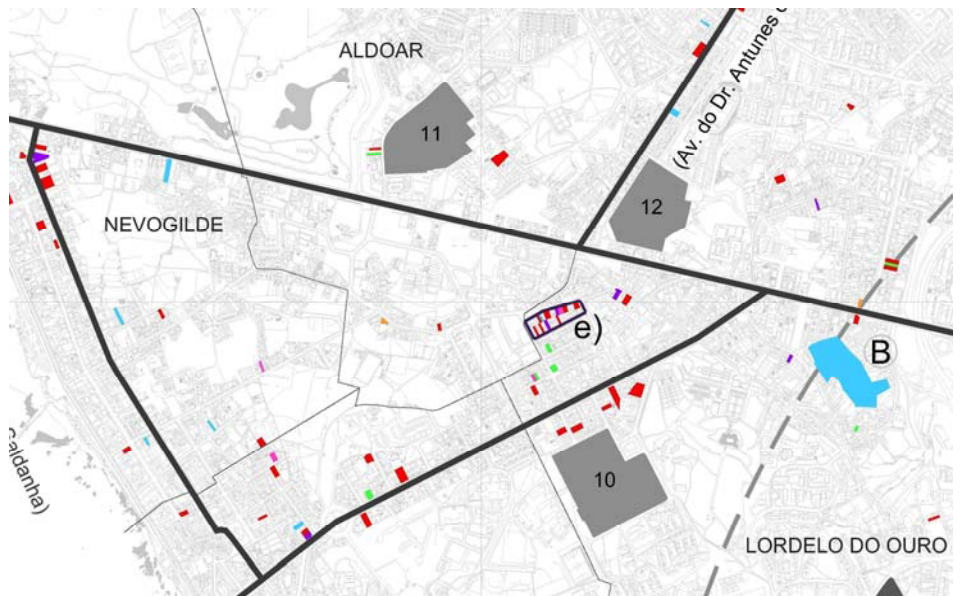
- **Bairro da Azenha** (1939/41) e ruas adjacentes, articulando com a Rua do Amial, via de saída para Braga.



- **Bairro de Ramalde** (1939/41) e ruas adjacentes, articulando com a Av. do Dr. Antunes Guimarães, via de ligação entre a Av. da Boavista de acesso à Foz e a sua variante, Av. 5 de Outubro, de acesso a Matosinhos e ao porto de Leixões.



- **Bairro do Marechal Gomes da Costa** (1950) e ruas adjacentes, com a ligação pela avenida com o mesmo nome, articulando com a Av. do Marechal Saldanha em direcção à Foz e com a Av. da Boavista.



Junto aos bairros de casas económicas, o modelo de habitação mais utilizado é o da casa individual isolada ou agrupada duas a duas em lotes com boas áreas, numa situação de contágio do modelo *cidade-jardim* dos bairros a que as habitações das cooperativas surgem associadas. Relativamente à zona da Foz, a construção consolida o carácter dominante do lote individual de maiores dimensões e habitação isolada para famílias de mais altos recursos económicos.

[6.2] SEQUÊNCIAS URBANAS

Relacionados com a construção de habitação cooperativa apoiada nos grandes eixos de acesso e articulação da cidade surgem também alguns exemplos, pontuais, de habitações construídas em sequência numa mesma rua. Estas edificações adquirem um sentido global mais urbano através da definição de alinhamentos de frentes de construção e cérceas, apesar das contribuições provenientes de mais do que uma cooperativa e do seu carácter residual. No total, as habitações edificadas correspondem a cerca de 50 fogos, chegando a concretizar apenas 4,6% do total de alojamentos construídos por cooperativas na cidade do Porto durante o período em estudo.

Neste âmbito, a intervenção é realizada de três formas diferentes:

- Adição de peças diferentes, mas com uma estrutura formal e funcional semelhante (construção em contiguidade);
- Adição de peças semelhantes provenientes de projectos isolados para a concretização e preenchimento de bandas de habitação;
- Criação de grupos urbanos derivados de projectos de conjunto, englobando a participação de uma ou mais cooperativas de habitação.

Trata-se das sequências urbanas projectadas entre os anos 40 e primeira metade dos anos 50 em três pontos diferentes da cidade:

Periferia Oriental: Rua de Belém (1947/50) e Rua do Monte Aventino (1956) – ambas apoiadas na Av. Fernão de Magalhães (saída para Guimarães).

Periferia Central: Rua de Sousa Pinto (1940/50) e Rua do Cónego Ferreira Pinto (1950/54) – ambas apoiadas na Rua do Amial (estrada para Braga).

Periferia Ocidental: Quarteirão constituído pelo Largo de Tomé Pires (1949) e ruas de Fez (1949/53) e de Rui Faleiro (1951/53) – localizado numa zona nodal de articulação das três avenidas: do Marechal Gomes da Costa, da Boavista e do Dr. Antunes de Guimarães.

Periferia Oriental: Rua de Belém (Campanhã)



Rua de Belém (parcial)

1. Proj. 1947 – 3 pisos, T3
2. Proj. 1947 – 3 pisos, T3+1
3. Proj. 1947 – 3 pisos, T3+2
4. Proj. 1947 – 3 pisos, T3+1
5. Proj. 1947 – 3 pisos, T4
6. Proj. 1947 – 3 pisos, T3
7. Proj. 1950 – 3 pisos, T4
8. Proj. 1950 – 3 pisos, T4
9. Proj. 1949 – 3 pisos, T2
10. Proj. 1949 – 3 pisos, T3
11. Proj. 1949 – 3 pisos, T4
12. Proj. 1949 – 3 pisos, T3
13. Proj. 1949 – 3 pisos, T4

Projectos de Mário Abreu, Júlio José de Brito (arquitectos), Domingos de Barros e Almiro Espinheira Rio (mestres de obras), entre outros.



Fig.40. Rua de Belém (parcial)
Banda de habitações projectadas em 1947 através das cooperativas “O Lar Familiar” e “O Problema da Habitação” (adição de peças semelhantes).

Fig.41. Rua de Belém (parcial)
Grupo de três edifícios projectados em 1950 pelo mestre de obras Domingos de Barros (edifícios geminados) e pelo arquitecto Mário Abreu (coop. “O Lar Familiar”).

Fig.42. Rua de Belém (parcial)
Grupo de três edifícios projectados em 1949 pelo arquitecto Mário Abreu (coop. “O Problema da Habitação”).



Fig.43. Rua de Belém, 424-460.
Mário Abreu, arq. 1949.
(alçado principal)

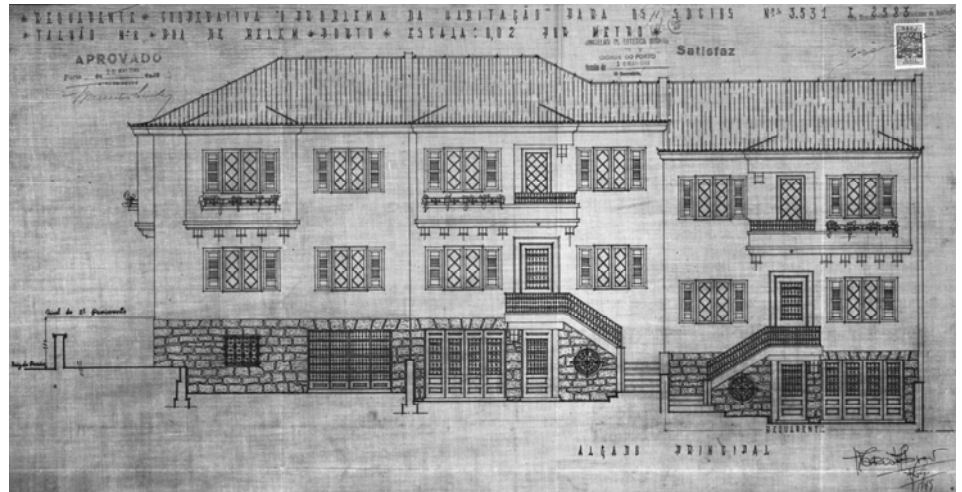
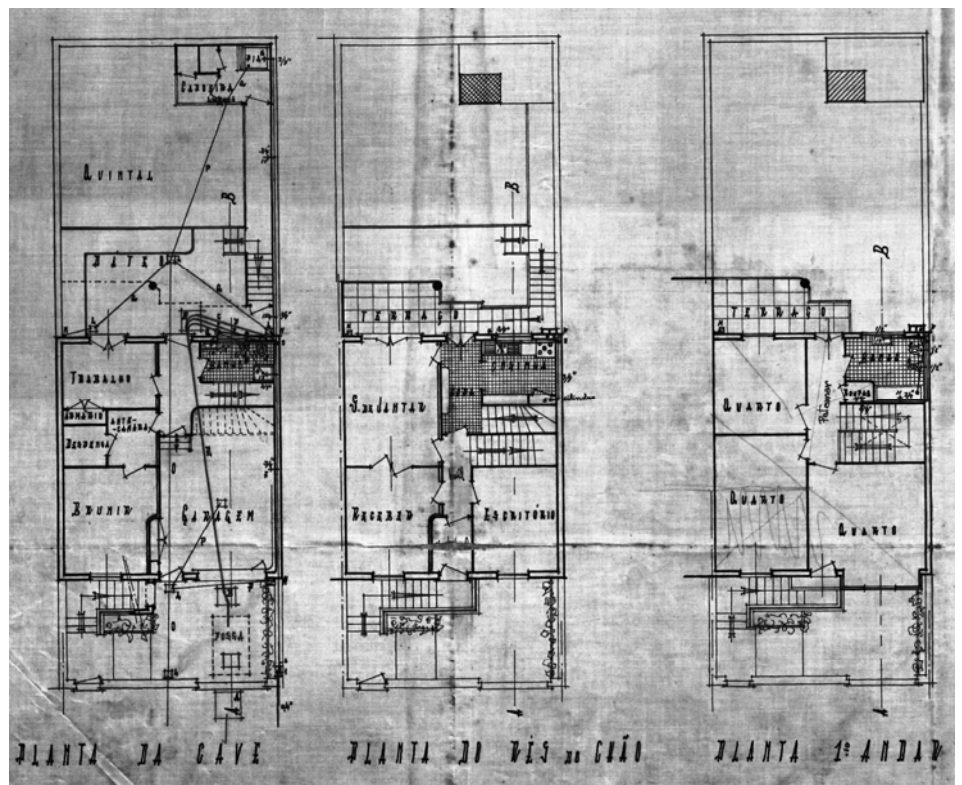


Fig.44. Rua de Belém, 424-436.
Mário Abreu, arq. 1949.
(plantas)



No seu conjunto, os três edifícios de três pisos apresentam uma imagem unitária autónoma, mas integrada no alinhamento dominante, distanciando-se da frente da rua e adaptando-se à sua ligeira pendente. Possui cave térrea e embasamento de pedra, obrigando a um rés-do-chão elevado com acesso através de uma escada saliente.

Alguns elementos decorativos como as molduras de pedra nos vãos de entrada, as floreiras das varandas, o desenho dos beirais e os pequenos cachorros que suportam o balanço dos volumes salientes da curta varanda e do quarto principal denunciavam um gosto tradicionalista.

A cave integra a garagem, arrumos, espaços específicos de trabalho e um pequeno sanitário. No rés-do-chão, um corredor central propõe uma organização simétrica, destacando-se o acesso directo aos espaços sociais: escritório e sala de receber. As salas, apesar de servidas por entradas independentes, organizam-se sequencialmente: sala de estar/receber voltada para rua – ampla abertura de ligação – sala de jantar com acesso ao terraço coberto nas traseiras. As escadas de dois lanços, dispostas perpendicularmente, aproximam o acesso à cave da copa, recuando e autonomizando a cozinha. No piso superior, a caixa de escadas alinha o banho e concentra as zonas de águas, possibilitando a ligação a um novo terraço voltado para o quintal e organizando em L os três quartos.

Periferia Oriental: Rua do Monte Aventino (Campanhã)



Rua do Monte Aventino (parcial)

1. Proj. 1956 – 3 pisos, T3+1
2. Proj. 1956 – 3 pisos, T3+1
3. Proj. 1956 – 3 pisos, T3+1

Dois projectos de conjunto realizados no âmbito de três cooperativas: “Lar Económico”, “O Lar Familiar” e “O Problema da Habitação”.



Fig.45. Rua do Monte Aventino (parcial)

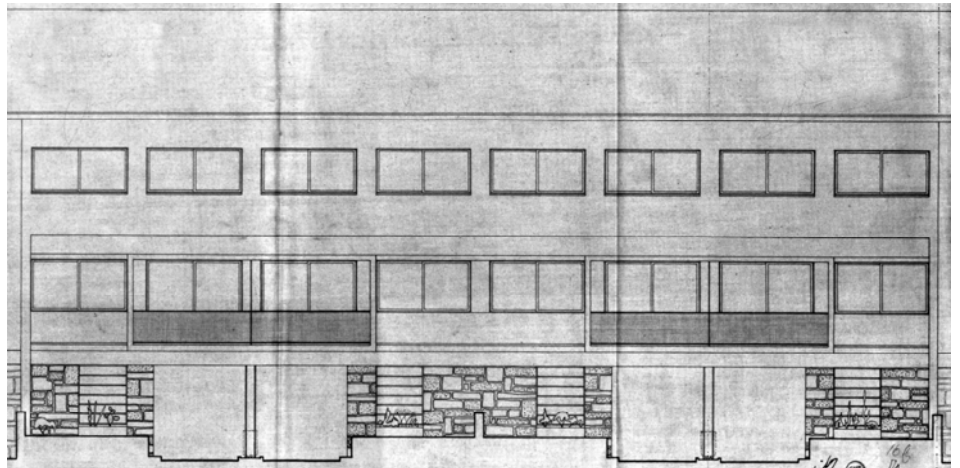


Fig.46. Rua do Monte Aventino, 96-122.
Joaquim Mendes Jorge (?),
eng. aux. 1956.
(alçado principal parcial:
quatro habitações centrais)

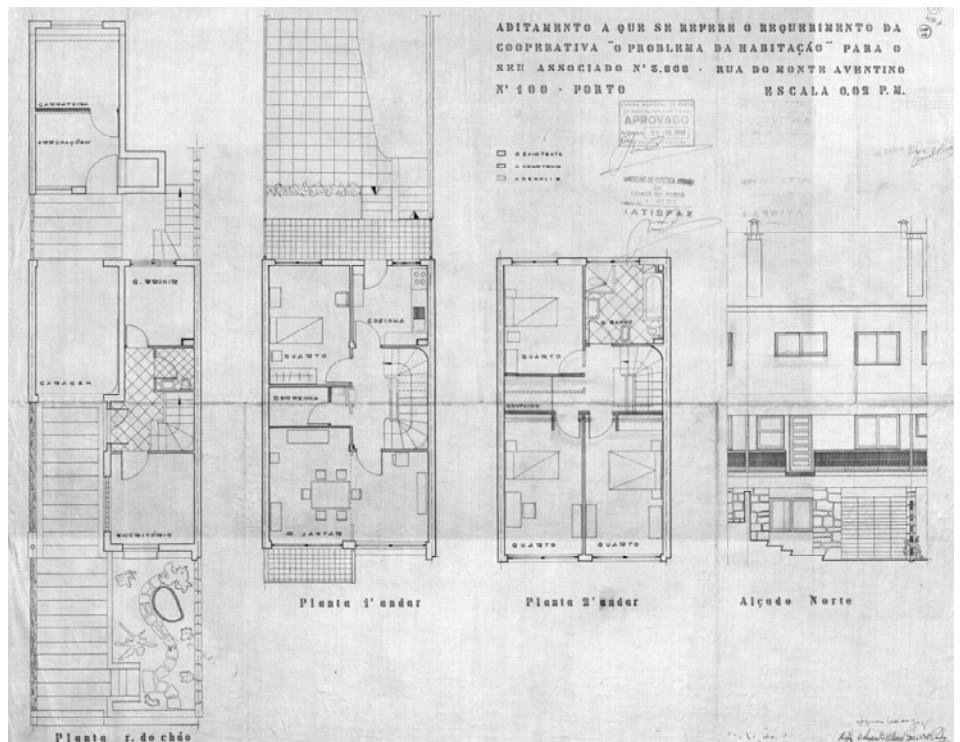


Fig.47. Rua do Monte Aventino, 96-122.
Joaquim Mendes Jorge (?),
eng. aux. 1956.
(plantas e alçado principal parcial)

Trata-se de um conjunto urbano constituído por oito habitações geminadas duas a duas com três pisos. Pelo menos uma das construções foi realizada no âmbito da cooperativa “Lar Económico”.

Do conjunto, de imagem *racionalista*, destaca-se o embasamento em pedra do rés-do-chão e os módulos salientes das entradas recuadas das habitações dos topos e das varandas das salas nas habitações centrais.

O acesso às duas habitações em cada um dos topos é realizado através de uma escada saliente, enquanto que o das quatro habitações centrais é feito pelo interior, junto à garagem recuada, autonomizando o escritório à frente e o quarto de brunir nas traseiras.

No primeiro andar, uma organização estritamente funcional e simétrica divide, para a rua, a sala de jantar/estar e, para o logradouro, a cozinha e um quarto. No segundo piso, a simetria mantém-se com dois quartos de um dos lados (frente principal), o banho e o terceiro quarto voltados para as traseiras. No miolo da casa integram-se os arrumos: despensa do primeiro andar e roupeiro pertencente ao segundo piso.

Fig.48. Rua do Monte Aventino
(parcial)



Fig.49. Rua do Monte Aventino, 166-214. 1956.
(plantas e alçado principal parcial)



Trata-se de um conjunto urbano de oito habitações geminadas duas a duas com três pisos e contribuições provenientes das cooperativas “O Problema da Habitação” e “O Lar Familiar”.

O conjunto, de meados dos anos 50, apresenta uma imagem unitária racionalista, destacando-se os vãos limpos e as entradas recuadas e abrigadas pelo volume das palas. Contudo, alguns apontamentos denotam, ainda, um gosto tradicionalista como é o caso das floreiras que pontuam alguns vãos.

O grupo urbano recua face à rua, permitindo a criação de um pátio onde se integra a escada saliente de acesso ao primeiro andar. Possui cave térrea para garagem e entrada secundária com um pequeno vestíbulo de acesso aos pisos superiores ou às dependências privadas da criada (quarto e pequeno banho) e espaço de trabalho (engomados). No piso superior, as salas são, novamente, atravessadas por uma sequência axial: sala de estar voltada para a rua – ampla abertura entre ambas as salas (apesar das entradas independentes) – sala de jantar junto à cozinha com vista e acesso ao jardim. No segundo andar, a escada junto à parede de meação, mas descentrada, divide o espaço de forma desigual, criando, de um lado, um amplo quarto voltado para a rua e, voltados para o jardim nas traseiras, dois pequenos quartos com menos de 9m². Ao centro, em frente às escadas, localiza-se o banho comum.

Periferia Central: Rua de Sousa Pinto (Paranhos)



Rua de Sousa Pinto

1. Proj. 1942 – 2+1 pisos, T3+1
2. Proj. 1946 – 2+1 pisos, T4
3. Proj. 1940 – 2+1 pisos, T4+1
4. Proj. 1941 – 2+1 pisos, T3+1
5. Proj. 1944 – 2+1 pisos, T3
6. Proj. 1941 – 2+1 pisos, T3
7. Proj. 1944 – 2+1 pisos, T3
8. Proj. 1950 – 2+1 pisos, T3
9. Proj. 1943 – 2+1 pisos, T3
10. Proj. 1941 – 2 pisos, T3+1

Fig.50. Rua de Sousa Pinto (parcial)

Projectos de Eusébio Arouca (mestre de obras), João Queiroz, Mário Ferreira, Francisco Granja, Carlos Neves e Aucíndio dos Santos (arquitectos).



Sequência de habitações construídas em contiguidade na primeira metade dos anos 40 através da cooperativa “O Problema da Habitação” (adição de peças diferentes).

Periferia Central: Rua do Cônego Ferreira Pinto (Cedofeita)



Rua do Cônego Ferreira Pinto

1. Proj. 1954 – 3 pisos, T3
2. Proj. 1950 – 3 pisos, 2T3
3. Proj. 1951 – 3 pisos, T4+1
4. Proj. 1953 – 2 pisos, T2
5. Proj. 1950 – 3 pisos, T2/2T3
6. Proj. 1952 – 3 pisos, 3T3+1

Fig.51. Rua do Cônego Ferreira Pinto (parcial)

Projectos de João de Brito, António Almada (engenheiros civis), Manoel Sobral (mestre de obras) e Agostinho Ferreira de Almeida (arquitecto).



Banda de habitações construídas na primeira metade dos anos 50 através das cooperativas “O Problema da Habitação”, “Edificadora Previdente” e “Organização de Fomento Cooperativo” (adição de peças semelhantes).

Periferia Oriental: Quarteirão –

Largo Tomé Pires, ruas de Fez e Rui Faleiro (Lordelo do Ouro)



Quarteirão: Largo de Tomé Pires, Rua de Fez, Rua de Rui Faleiro

1. Proj. 1949 – 3 pisos, T3
2. Proj. 1949 – 3 pisos, T3
3. Proj. 1949 – 3 pisos, T3
4. Proj. 1950 – 3 pisos, T2
5. Proj. 1950 – 3 pisos, T3
6. Proj. 1949 – 3 pisos, 2 T3+1
7. Proj. 1950 – 3 pisos, T4+2
8. Proj. 1950 – 3 pisos, T3+1
9. Proj. 1953 – 3 pisos, T3+1
10. Proj. 1952 – 3 pisos, T3+1
11. Proj. 1951 – 3 pisos, T3+1
12. Proj. 1953 – 3 pisos, T3+1
13. Proj. 1950 – 3 pisos, T3

Projectos de Joaquim Vaz (eng. civil), Mário Abreu, Agostinho Ferreira de Almeida, Manuel Passos Júnior, Carlos Neves e Oldemiro Carneiro (arqs.), Manoel Sobral (mestre de obras) e Isidro de Castro (const. civil).

Fig.52. Rua de Fez (parcial)

Fig.53. Rua de Fez, 1044-1070.
Carlos da Silva Neves, arq.
1950.
(alçado principal parcial)

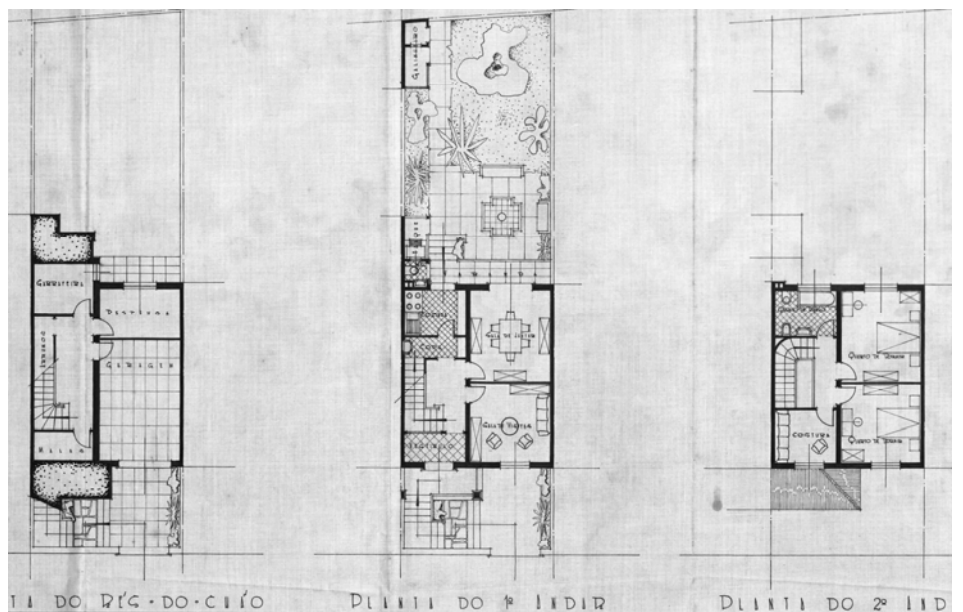
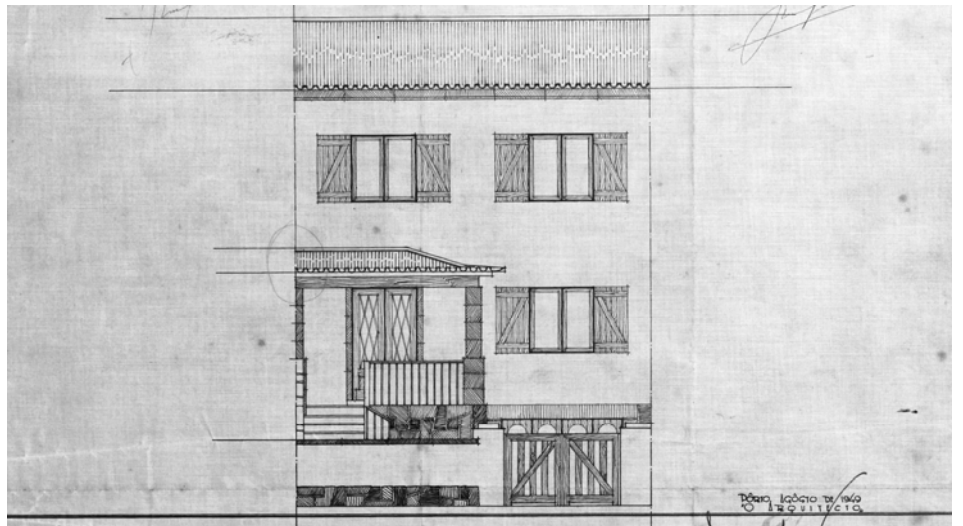


Fig.54. Rua de Fez, 1044-1070.
Carlos da Silva Neves, arq.
1950.
(plantas)

O conjunto urbano da Rua de Fez (1044-1070) corresponde a cinco habitações, quatro geminadas duas a duas e topo único, construídas através da cooperativa “O Problema da Habitação”. As quatro habitações geminadas apresentam alguns elementos de cariz tradicionalista: molduras nos vãos, entrada coberta por alpendre com cobertura de telha, portadas de madeira e pilares em pedra. O rés-do-chão, semi-enterrado, integra a garagem e espaços para arrumos, garrafeira e malas. No primeiro piso, a separação funcional tradicional é evidenciada pelos acessos autónomos a cada um dos compartimentos: sala de visitas junto à entrada e voltada para a rua, sala de jantar e cozinha/copa (com acesso directo à cave) voltadas para a varanda de acesso ao jardim e um pequeno sanitário de apoio no exterior. No segundo andar, a composição simétrica permite que os dois quartos ocupem a mesma área das salas do piso inferior, integrando, ainda, do lado da rua, uma pequena saleta e, do outro lado, o banho.

Ainda na Rua de Fez é possível encontrar um conjunto de habitações em banda, com três pisos e construídas no início dos anos 50 através das cooperativas “Lar do Comércio” e “O Problema da Habitação” (adição de peças semelhantes).



Fig.55. Rua de Fez (parcial)

Na Rua de Rui Faleiro é também possível encontrar habitações de três pisos construídas em banda nos primeiros anos da década de 50 (adição de peças semelhantes).



Fig.56. Rua de Rui Faleiro (parcial)

A pequena sequência de habitações construídas na Rua de Sousa Pinto na primeira metade dos anos 40 constitui um exemplo da forma de intervenção realizada até então na expansão da cidade: adição de partes autónomas, individuais ou geminadas, sem projecto de conjunto e organizadas lote a lote. Esta situação surge também patente na utilização de diferentes linguagens arquitectónicas e materiais de construção e revestimento (betão, granito, madeira, ferro, reboco, azulejo, vãos com e sem molduras de diferente desenho) e no desalinhamento dos vãos e dos beirais/platibandas.

Neste caso, a habitação unifamiliar organiza-se em lotes de dimensão variável (mas assente numa matriz almadina de lotes com 6m de frente e profundidade ajustável) em contiguidade face à rua. Os edifícios possuem três pisos, mas a cave aparece praticamente enterrada (ausência do uso do automóvel), destinada a arrecadações ou acomodações de criadas, apenas vislumbrada pela existência de frestas horizontais para ventilação e iluminação ao nível do passeio, constituindo um rés-do-chão ligeiramente elevado em relação à rua (a ausência de um piso térreo significa um corte radical com as tipologias almadinas). Este tipo de

habitação burguesa unifamiliar é aquele que se repete e caracteriza a habitação urbana portuense desde as últimas quatro décadas do século XIX até meados dos anos 40 do século XX.

Por outro lado, a análise das imagens dos conjuntos habitacionais projectados um pouco mais tarde, entre os finais dos anos 40 e a primeira metade dos anos 50 (os restantes quatro exemplos apresentados), permite concluir que o modelo sofre alterações e apresenta uma imagem urbana unitária assente no tipo de casa unifamiliar de três pisos organizada em banda de forma individual ou geminada, com um pequeno jardim/pátio à frente e logradouro generoso nas traseiras. A cave passa a incorporar a garagem para o automóvel e localiza-se ao nível da rua ou semi-enterrada com acesso directo, obrigando a uma entrada principal elevada, comunicando com a rua através de uma escada exterior saliente. Esta forma de intervenção concretiza bandas ou conjuntos urbanos claramente destinados a populações de maiores recursos económicos.

Mais uma vez, podemos afirmar que a promoção cooperativa de habitação não adquiriu, nas intervenções em sequência numa mesma rua, um carácter distintivo ou diferenciador. À semelhança dos projectos individuais caracterizadores do primeiro nível da intervenção cooperativa no Porto, a construção continuou condicionada pelos gostos de um número reduzido de clientes, sócios das cooperativas.

[7] CONSTRUÇÃO CONCENTRADA:
BAIRROS COOPERATIVOS

[7.1] CONSTRUÇÃO CONCENTRADA

O terceiro e último nível da intervenção cooperativa diz respeito à *construção concentrada* em núcleos urbanos predefinidos e territorialmente delimitados, somente em duas situações encontradas nas freguesias de Aldoar e Lordelo do Ouro. Trata-se do Bairro de Lordelo do Ouro (1955), promovido pela cooperativa “O Lar Familiar” e do Bairro Leão XIII (1956), construído pela cooperativa “Lar Operário Católico.”¹⁰⁵ Curiosamente, a cooperativa “O Problema da Habitação”, a que mais construiu na cidade do Porto durante este período (cerca de 75% das licenças e 60% dos fogos construídos) não dinamizou a construção de quaisquer núcleos urbanos.

Se a iniciativa das casas que abordamos nos dois capítulos anteriores é, na sua grande maioria, da burguesia, a qual recorre às cooperativas para a obtenção dos créditos necessários à construção da habitação própria (símbolo de afirmação territorial e identificação do seu estatuto social), no caso dos bairros cooperativos construídos de raiz, o projecto da casa já não é único e individual. Esta situação diminui a presença do habitante e do seu carácter distintivo, reforçando a importância da configuração do projecto e da sua localização no território urbano. É neste grupo que se inserem as habitações geminadas ou em série, organizadas em banda, formando os bairros cooperativos que destacamos.

¹⁰⁵ A cooperativa “Lar Operário Católico” insere-se no grupo de cooperativas onde um determinado número de pessoas se agrupa na base de uma comunidade de emprego (condutores da Carris do Porto) com o objectivo de construir, com as suas poupanças individuais, um conjunto de casas organizadas em bairro, destinadas a cada um dos seus associados.

Somente nestes casos, nos dois únicos exemplos que encontramos licenciados durante o período em estudo, se concretizam os princípios fundadores e orientadores da acção cooperativa: a construção económica e em série de habitação exclusivamente destinada aos grupos sociais de menores recursos económicos.

Neste contexto, a necessidade de obter-se a seriação e a modulação de elementos construtivos revela-se, finalmente, essencial para a rentabilização dos meios disponíveis com o objectivo de alcançar as camadas mais carenciadas da população para dotá-las da habitação necessária. A solução de associação em banda de pequenas casas individuais constitui, então, o compromisso entre a economia construtiva, o sistema urbano proposto e o valor representativo da casa para os seus habitantes, enquanto habitação privada (modelo difundido pelo regime).

Em ambos os casos, o modelo de habitação utilizado é o da casa unifamiliar de dois pisos, organizada em banda e integrada em bairros, perfazendo um total de 200 fogos e cerca de 19% de toda a acção cooperativa. O estudo mais particular dos bairros cooperativos é feito de acordo com os seguintes parâmetros:

- . Composição e organização do lote,
- . Organização do espaço interno do edifício,
- . Sistemas e materiais de construção,
- . Possibilidades de transformação e ampliação.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Os parâmetros definidos para o estudo dos bairros cooperativos, nomeadamente os três primeiros, inspiram-se nos elementos de análise e interpretação dos tipos de edifícios de habitação no Porto utilizados por Francisco Barata FERNANDES (1999) em *Transformação e permanência na habitação portuense – As formas da casa na forma da cidade*.

[7.2] MORFOLOGIA DOS BAIRROS COOPERATIVOS

Os dois bairros começaram a ser edificados a partir da segunda metade dos anos 50, mas apresentam consideráveis diferenças derivadas das concepções ideológicas que os enformam, patentes na organização das tipologias habitacionais, imagens e qualidades construtivas conseguidas.

No entanto, ambos assentam nas mesmas premissas morfológicas e de organização no contexto urbano, assumindo uma localização periférica, na zona mais ocidental da cidade (freguesias de Lordelo do Ouro e Aldoar). O Bairro de Lordelo do Ouro possui, contudo, acesso a partir de uma das vias estruturantes de expansão urbana (Avenida da Boavista), enquanto o Bairro Leão XIII se encontra nas proximidades do limite da cidade, junto à Estrada da Circunvalação.

Os dois bairros seguem o modelo-base dos grupos de casas económicas construídos pelo Estado: moradias independentes construídas à face da rua ou libertando espaço para um pequeno pátio de transição e beneficiando de logradouros nas traseiras. Mas a respectiva análise morfológica permite depreender que a sua estrutura não é tão rígida como a utilizada nos bairros estatais. Tanto no Bairro Leão XIII como no bairro de Lordelo do Ouro, o modelo adapta-se ao terreno disponível e a forma dos lotes ajusta-se ao tecido urbano e à geometria parcelar existentes nas proximidades.

Em ambos os casos organiza-se uma malha ortogonal de ruas desde um ponto nodal (pequena praça ou alargamento), a partir do qual se distribuem os novos arruamentos segundo uma mesma hierarquia, observada no facto das ruas possuírem, sensivelmente, o mesmo calibre. Uma rua principal atravessa os dois bairros (de forma mais *orgânica* no primeiro caso, não tão flexível no segundo), passando pela pequena praça ou alargamento, de onde partem as ruas ortogonais de distribuição. A partir desta rua principal é possível fazer, não apenas o acesso ao bairro, mas também o atravessamento para outras zonas da cidade.

Fig.57. Bairro de Lordelo do Ouro,
Rua de Carlos Dubini.
Coop. “O Lar Familiar”.
1955.
Implantação: projecto inicial.

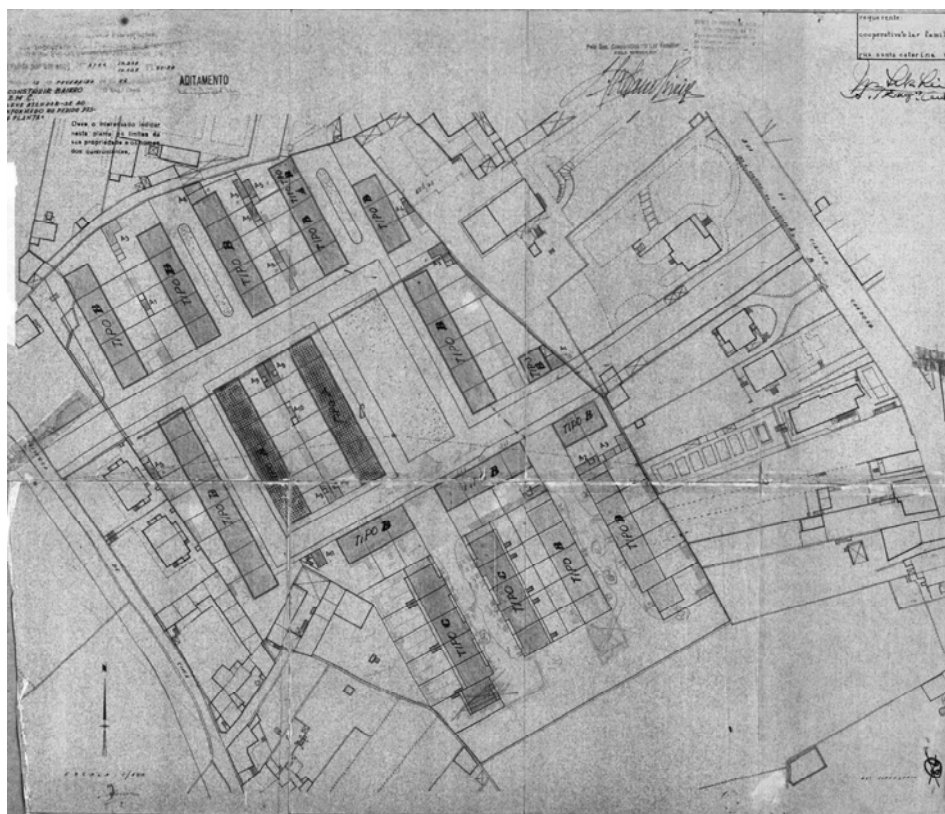
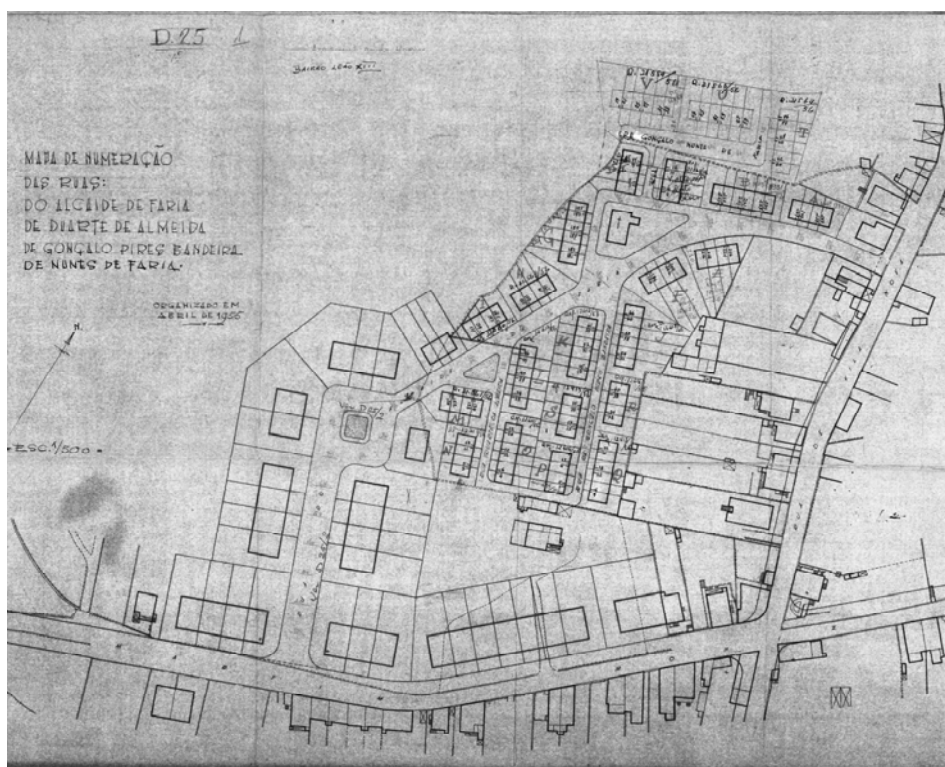


Fig.58. Bairro Leão XIII,
Rua do Alcaide de Faria.
Coop. “Lar Oper. Católico”.
1956.
Implantação: projecto inicial.



[7.3] BAIRRO DE LORDELO DO OURO (1955)

O bairro da Rua de Carlos Dubini, junto à Av. da Boavista, em Lordelo do Ouro, construído a partir de 1955 pela cooperativa “O Lar Familiar” destina-se “a sócios com pouca família e reduzidos recursos financeiros.”¹⁰⁷ O projecto inicial, posteriormente ampliado, da autoria do arquitecto Mário Bonito (1921-1976), prevê a construção de 72 casas unifamiliares e 10 bifamiliares à face da rua e logradouro nas traseiras, organizadas em bandas.



Fig.59. Bairro em Lordelo do Ouro.
Mário Bonito, arq. 1955.
(parcial)



No bairro projectado por Mário Bonito, os lotes, entre 7 a 8m de largura, possuem duas frentes e organizam-se em séries geminadas de dimensão variável. Os edifícios, construídos à face da rua, permitem a existência de logradouros nas traseiras, regulares no núcleo central do bairro ou de profundidade e configuração ajustáveis nos limites do terreno de implantação. Mesmo no caso dos lotes dos topos, a empena cega denuncia a utilização do mesmo modelo de habitação em todas as situações. Analisando a relação entre dimensionamento do lote, edificação e logradouro, verifica-se um equilíbrio nas áreas atribuídas (cerca de 65m² para cada uma das situações), quebrado apenas nos casos de ajustamento e adaptação ao tecido urbano existente.

¹⁰⁷ Excerto da memória descritiva do projecto: Arq. Geral da CMP, Lic. n.º 653/1955, Vol. 1.

Os anexos, projectados conforme as necessidades dos habitantes, localizam-se nos logradouros, predominando a construção de arrecadações, galinheiros, cobertos para lavadouros e garagens.

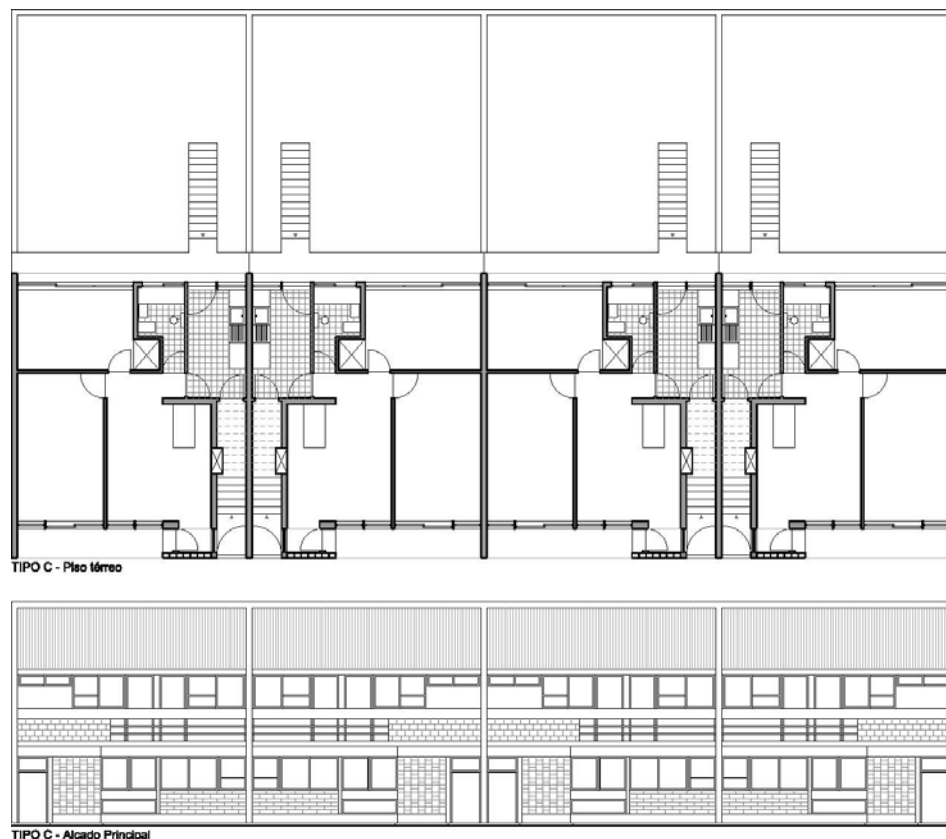


Fig.60. Bairro de Lordelo do Ouro, Mário Bonito, arq. 1955.
Loteamento: grupo de 4 casas.
 Tipo C.

Os conjuntos de moradias em “*ala contínua*”¹⁰⁸ organizam-se em três tipos ou variantes: A, B e C. Os tipos A e B diferenciam-se pelas áreas atribuídas aos compartimentos, enquanto o tipo C corresponde a uma variante: habitações bifamiliares, correspondendo, na prática, à sobreposição de duas habitações unifamiliares.

A organização interior das casas dos tipos A e B, de dois pisos, apoia-se numa caixa de escadas de dois lanços, central e transversal em relação à profundidade da construção. No rés-do-chão organizam-se as zonas de serviço (cozinha e instalações sanitárias nas traseiras) e os espaços de estar: sala de recepção na frente, em continuidade com a sala de jantar até às traseiras, com ligação à cozinha. No primeiro piso, os quatro quartos e uma casa de banho distribuem-se em redor do acesso vertical. A porta de

¹⁰⁸ *Ala contínua*: termo utilizado por João Silva Lino, responsável técnico pela construção do bairro, na memória descritiva do projecto: Arquivo Geral da CMP, Lic. n.º 653/1955, Volume 1.

entrada destas habitações é interiorizada, deixando livre uma área destinada a garagem coberta.

O tipo C constitui-se como uma variante mais reduzida e económica do modelo anterior, adaptado a habitações bifamiliares com acessos individuais e directos a partir da rua. A entrada é feita directamente para a sala comum, distribuindo para a cozinha nas traseiras e os dois quartos que ocupam ambas as frentes. Somente a habitação do rés-do-chão possui uma cave semi-enterrada, com acesso pelo logradouro. O piso superior repete a mesma matriz de organização interna do inferior, com acesso a partir do exterior por uma escada de tiro situada junto a uma das paredes de meiação.

Relativamente à edificação propriamente dita, o recurso a uma estrutura total em betão armado (lajes, vigas e pilares) e a utilização de diferentes materiais (chapa de fibrocimento nas coberturas e empenas, gradeamentos cerâmicos nas varandas) introduz a inovação construtiva, imprimindo uma linguagem nova, afastada da tradicional imagem da habitação unifamiliar divulgada pelo Estado Novo.

Nos tipos A e B, apesar dos programas serem os mínimos admissíveis para o tipo de casal com filhos, as plantas organizam-se de tal modo que possibilita uma pequena transformação ou ampliação do programa. O espaço livre que antecede a entrada (atribuído à garagem coberta) pode ser encerrado e dar lugar a um novo compartimento, escritório ou quarto.¹⁰⁹ Em todas as variantes é, ainda, possível a ocupação do vão de cobertura para sótão de arrumos.

¹⁰⁹ O critério de transformação dos espaços livres de cada uma das habitações “(...)estaria não só dependente dos pareceres camarários, mas também do autor do projecto, empenhado em solucionar pelo melhor para não destruir o equilíbrio geral do bairro, cuidado que desde já se demonstra pelo carácter imprimido ao projecto. Do ponto de vista estético, o problema estaria em conjugar as incidências de ordem geral (conjunto do bairro e tipo de agrupamento) com as incidências de ordem particular (programa das casas e sua organização funcional), o que parece ter-se conseguido.” – Excerto da memória descritiva redigida por João Silva Lino: Arq. Geral da CMP, Lic. n.º 653/1955, Vol.1.



Fig.61. Bairro de Lordelo do Ouro, Mário Bonito, arq. 1955. Módulos de construção. Tipos A, B e C.

[7.4] BAIRRO LEÃO XIII (1956)

O projecto inicial do Bairro da Rua do Alcaide de Faria, em plena freguesia de Aldoar, construído a partir de 1956 pela cooperativa “Lar Operário Católico”, cujo autor não foi possível identificar, prevê a construção de 108 moradias unifamiliares de dois pisos, sem garagem. Comporta, ainda, a construção de uma igreja, não concretizada.



Fig.62. Bairro Leão XIII. 1956.
(parcial)



No Bairro leão XIII, à semelhança do Bairro de Lordelo do Ouro, os lotes possuem duas frentes, mesmo no caso dos topos. Contudo, apresentam dimensões consideravelmente mais reduzidas, cerca de 3,5m de largura, bem como o mesmo princípio de profundidade ajustável à envolvente. Os lotes organizam-se geminados, em conjuntos de quatro ou seis unidades, possuindo um pequeno pátio de transição para a rua e logradouro nas traseiras.

A análise da relação entre a dimensão do lote, edifício (cerca de 23m² de implantação) e logradouro permite concluir que as áreas disponíveis são reduzidas ao mínimo, aproveitando e adaptando-se o melhor possível ao terreno disponível. Os lotes permitem, ainda, a adaptação às diferentes pendentes da rua, conseguida através de uma maior ou menor altura dos muros de vedação.

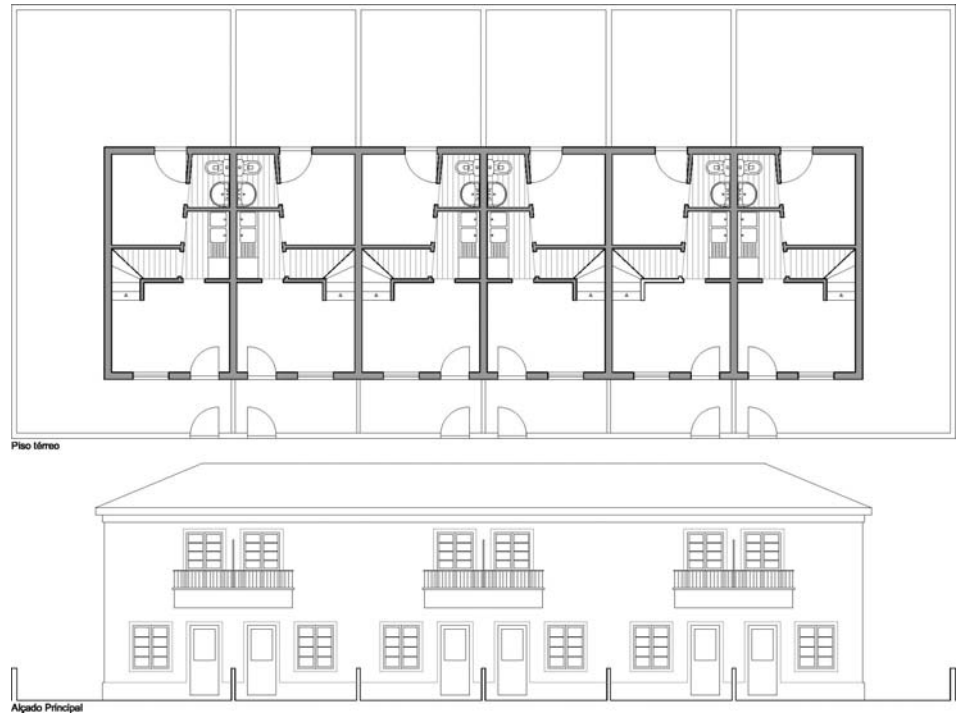


Fig.63. Bairro Leão XIII, 1956.
Loteamento: grupo de 6 casas.

A organização interior dos dois pisos das habitações do Bairro Leão XIII baseia-se numa separação funcional derivada da localização da escada: central e transversal em relação à profundidade da construção.

As áreas são reduzidas ao mínimo essencial. No rés-do-chão, a entrada é feita directamente para a sala comum, possibilitando o acesso ao piso superior ou a passagem à cozinha, a uma pequena instalação sanitária e a um pequeno quarto com ligação directa ao logradouro. No piso superior, a localização transversal da escada permite a organização simétrica dos dois quartos mínimos, com pouco mais de 8 m² cada um.

No edifício principal não existem áreas destinadas a arrumos ou arrecadações, remetidas para o exterior, para os anexos a construir nos respectivos logradouros.

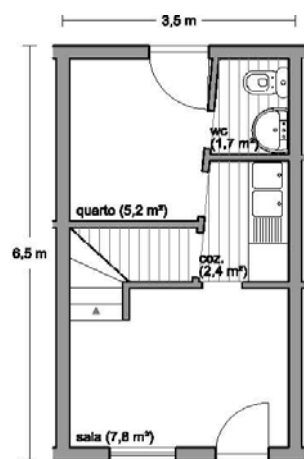
Relativamente à construção propriamente dita, os principais elementos de identidade arquitectónica reportam para uma imagem tradicional da habitação individual, muito semelhante aos Bairros de Casas Económicas do Estado, mas evidenciando uma redução mais económica do modelo.

Mantém-se também uma continuidade ao nível de materiais e repetição de elementos formais tradicionais: portas e janelas com delgadas molduras, varandas salientes e pequenos painéis de azulejos nas

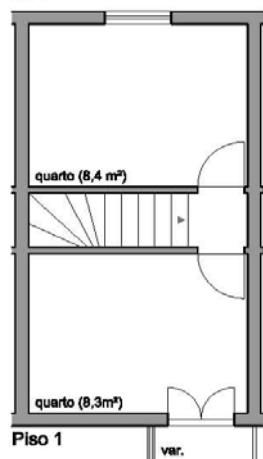
fachadas principais. Dominam, ainda, materiais e sistemas construtivos tradicionais: madeira, ferro, telha nas coberturas e paredes rebocadas de várias cores, imprimindo um carácter distintivo à habitação. Em alguns casos esporádicos, as habitações são revestidas com azulejos de formato rectangular ou quadrangular, em substituição da tradicional caiação.

As plantas mínimas das habitações permitem reduzidas adaptações ou ampliações, principalmente nos casos dos lotes interiores, possibilitando somente um eventual aproveitamento do desvão do telhado.

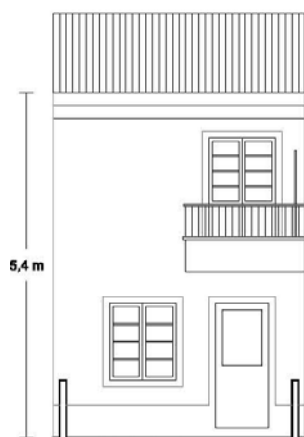
Por outro lado, nos lotes dos topos, a área que se disponibiliza lateralmente permite algumas ampliações: a construção, no rés-do-chão, de uma garagem alinhada pela fachada principal do edifício e, no piso superior, a edificação de mais um quarto sobre a mesma garagem, com varanda para o logradouro.



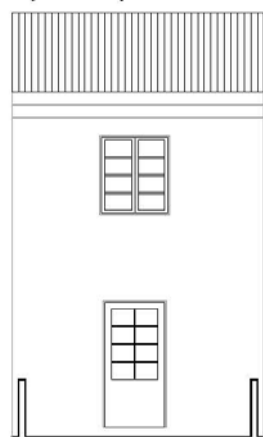
R/C



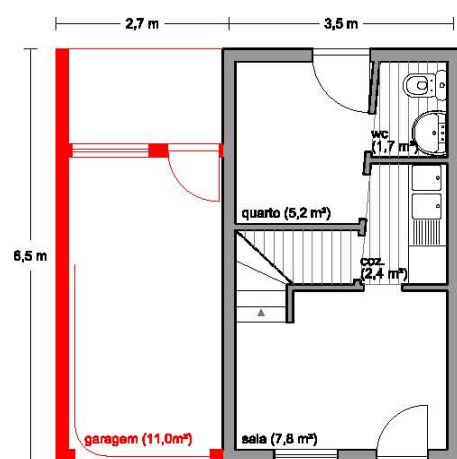
Piso 1



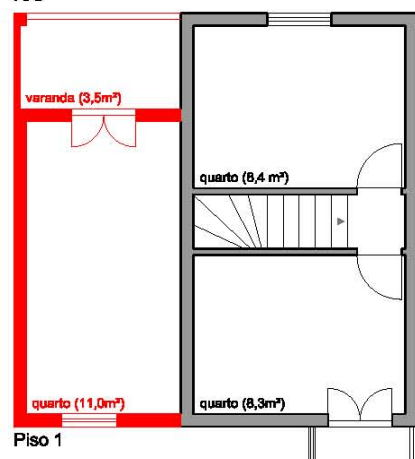
Alçado Principal



Alçado Posterior



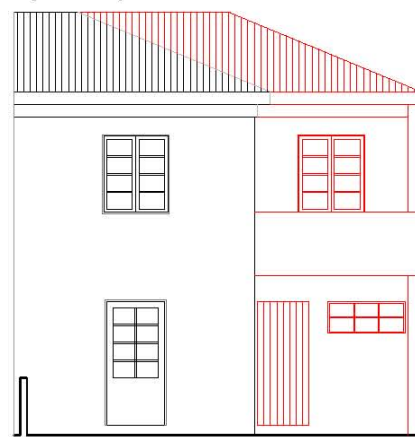
R/C



Piso 1



Alçado Principal



Alçado Posterior

Fig.64. Bairro Leão XIII, 1956.
Módulo de construção.
Lotes centrais.

Fig.65. Bairro Leão XIII, 1956.
Ampliação do módulo.
Lotes de topo.

[8] CONCLUSÕES

[8.1] PROMOÇÃO ESTATAL E PROMOÇÃO COOPERATIVA

A partir de 1933 e da instituição do Programa das Casas Económicas, o Estado deteve o controlo total sobre a escolha dos terrenos a urbanizar, os projectos a construir e os materiais a empregar, assim como a fiscalização e a vigilância dos bairros. No mesmo sistema, o salário mensal do agregado familiar, encabeçado pelo *casal de família*, constituía a base de distinção para a atribuição de um determinado tipo de habitação.

Por sua vez, a construção no âmbito das cooperativas de habitação radicou num sistema muito mais liberal e livre de compromissos, apenas o de ordem económica: fixação de um custo máximo de construção. No entanto, mesmo esta limitação podia ser facilmente torneada através da fusão de vários sócios (geralmente os restantes elementos do agregado familiar) para a obtenção de valores múltiplos de construção.

De facto, para as cooperativas, cada elemento do agregado familiar valia por si próprio e o custo-limite a atribuir para a construção podia ser multiplicado pelo número de pessoas inscritas, aumentando consideravelmente o valor final da obra. No entanto, para pagar as prestações exigidas pelas cooperativas no âmbito de cada classe de construção, nomeadamente da 10.^a classe, a mais utilizada na época, os destinatários não correspondiam, certamente, às camadas mais carentes da população, mas, antes, às classes burguesas com maior capacidade económica.

No sistema cooperativo, o valor da mensalidade era fixado em função do custo total da construção e da dedução das quotas já liquidadas, dividindo-se o excedente em mensalidades iguais até ao limite máximo

de dez ou vinte anos. Mas, no que diz respeito aos custos-limite para construção, os valores disponibilizados pelas cooperativas eram bastante mais elevados do que os atribuídos ao abrigo do Programa das Casas Económicas.

Tomando como exemplo o custo-limite médio atribuído pela cooperativa “O Problema da Habitação” em 1956 (classe 10.^a: 150.000\$00 para terreno e construção), mesmo sem efectuar as deduções relativas às quotas, o sócio pagava, durante vinte anos, a prestação mensal de cerca 650\$00, com juro de 4%/ano. Transpondo para um valor semelhante das prestações mensais a pagar pelos beneficiários das casas estatais é possível estabelecer a seguinte analogia:

	Cooperativa	Casas Económicas (Estado) Classe B, Tipo 3	
	1956	1957	1943
Prestação mensal (20 anos)	650\$00	630\$00	280\$00
Custo-limite	150 000\$00	75 000\$00 ¹¹⁰	31 500\$00

A análise do quadro anterior demonstra que, para o mesmo valor de prestação mensal, a cooperativa “O Problema da Habitação” permitia a construção de habitações bastante mais dispendiosas e a aquisição de casa própria em condições muito vantajosas.

Entre 1933 e 1956, a promoção pública em termos de habitação no Porto consistiu na construção de 3 156 alojamentos distribuídos pelos Bairros de Casas Económicas e Bairros Camarários.¹¹¹ Durante este mesmo período, a construção de fogos por promotores cooperativos rondou as 1 062 unidades, ou seja, apenas um terço das realizações públicas. A constatação de tal facto significa que, se a intervenção pública não foi, durante o segundo quartel do século XX, suficiente para suprir as necessidades de alojamento, a participação das cooperativas de

¹¹⁰ Extrapolação do valor atribuído após 14 anos (1943-1957).

Fontes: Quadro II: *Características do Programa das Casas Económicas* e Quadro V: *Características das Classes de Construção da Cooperativa “O Problema da Habitação” em 1956*, Anexo 1.

¹¹¹ Confrontar Anexo 1, Quadro III: *Construção de Habitação Pública na Cidade do Porto até 1965*.

habitação também não foi, como se constata pela leitura dos números, mais eficiente nesse aspecto.

Os Bairros de Casas Económicas disseminaram-se em pontos estratégicos da cidade, em núcleos de configuração espacial perfeitamente delimitada, tanto morfológica como tipologicamente, necessitando apenas de terreno livre para se expandirem. Em oposição, a habitação construída no âmbito das cooperativas raramente se organizou em núcleos urbanos tendo por base um projecto de conjunto.

A grande maioria das habitações edificadas por cooperativas seguiu as ordens urbanas existentes, quer através da continuidade e preenchimento individual e por encomenda do tecido urbano lote a lote, quer por contágio do ordenamento estabelecido pelos Bairros Económicos do Estado ou pelas urbanizações destinadas a famílias de maiores recursos financeiros (Foz e Campo Alegre). Esta *construção dispersa* de habitação correspondeu ao primeiro nível da intervenção cooperativa na cidade.

Ao contrário do que presumimos no início desta investigação, a acção cooperativa no Porto durante esta época só esporadicamente definiu conjuntos e grupos urbanos unitários e, mesmo estes, integravam somente entre três a oito habitações, correspondendo à *construção em banda* que constituiu o segundo nível da intervenção cooperativa.

Por fim, no início deste trabalho colocamos, ainda, o acento na opção pela normalização do maior número possível de elementos-tipo e respectiva difusão em grande escala, numa óptica de construção económica com o objectivo da resolução dos problemas de habitação das populações de baixos recursos económicos. No entanto, o contacto com a realidade revela que, entre 1933 e 1956, apesar do número existente destas entidades activas na cidade, a produção cooperativa praticamente não usufruiu da sua capacidade de sistematização da construção com vista à rentabilização das poupanças dos seus sócios. Bastante reveladora desta situação foi a edificação de somente dois bairros habitacionais: Bairro de Lordelo do Ouro (1955) e Bairro Leão XIII (1956). A *construção concentrada* destes dois bairros, apontados no terceiro nível da intervenção cooperativa, representa, contudo, o exemplo construído do que deveria ter sido a materialização generalizada dos ideais originais de

associativismo popular para a resolução do problema comum de habitação.

Em suma, enquanto forma de oposição ao domínio público em termos de construção de habitação social, o ideal cooperativo concretizou, na prática, a mesma política de intervenção estatal: falhou o alvo e favoreceu as classes burguesas, relegando para segundo plano aquelas que mais necessitavam de alojamento por falta de capacidade económica. A edificação dos dois únicos bairros cooperativos especificamente destinados a pessoas de menores recursos económicos na segunda metade dos anos 50 prova que, somente a partir dessa altura, se começou a pensar seriamente na questão da construção de habitação de custos controlados. Esta situação é, ainda, corroborada pela promulgação e implementação, no último ano, do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto.

Para concluir, torna-se, ainda, pertinente pensar numa futura expansão do trabalho, a qual passaria pelo alargamento do âmbito temporal de análise da intervenção cooperativa no Porto até 1974. Esta circunstância permitiria, antes de mais, organizar uma perspectiva global da acção cooperativa até ao 25 de Abril, data a partir da qual se verificou o grande surto de formação, efectivamente apoiada pelo Estado, destas entidades. Permitiria, ainda, descobrir se, de facto, todo o sistema cooperativo instituído até então na cidade chega, ou não, a concretizar os fins inicialmente propostos.

Para além de um possível alargamento temporal do âmbito da investigação, a metodologia adoptada com referência às informações registadas na base de dados informática especialmente criada para este efeito permitiria, como segunda hipótese, expandir territorialmente o campo dos objectos de estudo. Esta opção possibilitaria realizar uma comparação entre a acção cooperativa no Porto e outras cidades do país. Seria, por isso, não menos interessante investigar também as realizações cooperativas na capital, Lisboa, a desejada *sede do império* de Salazar.

[9] ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

[9.1] BIBLIOGRAFIA

ENQUADRAMENTO

ALMEIDA, Pedro Vieira de (2002); *A arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica*; Lisboa: Livros Horizonte.

BAPTISTA, Luís V. (1996); *Os bairros sociais da 1.ª República enquanto objectos físicos de interesse social: a sua (re)apropriação ideológica no discurso moralizador do Estado Novo*. III Congresso Português de Sociologia, Práticas e Processos da Mudança Social, Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais. Lisboa: Celta Editora.

BAPTISTA, Luís V. (1999); *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.

FERNANDES, José Manuel (1993); *Arquitectura Modernista em Portugal, 1890-1940*. Lisboa: Gradiva.

FERNANDES, José Manuel (2003); *Português suave: arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: Departamento de Estudos – IPPAR.

FERNANDES, José Rio, MARQUES, Hélder, MARTINS, Luís Paulo (1990); *Porto: percursos nos espaços e memórias*. Porto: Edições Afrontamento.

FERNANDEZ, Sérgio (1988); *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930-1974*. Porto: Edições FAUP.

FRANÇA, José Augusto (1985); *A arte em Portugal no século XX – 1911-1961*. Lisboa: Bertrand Editora.

GOMES, Sérgio Alexandre da R. (2006-2007); *As identidades nacionais nos regimes ditatoriais: o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista*; in “Ciências e Técnicas do Património”, I

Série, Vol. V-VI. Porto: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

LINO, Raul (1918); *A nossa casa: apontamentos sobre o bom gosto na construção de casas simples*. Lisboa: Edição de Atlântida.

LINO, Raul (1992, 1.^a ed. 1933); *Casas portuguesas; alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Livros Cotovia.

LINO, Raul (1937); *L'évolution de l'architecture domestique au Portugal*. Lisboa: Coimbra Editora.

PEREIRA, Gaspar Martins (1995); *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.

QUINTINO, José Luís (2003); *Raul Lino: 1879-1974*. Lisboa: Editorial Blau.

RIBEIRO, Irene (1994); *Raul Lino, pensador nacionalista da arquitectura*. Porto: FAUP Publicações.

TAVARES, Edmundo (1946); *Habitação portuguesa – casas modernas. Cidade – Campo – Beira-mar - Montanha*. Lisboa: Bertrand Editores.

TÁVORA, Fernando (1947); *O problema da casa portuguesa*. Lisboa: Cadernos de Arquitectura.

TOSTÕES, Ana Cristina (1997); *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP Publicações.

COOPERATIVISMO

BARBOSA, Raul Tamagnini (1930); *Modalidades e aspectos do cooperativismo*. Série Didáctica IX, Teses e Conferências de Propaganda. Porto: Imprensa Social, Secção da Casa do Povo Portuense.

BARBOSA, Raul Tamagnini (1937); *Diferentes formas de cooperativismo de habitação*; in “Seara Nova”, n.º 527, p. 443-450 e n.º 537, p. 190-191. Lisboa.

BARBOSA, Raul Tamagnini (1938); *Diferentes formas de cooperativismo de habitação*; in “Seara Nova”, n.º 546, p. 413-414. Lisboa.

COLARES, Mário, COLARES, Nuno (1926); *Projecto de um grupo de dez casas para dez operários que se constituíram n'um Grupo Dez de Maio no ângulo das ruas do Seixal e Cavadas no Porto*; in “A Arquitectura Portuguesa”, ano XIX, n.º 12, p. 45-47. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

COSTA, Fernando Ferreira da (1983); *António Sérgio e a democracia cooperativa*. Lisboa: INSCOOP.

FERREIRA, António Fonseca (1979); *Cooperativas de habitação em Portugal*. Lisboa: Fundo de Fomento da Habitação, Ministério da Habitação e Obras Públicas, Secretaria de Estado da Habitação.

FERREIRA, José António (1987); *Por uma nova política de habitação*. Porto: Edições Afrontamento.

FLAMAND, Jean-Paul (2001); *Loger le peuple: essai sur l’histoire du logement social en France*. Paris : Éditions La Découverte & Syros.

FLEMING, Arnaldo, MAGANO, Olga (1992); *Habitação cooperativa em Portugal (1974-1991)*. Lisboa: Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE).

GAGES, Patrice (1989); *L’Avenir: entreprise cooperative. 70 ans de l’histoire d’une métropole. 70 ans d’architecture*. Liège : Pierre Mardaga Éditeur.

INSCOOP (1997); *As Cooperativas de habitação em Portugal*; Documentos da Jornada de Reflexão sobre Cooperativismo Habitacional promovida pelo INSCOOP – Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo e FENACHE – Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica em 26 de Junho de 1996. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

KAMOUN, Patrick (2001); *Paris-jardins, cité-jardin de Draveil (Seine et Oise)*. In “Ciudades”, Revista do Instituto Universitário de Urbanística de Valladolid, n.º 6, p. 49-56

MALPIQUE, Cruz (1983); *António Sérgio (1883-1893): o democrata ou o terceiro homem*. Matosinhos: Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 27.

OLIVEIRA, J. Tiago de (1983); *António Sérgio: o cidadão do amanhã*. Lisboa: Cadernos F.A.O.J., série C, n.º 15.

SÉRGIO, António (1984); *Sobre o sistema cooperativista*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

SOVERAL, Eduardo Abranches de (2000); *O pensamento de António Sérgio: síntese interpretativa e crítica*. Porto: Colecção Conferências & Debates, Granito Editores e Livreiros, Lda.

Periódico de Referência:

Boletim cooperativista (1951-1968). Coord.: António Sérgio. Lisboa.

HABITAÇÃO E CIDADE

ANTAS, António Azeredo, MONTERROSO, Manuel (1934); *A salubridade habitacional no Porto, 1929-1933*. Ministério do Interior, Direcção Geral de Saúde, Inspeção de Saúde do Porto; Lisboa: Imprensa Nacional.

AZEVEDO, Coronel Guilherme de (1929); *Os problemas da habitação em Portugal e noutros países*. Conferência “Inquilinato e Construção”. Lisboa: Livraria Renascença.

BARBOSA, Raul Tamagnini (1932); *Uma solução económica para a reconstrução do Porto*. Conferência realizada no Clube dos Fenianos a convite da Liga de Profilaxia Social, no dia 21 de Dezembro de 1932, Separata da Revista “Economia”. Porto: Edição da Liga de Profilaxia Social.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO; Boletim da Câmara Municipal do Porto, n.º 231 a 247; 3.º Quadrimestre de 1940.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO; Boletim da Câmara Municipal do Porto, n.º 629 a 646; 2.º Quadrimestre de 1948.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO; Boletim da Câmara Municipal do Porto, n.º 978 a 997; 1.º Quadrimestre de 1955.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO; Boletim da Câmara Municipal do Porto, n.º 1047 a 1063; 2.º Quadrimestre de 1956.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1956); *Plano de Salubridade das “Ilhas” do Porto*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1962); *Plano Director da Cidade do Porto*. Porto: Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1966); *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*. Porto: Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos; Imprensa Portuguesa.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1996); *Porto a Património Mundial*. Porto: Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1998); *Porto Património Mundial*. Porto: Processo de Candidatura do Centro Histórico do Porto à UNESCO – Livro II.

CAMPOS, Ezequiel de (1932); *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto.

ENGELS, Friedrich (1971); *A questão do alojamento*. Porto: Cadernos para o Diálogo3.

FERNANDES, Francisco Barata (1999); *Transformação e permanência na habitação portuense – As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações.

FERREIRA, José António (coord.) (1999); *Habitação social no Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil.

FERREIRA, José António (coord.) (2000); *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

GARRETT, Antão de Almeida (1914); *Tuberculose e habitação no Porto*; Separata dos n.ºs 2 e 3 dos Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto. Porto: Enciclopédia Portuguesa.

GARRETT, Antão de Almeida (1947); *Limites do território da Região do Porto para o estudo do seu Plano Regional*; Separata da “Revista de Engenharia”, Vol. XII, n.º 2. Porto: Tipografia da Enciclopédia Portuguesa.

GARRETT, Antão de Almeida (1950); *A Ponte da Arrábida e o Porto de amanhã*; Conferência realizada na Associação Cultural “Amigos do Porto”; Separata da “Revista da Faculdade de Engenharia”. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto.

GARRETT, Antão de Almeida (1952); *Plano Regulador da Cidade do Porto*; Separata de “Civitas”, Vol. VIII, n.º 2. Porto.

GARRETT, Antão de Almeida (1974); *História da evolução dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto: Secção de Planeamento Urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

GROS, Christine Marielle (1982); *O alojamento social sob o fascismo*. Porto: Edições Afrontamento.

GUÀRDIA, Manuel, MÓNCLÚS, Francisco Javier, OYÓN, José Luis (dir.) (1996); *Atlas histórico de ciudades europeas*; Centre de Cultura Contemporània de Barcelona. Barcelona: Salvat.

GUERRA, Paula; *Elementos para a redefinição de um objecto de estudo complexo: o caso da zona oriental portuense*; Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Cidades, Campos e Territórios.

LOBO, Margarida Sousa (1995); *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP Publicações.

MARTINS, Júlio (1944); *Casas económicas*; in “A Arquitectura Portuguesa”, ano XXXVII, 3.^a série, n.º 117, p. 15-21. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

MATOS, Fátima Loureiro de (1994); *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*; in “Análise Social”, Vol. XXIX, n.º 127. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

MENDES, Manuel (coord.) (2001); *(In)formar a modernidade: arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (1963); *A habitação em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Urbanização e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco.

OLIVEIRA, José Manuel Pereira de (1973); *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos.

PEREIRA, Raul da Silva (1963); *Problemática da habitação em Portugal – 1*; in “Análise Social”, Vol. I, n.º 1. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PORTAS, Nuno (2004); *A habitação social – proposta para uma metodologia da sua arquitectura*; Concurso para obtenção do diploma de arquitecto e defendido na ESBAP em 1959. Porto: FAUP Publicações.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) (1994); *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2010); *A casa: arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto: FAUP Publicações.

REDOL, Maria da Conceição Cabral Leitão (1985); *Edifícios de habitação social: condicionamentos impostos e economias possíveis*. Lisboa: Concurso para Assessor do Fundo de Fomento da Habitação.

SILVA, Carlos Nunes (1994); *Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX*; in “Análise Social”, Vol. XXIX, n.º 127. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

SILVA, Carlos Nunes (1999); *Parcerias público-privado nas políticas de habitação em Portugal e no Reino Unido*; in “III Congresso de Geografia Portuguesa”, Porto, Setembro de 1997, p. 363-371. Lisboa: Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos.

TEIXEIRA, Manuel C. (1992); *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*; in “Análise Social”, Vol. XXVII, n.º 115. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

TEIXEIRA, Manuel C. (1996); *Habitação popular na cidade oitocentista – as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

WEBER, M. A. (1946); *A habitação popular em França*; in “A Arquitectura Portuguesa”, ano XXXIX, 3.ª série, n.º 136, p. 11-14. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

TESES E DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de (2010); *Favor, recompensa e controlo social: os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares (1998); *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: permanências/ inovações no processo e forma urbanos*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, Faculdade de Engenharia e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

BARBOSA, António Manuel da Silva (2004); *Habitação a custos controlados: prémios INH (1989-2003)*. Prova Final para Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

CARDOSO, Vasco (2009); *Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico*. Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

DIAS, Carla Alexandra Mesquita Queirós de Castro (2000); *Conceito de casa: Raul Lino e Alfredo Viana de Lima*. Prova Final para Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

MATOS, Fátima Loureiro de (2001); *A habitação no Grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

OLIVEIRA, Hélder Manuel Gomes de (2004); *De ilhas para bairros: os espaços exteriores*. Prova Final para Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

SANTOS, Filipe M. de Almeida (2001); *Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

SARAIVA, Luís Miguel Silva (1998); *Os tipos de habitação do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em Teoria da Arquitectura, Universidade Lusíada de Lisboa.

VÁZQUEZ, Isabel Breda (1992); *O processo de suburbanização no Grande Porto: a evolução da cidade do Porto e a estruturação territorial dos concelhos periféricos*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

[9.2] FONTES

Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

Arquivo privado da cooperativa “O Problema da Habitação”

Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Biblioteca Pública Municipal do Porto

[9.3] LEGISLAÇÃO

- . DL n.º 22 241 de 22 de Fevereiro de 1933 – Constituição Política da República Portuguesa.
- . DL n.º 23 048 de 23 de Setembro de 1933 – Estatuto do Trabalho Nacional.
- . DL n.º 16 055 de 22 de Outubro de 1928 – Revisão legislativa dos bairros sociais da 1.ª República.
- . DL n.º 23 052 de 23 de Setembro de 1933 – Programa das Casas Económicas.
- . DL n.º 28 912 de 12 de Agosto de 1938 – Programa das Casas Desmontáveis.
- . DL n.º 33 278 de 24 de Novembro de 1943 – Revisão do Programa das Casas Económicas.
- . DL n.º 2 007 de 07 de Maio de 1945 – Programa das Casas de Renda Económica.
- . DL n.º 34 486 de 06 de Abril de 1945 – Promoção da construção de 5000 casas para alojamento de famílias pobres.
- . DL n.º 35 106 de 06 de Novembro de 1945 – Programa das Casas para Famílias Pobres.
- . DL n.º 36 212 de 07 de Abril de 1947 – Programa das Casas de Renda Limitada.
- . LEI n.º 2 030 de 22 de Junho de 1948 – Ampliação das facilidades concedidas pelo Estado.
- . DL n.º 40 552 de 12 de Março de 1956 – Estabelecimento de uma nova Classe de Casas Económicas destinada a abranger as famílias de modestos recursos.
- . DL n.º 40 616 de 28 de Maio de 1956 – Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto.
- . DEC n.º 41 143 de 04 de Junho de 1957 – Fixação das prestações mensais a pagar pelos interessados para a aquisição de casas económicas.

ANEXO 1

QUADROS DE REFERÊNCIA

QUADRO I	Características dos Programas de Habitação Social promovidos pelo Estado Novo
QUADRO II	Características do Programa de Casas Económicas
QUADRO III	Construção de Habitação Social Pública na Cidade do Porto até 1965
QUADRO IV	Distribuição da Construção Social Pública na Cidade do Porto até 1965
QUADRO V	Características das Classes de Construção da Cooperativa “O Problema da Habitação” em 1956
QUADRO VI	Pedidos de Licença de Obra de Cooperativas de Habitação para Construção de Edifícios no Porto entre 1933 e 1956
QUADRO VII	Número de Fogos Construídos por Cooperativas de Habitação no Porto entre 1933 e 1956
QUADRO VIII	Tipologias Construídas por Cooperativas de Habitação no Porto entre 1933 e 1956

QUADRO I: CARACTERÍSTICAS DOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL PROMOVIDOS PELO ESTADO NOVO

PROGRAMAS DE HABITAÇÃO	Casas Económicas	Casas Desmontáveis	Casas de Renda Económica	Casas para Famílias Pobres	Casas de Renda Limitada
Legislação base	DL n.º 23 052, 23-09-1933 DL n.º 33 278, 24-11-1943 DL n.º 40 552, 12-03-1956	DL n.º 28 912, 12-08-1938	DL n.º 2 007, 24-11-1943	DL n.º 35 106, 06-11-1945	DL n.º 36 212, 07-04-1947
Objectivo	Solucionar o problema de habitação das classes trabalhadoras.	Proporcionar alojamento provisório aos ocupantes dos <i>bairros de lata</i> a demolir.	Alojar a <i>classe média</i> excluída do Programa das Casas Económicas não por razões económicas.	Alojar famílias pobres sem acesso às Casas Económicas por razões económicas.	Construir prédios de rendimento e fixar rendas máximas para habitação.
Destinatários	Chefes de família, empregados, operários ou outros assalariados, membros dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis e militares, operários dos quadros permanentes de serviços do Estado e das câmaras municipais.	Chefes de família, sócios, pensionistas, empregados e operários de instituições de previdência social, organismos corporativos e empresas concessionárias de serviços públicos.	Sócios das sociedades cooperativas, empregados e assalariados de sociedades anónimas, organismos corporativos, instituições de previdência social, empresas concessionárias de serviços públicos e empresas industriais.	Famílias desalojadas por efeito de demolições relacionadas com trabalhos de urbanização ou outros de interesse público.	Famílias com possibilidades de pagamento da renda limitada fixada.
Competência estatal	Escolha e urbanização dos terrenos; Aprovação dos projectos e respectivos orçamentos; Promoção e fiscalização da construção; Administração das verbas; Conservação e melhoria das casas.	Co-financiamento da construção (50%); Concessão de subsídios; Elaboração dos projectos; Fiscalização das obras.	Alteração e controlo da fixação de novas rendas; Autorização da construção das casas em agrupamentos ou blocos.	Co-financiamento da construção (50%); Deliberação sobre a concessão de casas; Fixação e revisão das rendas (Ministério das Finanças); Distribuição das casas e despejos (Ministério do Interior); Aprovação dos projectos (Ministério das Obras Públicas).	Controlo sobre o preço fixo do lote, o projecto, o ante-projecto ou o programa da casa a edificar, os prazos concedidos e as penalidades e aplicar; Controlo sobre os níveis das rendas, as regras de distribuição, o direito de permanência e o despejo.
Competência municipal	Cedência, aquisição e expropriação dos terrenos; Urbanização e construção das infra-estruturas (arruamentos de acesso e canalizações de esgotos, água e luz); Conservação dos arruamentos e logradouros comuns.	Co-financiamento da construção (50%); Urbanização dos terrenos; Fixação dos valores das rendas; Conservação e limpeza das casas.	Previsão nos planos de urbanização de zonas destinadas à construção; Expropriação e urbanização dos terrenos; Abertura de concursos públicos, apreciação e adjudicação das propostas; Aprovação dos projectos; Fiscalização da construção; Vistoria final das casas.	Co-financiamento da construção (50%); Aquisição e urbanização de terrenos; Elaboração dos projectos; Construção, distribuição, gestão e manutenção dos fogos.	Cedência e concessão de terrenos a preços acessíveis; Alienação de lotes para construção; Assistência técnica gratuita; Fiscalização e vistoria gratuita da construção; Garanti de fornecimento de materiais de construção a preços fixos.
Regime de propriedade	Regime de propriedade resolúvel. Renda em prestações mensais, com amortização no prazo de 20 a 25 anos. Em 5 anos, o agregado pode antecipar a amortização.	Concessão a título precário, com possibilidade de despejo (com notificação de 30 dias) sem indemnização.	Rendimento até 6 vezes a renda, podendo manter-se enquanto o rendimento total não exceder 20%.	Concessão a título precário, com possibilidade de despejo (com notificação de 30 dias) sem indemnização.	
Isenções / Incentivos	Isenção de contribuição predial ou qualquer taxa camarária durante os primeiros 10 anos do período de amortização; Licenças gratuitas.	Isenção de contribuição predial ou qualquer taxa camarária durante os primeiros 10 anos do período de amortização. Licenças gratuitas.	Isenção de sisa nas primeiras transmissões dos terrenos; Isenção de contribuição predial por 15 anos; Licenças gratuitas.	Isenções tributárias; Concessão de subsídios.	Isenção de sisa na compra de terrenos e na primeira transmissão; Isenção de contribuição predial por 12 anos; Licenças gratuitas.

QUADRO II: CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DAS CASAS ECONÓMICAS (valores em escudos)

		Salário mensal admitido (agregado familiar)				Prestações mensais				Custos limite	Área média
		1933	1943	1946	1957	1933	1943	1946	1957	1943	1943
CLASSE a)		-	-	-	600-1400	-	-	-	-		
CLASSE A	TIPO 1	600-1200	800-1700	1000-2200	1200-1400	80	110	175	-	12 500	150 m²
	TIPO 2					90	140	215	310	15 500	
	TIPO 3					100	160	255	360	18 000	
CLASSE B	TIPO 1	1100-1700	1600-2500	2000-3200	2200-3400	160	210	335	520	24 000	200 m²
	TIPO 2					180	250	390	570	28 000	
	TIPO 3					200	280	445	630	31 500	
CLASSE C	TIPO 1	1500-2400	2200-3500	2800-4500	3000-4800	-	300	475	770	34 000	275 m²
	TIPO 2					-	340	540	810	38 000	
	TIPO 3					-	380	605	860	43 000	
CLASSE D	TIPO 1	2100-3000	3100-4500	3900-5700	4200-6000	-	420	675	1130	47 500	350 m²
	TIPO 2					-	460	745	1230	52 000	
	TIPO 3					-	500	815	1330	57 000	

Fonte:

DL n.º 23 052 (1933); DL n.º 33 278 (1943); DL n.º 35 602 (1946); DL n.º 41 143 (1957).

QUADRO III: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL PÚBLICA NA CIDADE DO PORTO ATÉ 1965

INICIATIVAS DE CONSTRUÇÃO	PROMOÇÃO ESTATAL			PROMOÇÃO MUNICIPAL			PARCERIA MUNICIPAL			
	Data		Fogos	Data		Fogos	Data		Fogos	
1880-1910	Nenhuma habitação foi construída			Nenhuma habitação foi construída			Bairros do jornal O Comércio do Porto			
							1901	Monte Pedral (C)	26	
							1903	Lordelo do Ouro (LO)	40	
							1905	Bonfim/Antas (Ca)	29	
							Total parcial:		95	
1910-1926: 1.ª República	Bairros Sociais:			Colónias operárias:						
	1918	Sidónio Pais / Social da Arrábida (M)	100	1917	Antero de Quental (Ca)	28				
				1917	Estêvão de Vasconcelos (R)	90				
				1917	Viterbo de Campos (M)	64				
				1919	Dr. Manuel Laranjeira (P)	19				
	Total parcial:		100	Total parcial:		201				
1926-1933: Ditadura Militar 1933-1974: Estado Novo	Bairros de Casas Económicas:			Bairros Camarários:			Bairros do Plano de Melhoramentos 1956-1966			
	1935	Ilhéu (Ca)	54	1940	Bloco de Saldanha (B)	115	1956	Bom Sucesso (M)	128	
	1937	Condominhas (LO)	102	1942	Rebordões (Ca)	145	1957	Carvalhido (P)	264	
	1938	Amial – 1.ª fase (P)	304	1944	S. João de Deus – 2.ª fase (Ca)	144	1957	Pio XII (Ca)	122	
	1939	Azenha – 1.ª fase (P)	100	1950	S. Vicente de Paulo* – 1.ª fase (Ca)	148	1957	Pasteleira (LO)	608	
	1939	Paranhos – 1.ª fase (P)	150	1951	S. Vicente de Paulo* – 2.ª fase (Ca)	18	1958	Outeiro – 1.ª fase (P)	235	
	1939	Ramalde – 1.ª fase (R)	112	1952	S. Vicente de Paulo* – 3.ª fase (Ca)	12	1958	Agra do Amial (P)	181	
	1940	Costa Cabral (Ca)	240	1954	S. Vicente de Paulo* – 4.ª fase (Ca)	20	1959	Carriçal (P)	258	
	1941	Azenha – 2.ª fase (P)	14	1953	Rainha D. Leonor** – 1.ª fase (F)	150	1959	Fernão de Magalhães (B)	346	
	1941	Paranhos – 2.ª fase (P)	30	1955	Condominhas – 2.ª fase (LO)	26	1959	S. Roque da Lameira – 1.ª fase (Ca)	451	
	1941	Ramalde – 2.ª fase (R)	36	1955	Rainha D. Leonor** – 2.ª fase (F)	100	1960	Fonte da Moura – 1.ª fase (A)	596	
	1942	S. Roque da Lameira (Ca)	234	1956	Pereiró (R)	64	1961	Cerco do Porto (Ca)	804	
	1950	Marechal Gomes da Costa (LO)	186	1956	S. João de Deus – 2.ª fase (Ca)	152	1962	Regado (P)	722	
	1958	Amial – 2.ª fase (P)	94				1962	Fonte da Moura – 2.ª fase (A)	42	
	1958	António Aroso (A)	226				1963	Eng. Arantes e Oliveira*** (R)	900	
	1958	Vilarinha (R)	202				1963	S. Roque da Lameira – 2.ª fase (Ca)	272	
	1965	Viso (R)	294				1964	Outeiro – 2.ª fase (P)	143	
	Total parcial:		2 378				Total parcial:		1 094	Total parcial:
	Bairros de Casas Desmontáveis:									
	1948	Carvalhido (P)	500							
	Totais parciais:	Nr. de fogos de promoção estatal:		2 978	Nr. de fogos de promoção municipal:		1 295	Nr. de fogos de parceria municipal:		6 167
	TOTAL	10 440								

Fontes: BARBOSA, (2004); C.M.P., Boletim n.º 1047 a 1063, 2.º Quadrimestre de 1956; C.M.P.; *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*; GROS (1982); MATOS (1994).

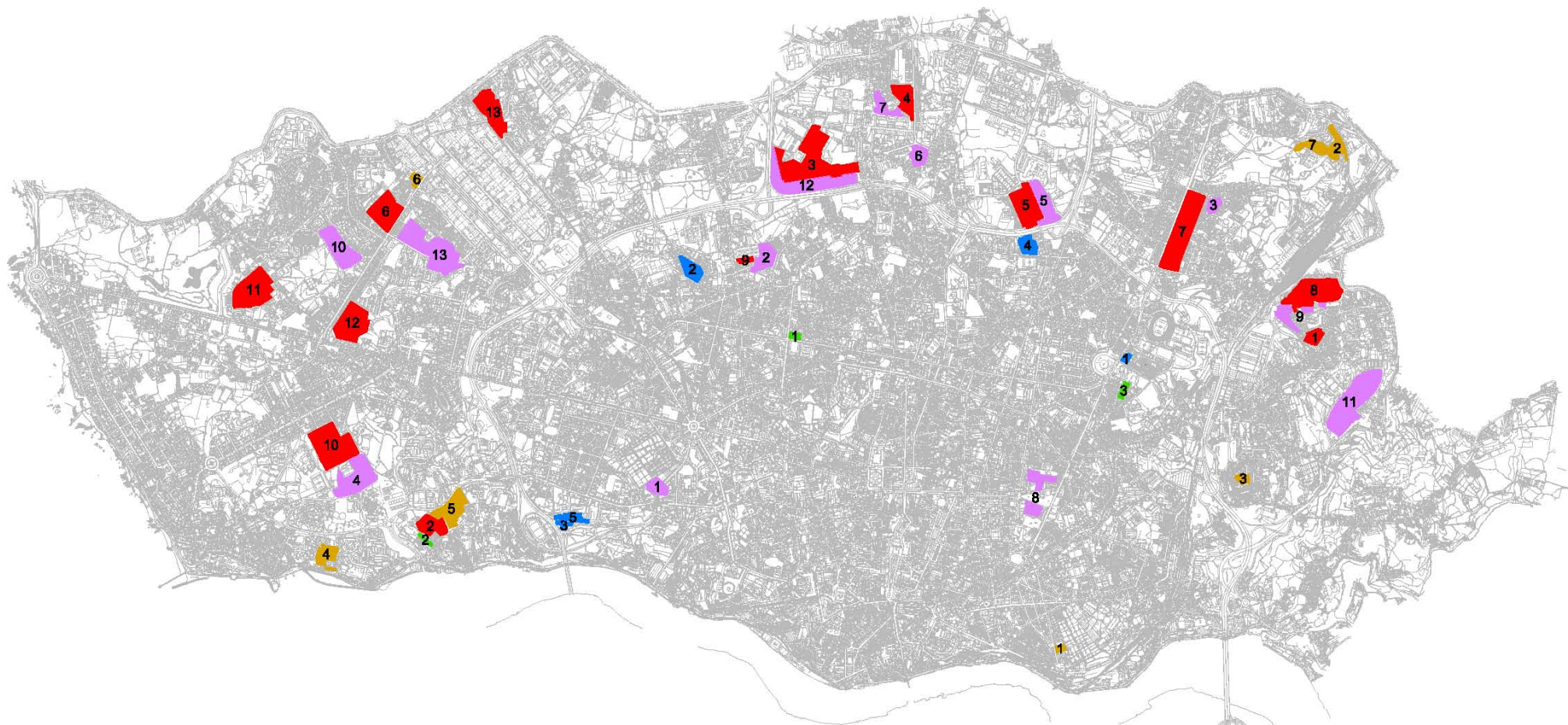
* Bairro de S. Vicente de Paulo ou da Corujeira, actualmente demolido.

** Bairro da Rainha D. Leonor ou de Sobreiras.

*** Bairro Eng. Arantes e Oliveira ou das Campinas.

Freguesias: **A** – Aldoar (2 bairros); **B** – Bonfim (2 bairros); **Ca** – Campanhã (11 bairros); **C** – Cedofeita (1 bairro); **F** – Foz do Douro (1 bairro); **LO** – Lordelo do Ouro (4 bairros); **M** – Massarelos (3 bairros); **P** – Paranhos (10 bairros); **R** – Ramalde (6 bairros).

QUADRO IV: DISTRIBUIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL PÚBLICA NA CIDADE DO PORTO ATÉ 1965



Bairros de "O Comércio do Porto"	Colónias Operárias / Bairro Social	Bairros de Casas Económicas	Bairros Camarários	Plano de Melhoramentos 1956-66
1. Monte Pedral, 1901 2. Lordelo do Ouro, 1903 3. Bonfim / Antas, 1905	1. Antero de Quental, 1917 2. Estêvão de Vasconcelos, 1917 3. Viterbo de Campos, 1917 4. Dr. Manuel Laranjeira, 1919 5. Sidónio Pais/Social da Arrábida, 1918	1. Ilhéu, 1935 2. Condominhas, 1937 3. Amial, 1938/58 4. Azenha, 1939/41 5. Paranhos, 1939/41 6. Ramalde, 1939/41 7. Costa Cabral, 1940 8. S. Roque da Lameira, 1942 9. Carvalhido (Casas Desmontáveis) 10. Marechal Gomes da Costa, 1950 11. António Aroso, 1958 12. Vilarinha, 1958 13. Viso, 1965	1. Bloco de Saldanha, 1940 2. Rebordões, 1942 3. S. Vicente de Paulo, 1950/51/52/54 4. Rainha D. Leonor, 1953/55 5. Condominhas, 1955 6. Pereiró, 1956 7. S. João de Deus, 1944/56	1. Bom Sucesso, 1956 2. Carvalhido, 1957 3. Pio XII, 1957 4. Pasteleira, 1957 5. Outeiro, 1958/64 6. Agra do Amial, 1958 7. Carriçal, 1959 8. Fernão de Magalhães, 1959 9. S. Roque da Lameira, 1959/63 10. Fonte da Moura, 1960/62 11. Cerco do Porto, 1961 12. Regado, 1962 13. Eng. Arantes e Oliveira, 1963

QUADRO V: CARACTERÍSTICAS DAS CLASSES DE CONSTRUÇÃO DA COOPERATIVA “O PROBLEMA DA HABITAÇÃO” EM 1956

CLASSES	JÓIA (ACTO DE INSCRIÇÃO)	QUOTIZAÇÃO MENSAL			DESPESAS DE CONSTRUÇÃO		
		QUOTA MENSAL	ENCARGOS (DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO)	TOTAL	TERRENO	CONSTRUÇÃO (HABITAÇÃO)	TOTAL
1. ^a	10\$00	25\$00	1\$50	26\$50	3 000\$00	12 000\$00	15 000\$00
2. ^a	20\$00	50\$00	3\$00	53\$00	6 000\$00	24 000\$00	30 000\$00
3. ^a	30\$00	75\$00	4\$50	79\$50	9 000\$00	36 000\$00	45 000\$00
4. ^a	40\$00	100\$00	6\$00	106\$00	12 000\$00	48 000\$00	60 000\$00
5. ^a	50\$00	125\$00	7\$50	132\$50	15 000\$00	60 000\$00	75 000\$00
6. ^a	60\$00	150\$00	9\$00	159\$00	18 000\$00	72 000\$00	90 000\$00
7. ^a	70\$00	175\$00	10\$50	185\$50	21 000\$00	84 000\$00	105 000\$00
8. ^a	80\$00	200\$00	12\$00	212\$00	24 000\$00	96 000\$00	120 000\$00
9. ^a	90\$00	225\$00	13\$50	238\$50	27 000\$00	108 000\$00	135 000\$00
10. ^a	100\$00	250\$00	15\$00	265\$00	30 000\$00	120 000\$00	150 000\$00
11. ^a	120\$00	300\$00	18\$00	318\$00	36 000\$00	144 000\$00	180 000\$00
12. ^a	140\$00	350\$00	21\$00	371\$00	42 000\$00	168 000\$00	210000\$00
13. ^a	160\$00	400\$00	24\$00	424\$00	48 000\$00	192 000\$00	240 000\$00
14. ^a	180\$00	450\$00	27\$00	477\$00	54 000\$00	216 000\$00	270 000\$00
15. ^a	200\$00	500\$00	30\$00	530\$00	60 000\$00	240 000\$00	300 000\$00

Fonte:

Estatutos aprovados pela Cooperativa “O Problema da Habitação” em Assembleia Geral de 28 de Dezembro de 1956.

QUADRO VI: PEDIDOS DE LICENÇA DE OBRA DE COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS NO PORTO ENTRE 1933 e 1956

COOPERATIVA	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR								HABITAÇÃO BIFAMILIAR				HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR				TOTAL	%	
	I		A		B		C		I	A	B	C		I	B	C			
	I	IG	A	AG	B	BG	C	CG				C	CG			C			CG
A – A Casa Lusitana	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	1	2	-	-	-	4	10	1,7
B – Construtora Económica Luso-Poveira	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,2
C – Construtora Económica Nossa Moradia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	0,4
D – Edificadora Previdente	3	-	-	-	2	-	4	2	1	-	1	2	-	-	-	2	1	18	3,1
E – Lar do Comércio	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,2
F – Lar Económico	1	-	2	-	-	1	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	7	1,2
G – Lar Monçanense	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	0,4
H – Lar Operário Católico	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	1,7
I – Moradia Portuguesa	-	-	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,9
J – O Lar Familiar	8	2	3	1	8	-	25	5	-	1	-	10	-	-	-	4	-	67	11,7
L – O Problema da Habitação	93	27	32	-	17	1	145	24	5	7	7	42	6	1	1	13	-	421	73,6
M – Organização de Fomento Cooperativo	3	1	4	-	-	-	6	4	-	-	-	6	-	-	-	2	1	27	4,7
N – Tenho uma Casa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,2
Parciais	108	30	46	1	37	3	185	36	6	10	8	63	10	1	1	21	6		
%	18,9	5,2	8,0	0,2	6,5	0,5	32,3	6,3	1,1	1,7	1,4	11,0	1,7	0,2	0,2	3,7	1,1		
Total Parcial	138		47		40		221		6	10	8	73		1	1	27			
% Parcial	24,1		8,2		7,0		38,6		1,1	1,7	1,4	12,7		0,2	0,2	4,8			
TOTAL	446								97				29				572		
% TOTAL	77,9%								16,9%				5,2%					100%	

Forma de organização da habitação:

1. Habitação Unifamiliar; 2. Habitação Bifamiliar; 3. Habitação Plurifamiliar.

Tipos de inserção no espaço urbano:

I – Isolada (25,4%); A – Agrupada (9,9%); B – Banda (8,6%); C – Contígua (56,1%); G – Geminada.

Nota:

De um total de 614 licenças identificadas, os dados apresentados correspondem às 575 licenças disponibilizadas e consultadas nos Arquivos Geral e Histórico da Câmara Municipal do Porto (93,6% do total, sendo que 3 delas correspondem a edifícios de serviços [1], prédio de rendimento [1] e garagem de estacionamento comum [1]). Desvio máximo: 6%.

QUADRO VII: NÚMERO DE FOGOS CONSTRUÍDOS POR COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO NO PORTO ENTRE 1933 e 1956

COOPERATIVA	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR								HABITAÇÃO BIFAMILIAR				HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR				TOTAL	%	
	I		A		B		C		I	A	B	C		I	B	C			
	I	IG	A	AG	B	BG	C	CG				C	CG			C			CG
A – A Casa Lusitana	-	-	1	-	-	-	-	2	-	2	-	2	8	-	-	-	16	31	2,9
B – Construtora Económica Luso-Poveira	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1
C – Construtora Económica Nossa Moradia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	8	0,8
D – Edificadora Previdente	3	-	-	-	2	-	4	4	2	-	2	4	-	-	-	10	8	39	3,7
E – Lar do Comércio	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2
F – Lar Económico	1	-	2	-	-	1	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	8	0,8
G – Lar Monçanense	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3	0,3
H – Lar Operário Católico	-	-	-	-	108	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	108	10,1
I – Moradia Portuguesa	-	-	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,5
J – O Lar Familiar	8	3	4	1	79	-	25	8	-	2	20	20	-	-	-	20	-	190	17,8
L – O Problema da Habitação	93	45	34	-	17	2	145	39	10	14	14	84	20	6	3	89	-	615	57,9
M – Organização de Fomento Cooperativo	3	2	4	-	-	-	6	9	-	-	-	12	-	-	-	10	4	50	4,7
N – Tenho uma Casa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	0,2
Parciais	108	50	49	1	206	5	185	62	12	20	36	126	36	6	3	129	28		
%	10,2	4,7	4,6	0,1	19,4	0,5	17,4	5,8	1,1	1,9	3,4	11,9	3,4	0,6	0,3	12,1	2,6		
Total Parcial	158		50		211		247		12	20	36	162		6	3	157			
% Parcial	14,9		4,7		19,9		23,2		1,1	1,9	3,4	15,3		0,6	0,3	14,7			
Total	666								230				166				1 062		
% Total	62,7%								21,7%				15,6%						100%

Forma de organização da habitação:

1. Habitação Unifamiliar; 2. Habitação Bifamiliar; 3. Habitação Plurifamiliar.

Tipos de inserção no espaço urbano:

I – Isolada (16,6%); A – Agrupada (6,6%); B – Banda (23,3%); C – Contígua (53,5%); G – Geminada.

Nota:

De um total de 614 licenças identificadas, os dados apresentados correspondem às 575 licenças disponibilizadas e consultadas nos Arquivos Geral e Histórico da Câmara Municipal do Porto (93,6% do total, sendo que 3 delas correspondem a edifícios de serviços [1], prédio de rendimento [1] e garagem de estacionamento comum [1]). Desvio máximo: 6%

QUADRO VIII: TIPOLOGIAS CONSTRUÍDAS POR COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO NO PORTO ENTRE 1933 e 1956

COOPERATIVA	TOTAL																		
	T1		T2			T3			T4				T5			T6		T7	
	T1	T1+1	T2	T2+1	T2+2	T3	T3+1	T3+2	T4	T4+1	T4+2	T4+3	T5	T5+1	T5+2	T6	T6+1		
A – A Casa Lusitana	-	-	11	-	-	12	5	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	31
B – Construtora Económica Luso-Poveira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
C – Construtora Económica Nossa Moradia	-	-	4	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
D – Edificadora previdente	-	-	8	6	-	19	1	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39
E – Lar do Comércio	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
F – Lar Económico	-	-	2	-	-	1	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
G – Lar Monçanense	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
H – Lar Operário Católico		-	-	108	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	108
I – Moradia Portuguesa	--	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
J – O Lar Familiar	4	1	51	2	-	32	5	1	83	7	-	-	4	-	-	-	-	-	190
L – O Problema da Habitação	31	1	112	36	2	208	72	6	85	35	6	2	5	3	1	7	2	1	615
M – Organização de Fomento Cooperativo	2	-	14	3	-	13	7	1	2	6	1	-	-	1	-	-	-	-	50
N – Tenho uma Casa	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Total Parcial	37	2	207	155	2	293	95	8	181	49	7	2	9	4	1	7	2	1	
% Parcial	3,5	0,2	19,5	14,6	0,2	27,5	8,9	0,8	17,0	4,6	0,7	0,2	0,8	0,4	0,1	0,7	0,2	0,1	
TOTAL	39		364			396			239				14			9		1	1 062
% TOTAL	3,7		34,3			37,2			22,5				1,3			0,9		0,1	100%

Nota:

De um total de 614 licenças identificadas, os dados apresentados correspondem às 575 licenças disponibilizadas e consultadas nos Arquivos Geral e Histórico da Câmara Municipal do Porto (93,6% do total, sendo que 3 delas correspondem a edifícios de serviços [1], prédio de rendimento [1] e garagem de estacionamento comum [1]). Desvio máximo: 6%.

ANEXO 2

FICHAS DE LICENÇA DE OBRA

Catologação	Cooperativa de Habitação	Nr.
A	A Casa Lusitana	10
B	Construtora Económica Luso-Poveira	1
C	A Nossa Moradia	2
D	Edificadora Previdente	19
E	Lar do Comércio	1
F	Lar Económico	7
G	Lar Monçanense	2
H	Lar Operário Católico	10
I	Moradia Portuguesa	5
J	O Lar Familiar	68
L	O Problema da Habitação	422
M	Organização de Fomento Cooperativo	27
M	Tenho Uma Casa	1
TOTAL		575

Tipos de inserção no espaço urbano

- 1** Habitação ISOLADA
- 2** Habitação AGRUPADA
- 3** Habitação EM BANDA
- 4** Habitação CONTÍGUA

De um total de 575 licenças de obra consultadas nos Arquivos da Câmara Municipal do Porto, apresentam-se exclusivamente as fichas directamente relacionadas com a dissertação.

[1] HABITAÇÃO ISOLADA: CASOS EXEMPLARES¹¹²

¹¹² Extracto da Base de Dados.

Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 73 Referência: H3
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 268 Data Lic.: 25-06-1943 Data vistoria final: 16-05-1944 Data Req.: 17-05-1943

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua Antero Antunes de Albuquerque Freguesia: Campanhã
Rua (verificação): Antero Antunes Albuquerque (R. de) Número: 67
Circunvalação (Est. da) 3061

IDENTIFICAÇÃO

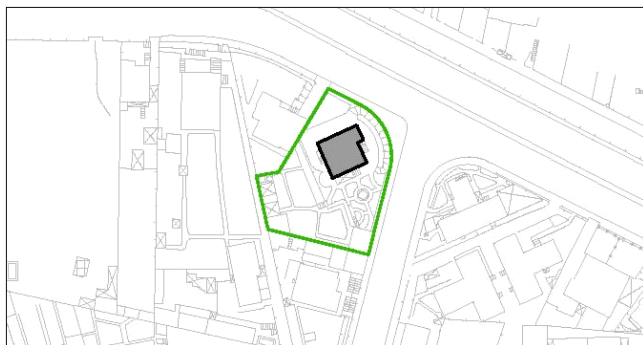
Pelo Requerente: Joaquim Pereira da Silva Função: Presidente
Técnicos: Manuel da Silva Passos Junior Profissão: Arquitecto
Afonso Fernando da Silva Proença Eng. Civil
Texto da Licença: Construir um prédio para o sócio n.º 683/713, Jerónimo Miranda

CARACTERIZAÇÃO

Tipo: Habitação Unifamiliar Isolada Tipologia: T4
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 2 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

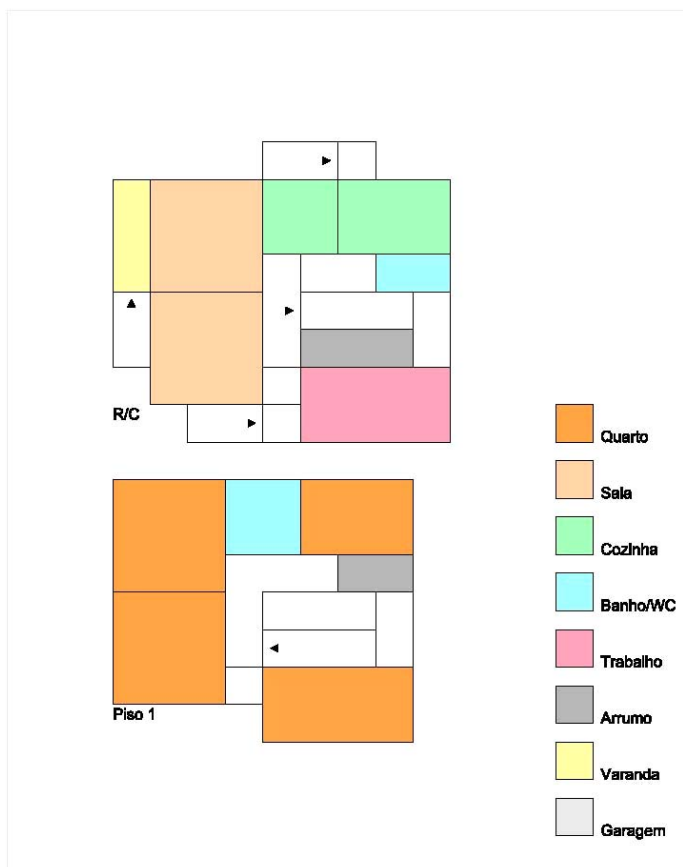
Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catlogação: L 77 Referenciação: C4

Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):

Licença n.º: 322 Data Lic.: 06-08-1943 Data vistoria final: 12-05-1945 Data Req.: 20-04-1943

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua Garcia da Horta Freguesia: Lordelo do Douro

Rua (verificação): Garcia de Orta (R. de) Número: 22-32

IDENTIFICAÇÃO

Pelo Requerente: Joaquim Pereira da Silva Função: Presidente

Técnicos: João Queiroz Profissão: Arquitecto

Texto da Licença: Construir um prédio para os sócios n.º 356 e 483, João Queiroz e esposa

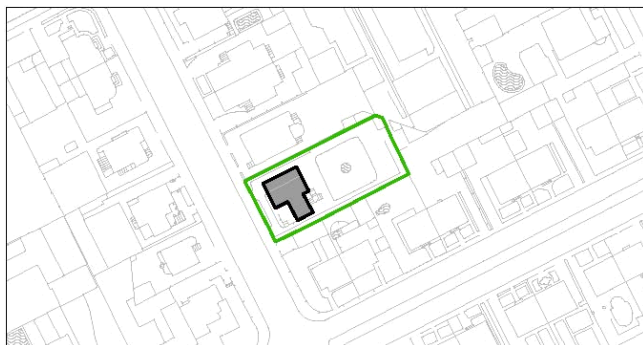
CARACTERIZAÇÃO

Tipo: Habitação Unifamiliar Isolada Tipologia: T3

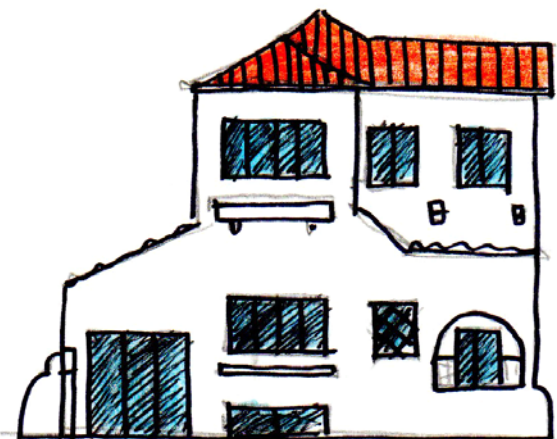
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematisação interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 264 Referência: F5
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 225 Data Lic.: 07-05-1948 Data vistoria final: 21-04-1949 Data Req.: 04-03-1948

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua Barão de Nova Sintra Freguesia: Bonfim
Rua (verificação): Barão de Nova Sintra (R. do) Número: 439-445

IDENTIFICAÇÃO

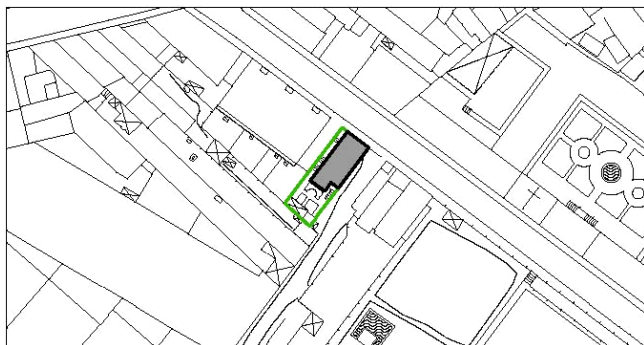
Pelo Requerente: José Dias da Silva Função: Presidente
Técnicos: Mário Augusto Ferreira de Abreu Profissão: Arquitecto
Afonso Fernando da Silva Proença Eng. Civil
Texto da Licença: Construir um prédio de habitação para o sócio n.º 475, Joaquim da Silva Campos Lopes

CARACTERIZAÇÃO

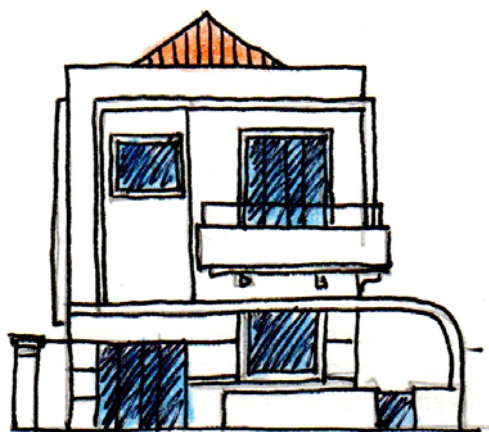
Tipo: Habitação Unifamiliar Isolada Tipologia: T4
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

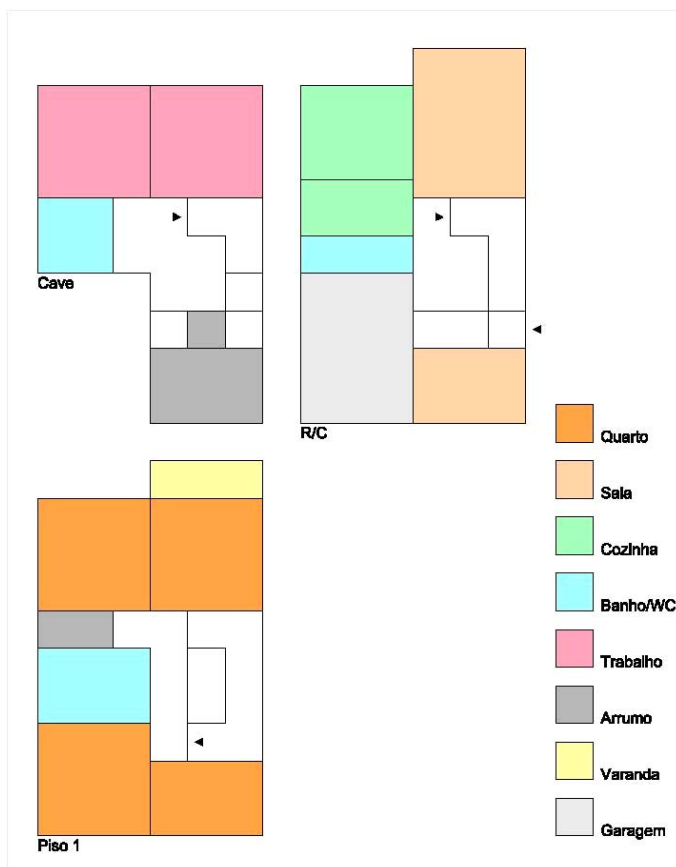
Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematização interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 308 Referência: F3
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 71 Data Lic.: 26-01-1950 Data vistoria final: 19-07-1951 Data Req.: 30-07-1949

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua de Vitorino Damásio Freguesia: Paranhos
Rua (verificação): Vitorino Damásio (R. de) Número: 120-126

IDENTIFICAÇÃO

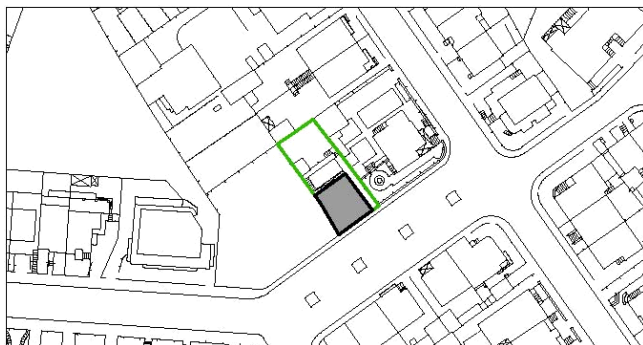
Pelo Requerente: Paulo Costa Função: Director - Secretário
Técnicos: Alfredo Evangelista Viana de Lima Profissão: Arquitecto
Jorge Alberto Delgado de Oliveira Eng. Civil
Texto da Licença: Construir uma moradia para os sócios n.º 842 e 1471, Aristides Manuel Teixeira Ribeiro e Maria Edite Girão Azuaga Ribeiro

CARACTERIZAÇÃO

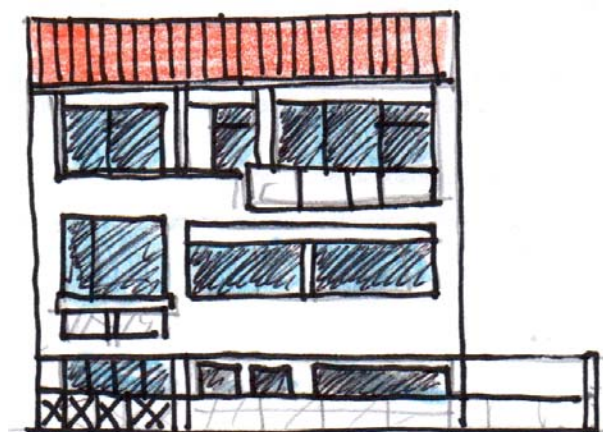
Tipo: Habitação Unifamiliar Isolada Tipologia: T4+1
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 421 Referência: C2
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 640 Data Lic.: 11-12-1956 Data vistoria final: 11-09-1958 Data Req.: 25-07-1956

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua Martim Moniz Freguesia: Aldoar
Rua (verificação): Martim Moniz (R. de) Número: 1017-1037

IDENTIFICAÇÃO

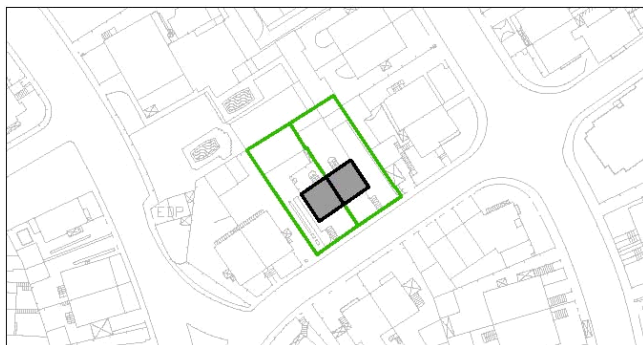
Pelo Requerente: (ilegível) Função: Pelo Presidente
Técnicos: Afonso Fernando da Silva Proença Profissão: Eng. Civil
Texto da Licença: Construir um prédio para os sócios n.º 4360, 4384, 4459 e 4499

CARACTERIZAÇÃO

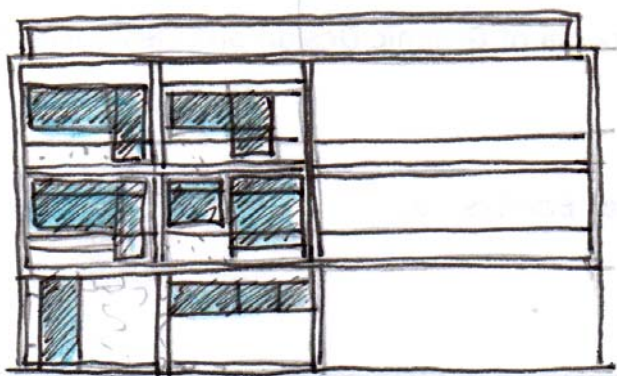
Tipo: Habitação Unifamiliar Isolada Geminada Tipologia: T3+1
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 2

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematização interna:



[2] HABITAÇÃO AGRUPADA: CASOS EXEMPLARES¹¹³

¹¹³ Extracto da Base de Dados.

Cooperativas de Habitação - Porto

Catlogação: F 1 Referência: H3

Cooperativa: Lar Económico

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 456 Data Lic.: 03-07-1950 Data vistoria final: 14-02-1952 Data Req.: 26-11-1949

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua do Cêrco do Porto Freguesia: Campanhã
Rua (verificação): Cerco do Porto (R. do) Número: 232

IDENTIFICAÇÃO

Pelo Requerente: Victor Nunes de Almeida Pinheiro Função: Presidente
Técnicos: Eugénio Gouveia Alves de Sousa Profissão: Arquitecto
Maximiano Rebelo dos Santos Eng. Auxiliar
Texto da Licença: Construir um prédio de habitação para o associado n.º 4, Maria Claudina Freitas Pinho

CARACTERIZAÇÃO

Tipo: Habitação Unifamiliar Agrupada Tipologia: T3
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 2 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

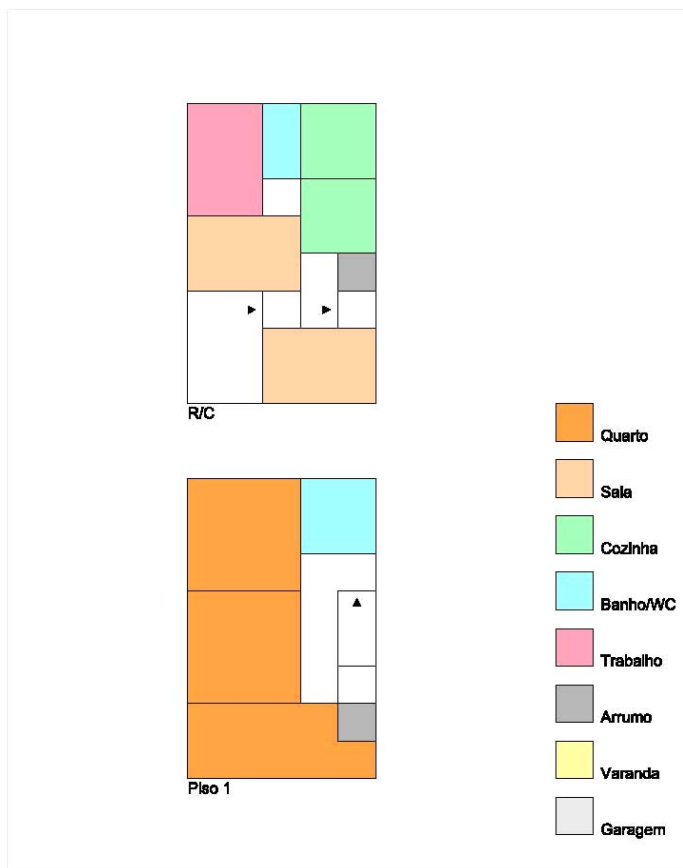
Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematização interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catlogação: I 4 Referência: C4

Cooperativa: Moradia Portuguesa

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 502 Data Lic.: 31-08-1953 Data vistoria final: 03-02-1955 Data Req.: 07-04-1952

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua Tristão da Cunha Freguesia: Lordelo do Douro
Rua (verificação): Tristão da Cunha (R. de) Número: 252-258

IDENTIFICAÇÃO

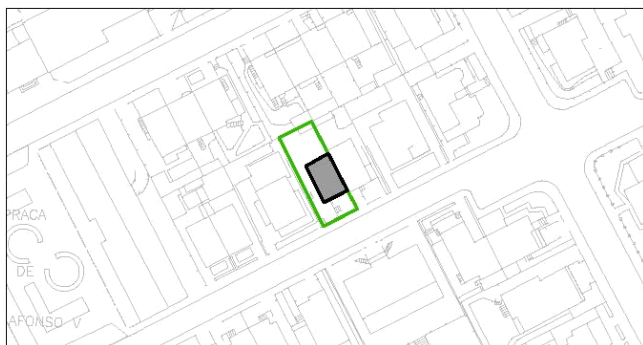
Pelo Requerente: Francisco da Silva Amaral Função: Presidente
Técnicos: José Carlos Loureiro Profissão: Arquitecto
António Augusto dos Santos Soares Eng. Civil
Texto da Licença: Construir uma casa para o associado n.º 14, Maria Fernanda de Sá Couto Dias

CARACTERIZAÇÃO

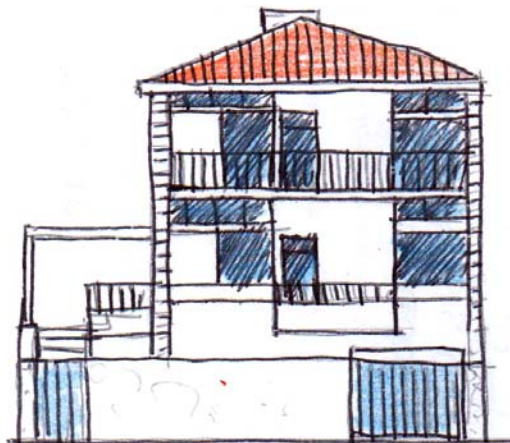
Tipo: Habitação Unifamiliar Agrupada Tipologia: T3
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 351 Referência: C4

Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 629 Data Lic.: 04-09-1950 Data vistoria final: 27-03-1952 Data Req.: 23-09-1949

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua D. João de Castro Freguesia: Lordelo do Douro
Rua (verificação): D. João de Castro (R. de) Número: 149-157

IDENTIFICAÇÃO

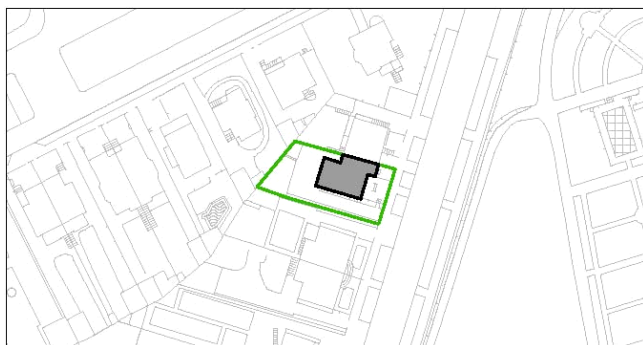
Pelo Requerente: Paulo Costa Função: Director - Secretário
Técnicos: Alfredo Rodrigo Casaes Rodrigues Profissão: Arquitecto
Manuel Gomes da Costa Eng. Civil
Texto da Licença: Construir um prédio de habitação para o sócio n.º 1153, Costa Leite

CARACTERIZAÇÃO

Tipo: Habitação Unifamiliar Agrupada Tipologia: T2+1/T4
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 2

ELEMENTOS GRÁFICOS

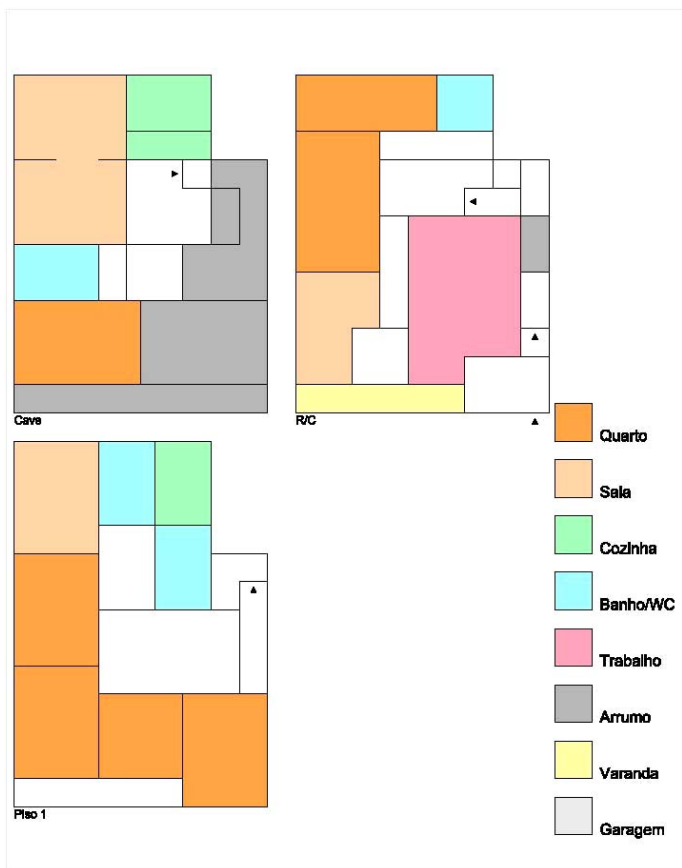
Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catlogação: L 399 Referência: C3

Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 198 Data Lic.: 11-04-1955 Data vistoria final: 19-01-1956 Data Req.: 08-07-1954

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Avenida Epitácio Pessoa Freguesia: Aldoar
Rua (verificação): Dr. Antunes Guimarães (Av. do) Número: 779-781
Fonte da Moura (R. da) 746

IDENTIFICAÇÃO

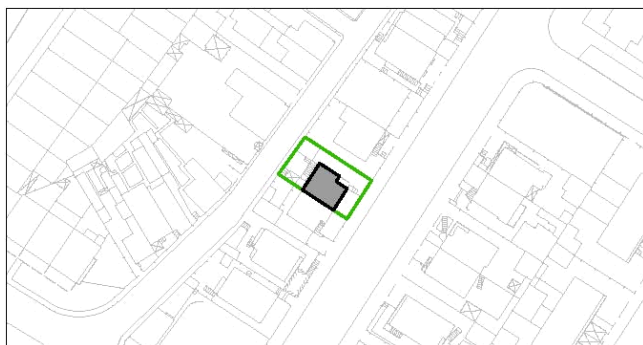
Pelo Requerente: Ernesto Alves Pereira Função: Pelo Presidente
Técnicos: Amândio Pinto Marcelino Profissão: Arquitecto
Joaquim da Silva Bessa Eng. Civil
Texto da Licença: Construir um prédio para os sócios n.º 3585 e 3674, Joaquim da Assunção Sousa Oliveira e Carlos da Assunção Gomes de Oliveira

CARACTERIZAÇÃO

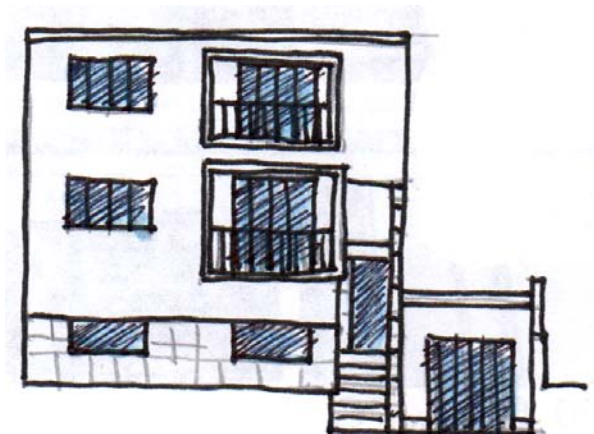
Tipo: Habitação Unifamiliar Agrupada Tipologia: T3+1
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematização interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catlogação: L 406 Referência: C3

Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 157 Data Lic.: 07-04-1956 Data vistoria final: 03-10-1957 Data Req.: 29-12-1954

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua de S. João de Brito Freguesia: Ramalde
Rua (verificação): S. João de Brito (R. de) Número: 200-204

IDENTIFICAÇÃO

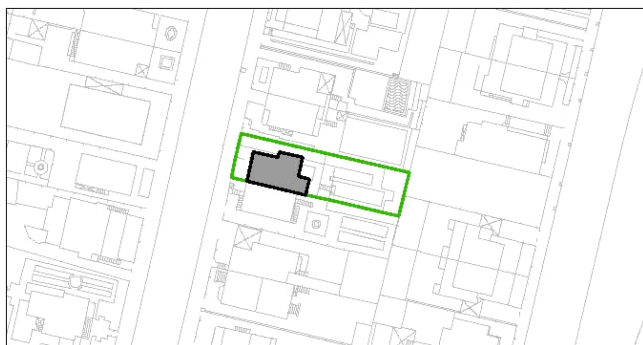
Pelo Requerente: Ernesto Alves Pereira Função: Pelo Presidente
Técnicos: Francisco Fernandes da Silva Granja Profissão: Arquitecto
Júlio José de Brito Eng. Civil
Texto da Licença: Construir um prédio para a sócia n.º 4042, Maria Emília Fernandes Guimarães Felix

CARACTERIZAÇÃO

Tipo: Habitação Unifamiliar Agrupada Tipologia: T3+1
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



[3] HABITAÇÃO EM BANDA: CASOS EXEMPLARES¹¹⁴

¹¹⁴ Extracto da Base de Dados.

Cooperativas de Habitação - Porto

Catlogação: D 6 Referenciação: C4

Cooperativa: Edificadora Previdente

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):

Licença n.º: 450 Data Lic.: 03-07-1950 Data vistoria final: 29-03-1951 Data Req.: 12-09-1949

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua de Fez Freguesia: Lordelo do Douro

Rua (verificação): Fez (R. de) Número: 1080

IDENTIFICAÇÃO

Pelo Requerente: João Ferrão Função: Pela Direcção

Técnicos: Agostinho Ferreira de Almeida Profissão: Arquitecto

Manoel Lopes de Amorim Eng. Civil

Maximiano Rebelo dos Santos Eng. Auxiliar

Texto da Licença: Construir um prédio para o sócio n.º 12, António da Silva Santos

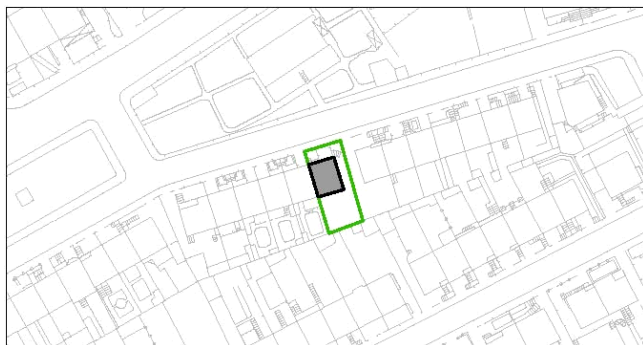
CARACTERIZAÇÃO

Tipo: Habitação Unifamiliar em Banda Tipologia: T3

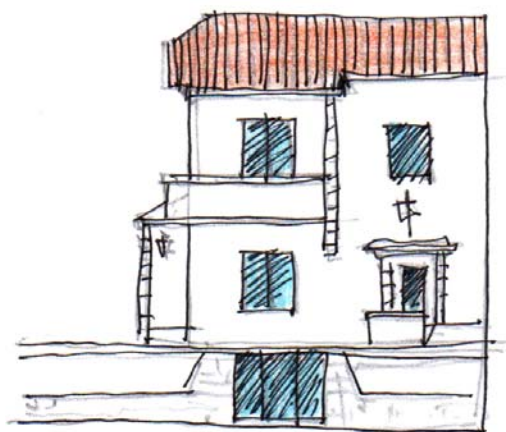
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

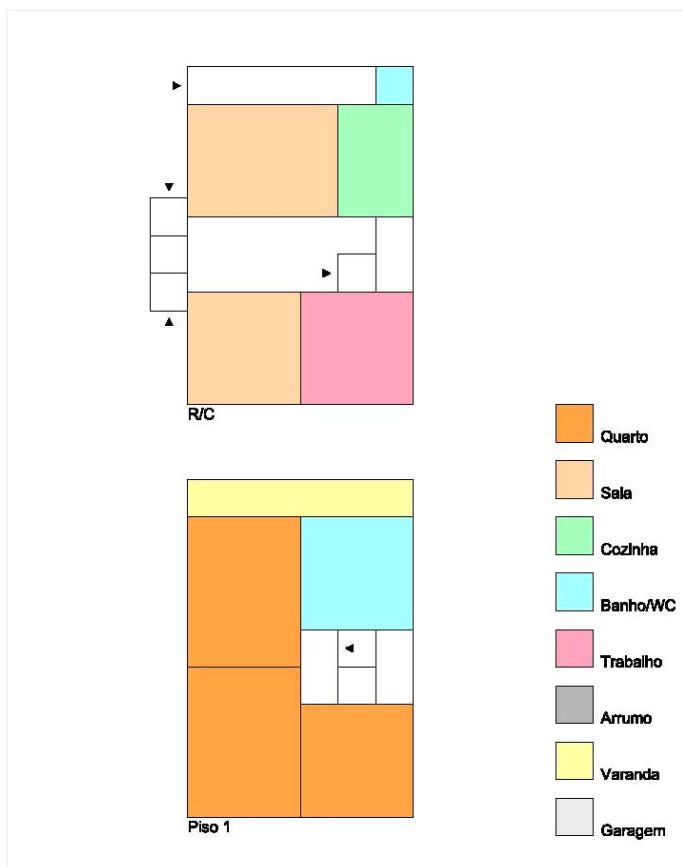
Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: F 7 Referência: G4
Cooperativa: Lar Económico

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 580 Data Lic.: 09-11-1956 Data vistoria final: 25-07-1959 Data Req.: 28-07-1956

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua do Monte Aventino Freguesia: Campanhã
Rua (verificação): Monte Aventino (R. do) Número: 100

IDENTIFICAÇÃO

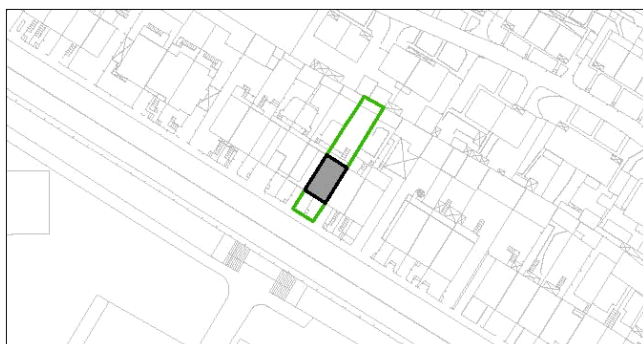
Pelo Requerente: Victor Nunes de Almeida Pinheiro Função: Presidente
Técnicos: Manuel Jorge Martins de Meireles Profissão: Eng. Civil
Joaquim Mendes Jorge Eng. Auxiliar
Texto da Licença: Construir um prédio para o associado n.º 114

CARACTERIZAÇÃO

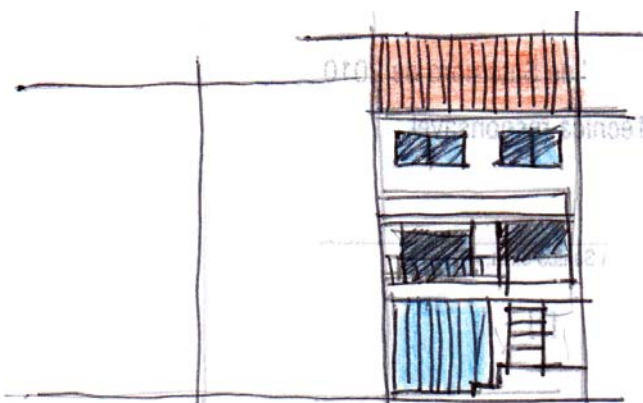
Tipo: Habitação Unifamiliar em Banda Geminada Tipologia: T3+1
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: H 7 Referência: C2
Cooperativa: Lar Operário Católico

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 416 Data Lic.: 13-08-1956 Data vistoria final: 06-09-1956 Data Req.: 20-07-1956

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Bloco L do Bairro Leão XIII Freguesia: Aldoar
Rua (verificação): Duarte de Almeida (R. de) Número: 32-46

IDENTIFICAÇÃO

Pelo Requerente: Abílio Moreira Guimarães Função: Presidente
Técnicos: Profissão:
Texto da Licença: Construir seis moradias para os sócios Adão Vieira, Álvaro da Costa Velho, Joaquim Pinto Ramos, António Joaquim Macieira, Manuel da Silva Morais e Carlos Martins

CARACTERIZAÇÃO

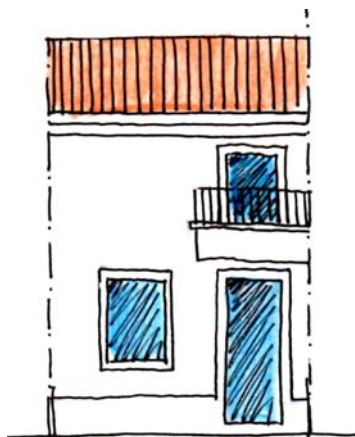
Tipo: Habitação Unifamiliar em Banda Geminada Tipologia: T2+1
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 2 Nr. fogos: 6

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: J 65 Referência: C4
Cooperativa: O Lar Familiar

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 653 Data Lic.: 31-10-1955 Data vistoria final: 26-09-1963 Data Req.: 04-01-1954

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Entre a Rua Ciríaco Cardoso e Travessa de Cima Freguesia: Lordelo do Douro
Rua (verificação): Carlos Dubini (R. de) Número: 153

IDENTIFICAÇÃO

Pelo Requerente: Luís Domingues Caetano de Oliveira Função: Pela Direcção
Técnicos: Mário Bonito Profissão: Arquitecto
João Silva Lino Const. Civil
Texto da Licença: Construir um bairro de moradias; construir 15 moradias do tipo A e 46 do tipo B; edificar casas de r/c e 1.º andar independentes destinadas a sócios com pouca família e reduzidos recursos financeiros

CARACTERIZAÇÃO

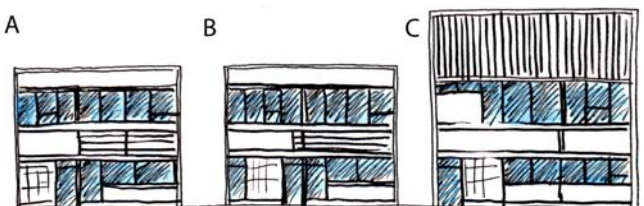
Tipo: Habitação Unifamiliar em Banda Tipologia: T4
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 2 Nr. fogos: 82

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematização interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 279 Referência: G2
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 308 Data Lic.: 04-06-1949 Data vistoria final: 17-08-1949 Data Req.: 04-02-1949

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua de Belém Freguesia: Campanhã
Rua (verificação): Belém (R. de) Número: 424-430

IDENTIFICAÇÃO

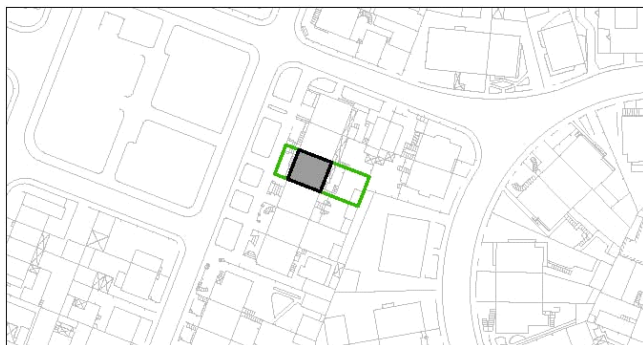
Pelo Requerente: Joaquim Pereira da Silva Função: Presidente
Técnicos: Mário Augusto Ferreira de Abreu Profissão: Arquitecto
Osvaldo Morgado dos Santos Silva Eng. Civil
Texto da Licença: Construir um prédio de habitação para os sócios n.º 3531 e 2583, António José Borges e Ana Rodrigues da Cruz Borges

CARACTERIZAÇÃO

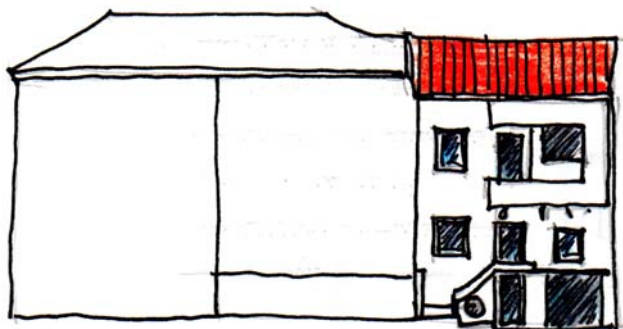
Tipo: Habitação Unifamiliar em Banda Tipologia: T3
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

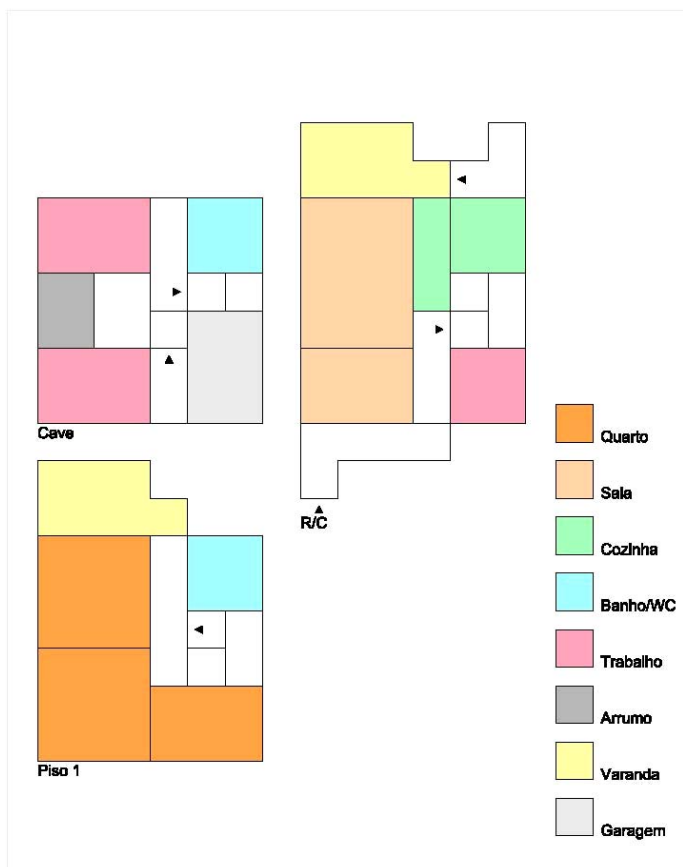
Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematização interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 320 Referência: C4
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 177 Data Lic.: 11-03-1950 Data vistoria final: 11-12-1952 Data Req.: 26-09-1949

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua de Fez, talhão n.º 10 Freguesia: Lordelo do Douro
Rua (verificação): Fez (R. de) Número: 1044

IDENTIFICAÇÃO

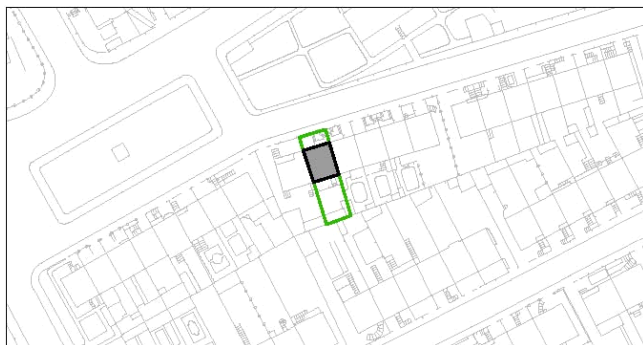
Pelo Requerente: Paulo Costa Função: Director - Secretário
Técnicos: Carlos Henrique da Silva Neves Profissão: Arquitecto
Texto da Licença: Construir um prédio para as sócias n.º 3520 e 3521, Amélia de Oliveira e Silva Neves e Maria de Jesus Oliveira e Silva Neves

CARACTERIZAÇÃO

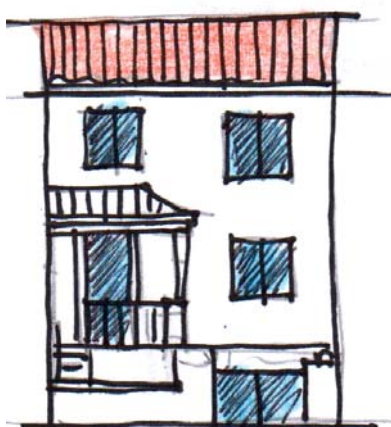
Tipo: Habitação Unifamiliar em Banda Geminada Tipologia: T2
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

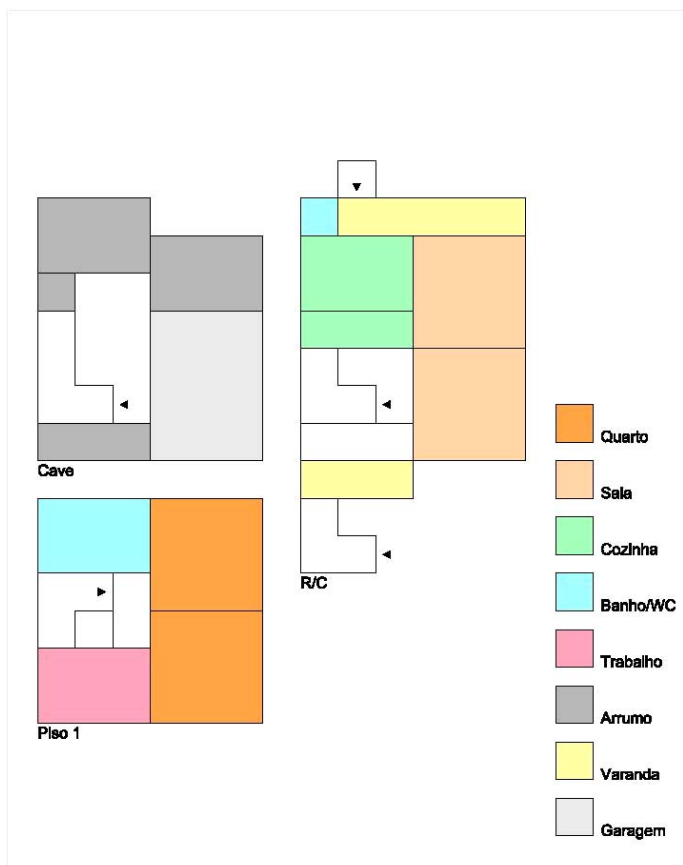
Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



[4] HABITAÇÃO CONTÍGUA: CASOS EXEMPLARES¹¹⁵

¹¹⁵ Extracto da Base de Dados.

Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 5 Referência: D4
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Histórico (CMP) Vol. / Livro: 707 555 Folha(s): 742-754
Licença n.º: 97 Data Lic.: 23-07-1934 Data vistoria final: Data Req.: 11-04-1934

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua das Artes Gráficas Freguesia: Ramalde
Rua (verificação): Artes Gráficas (R. das) Número: 67-71

IDENTIFICAÇÃO

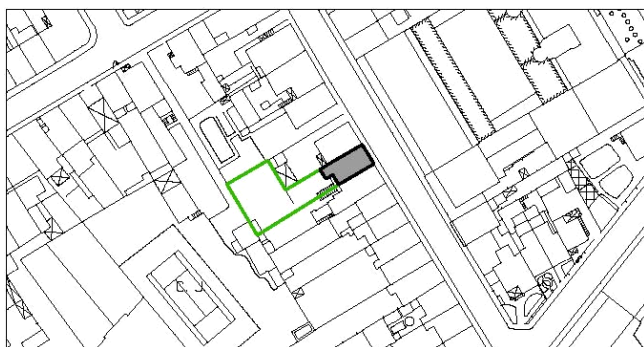
Pelo Requerente: José de Castro Magalhães Função: Secretário
Técnicos: Leandro de Moraes Profissão: Arquitecto
Mário Rodolfo Revisoni Ramires Eng. Auxiliar
Texto da Licença: Construir um prédio para o sócio Manoel Tavares Coutinho

CARACTERIZAÇÃO

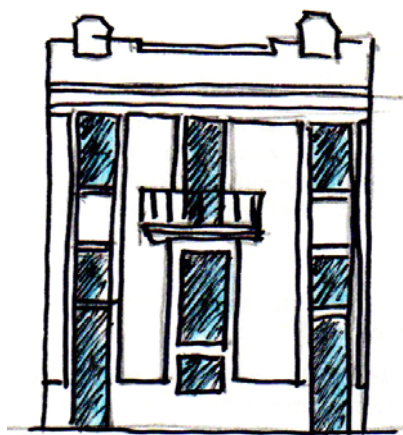
Tipo: Habitação Bifamiliar Contígua Tipologia: T2
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 2 Nr. fogos: 2

ELEMENTOS GRÁFICOS

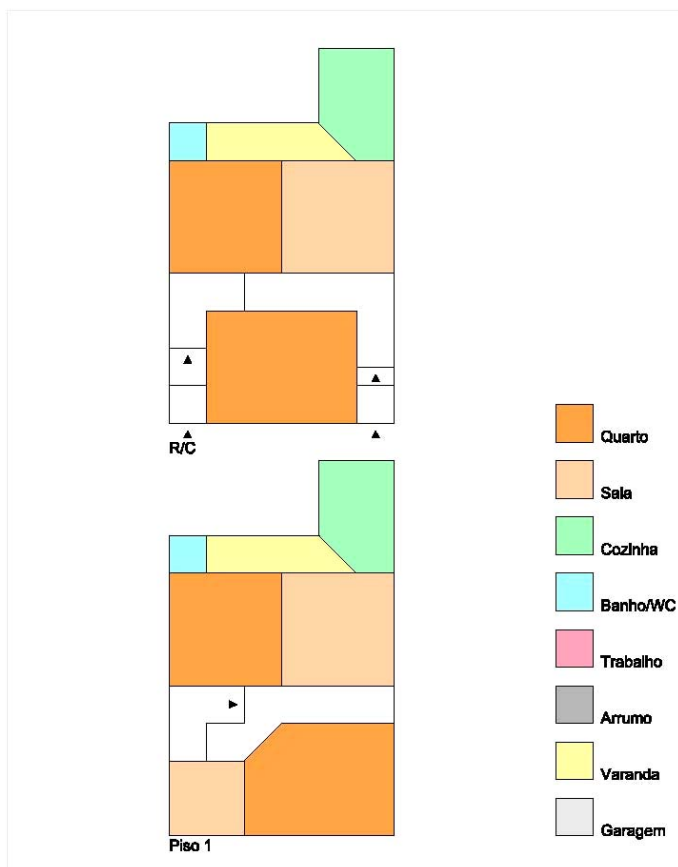
Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquemática interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catlogação: L 51 Referenciação: F4
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 30 Data Lic.: 27-01-1942 Data vistoria final: 09-01-1943 Data Req.: 23-05-1941

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Prolongamento da Rua de Santos Pousada Freguesia: Bonfim
Rua (verificação): Santos Pousada (R. de) Número: 1274-1286

IDENTIFICAÇÃO

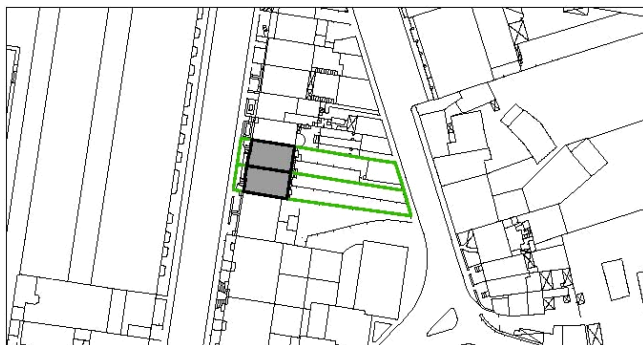
Pelo Requerente: (ilegível) Função: Pelo Presidente
Técnicos: Mário Carlos Barbosa Ferreira Profissão: Arquitecto
Alfredo Viana de Lima Arquitecto
Francisco Brito Limpo de Faria Eng. Civil
Texto da Licença: Construir duas casas destinadas aos sócios n.º 108 e 117, Ricardino Augusto Baptista e Abel Augusto Baptista

CARACTERIZAÇÃO

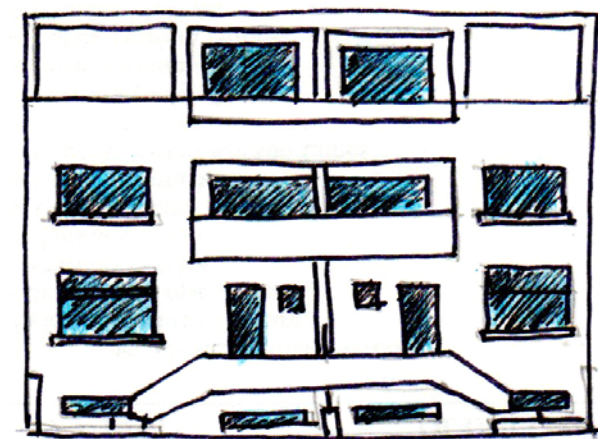
Tipo: Habitação Unifamiliar Contígua Geminada Tipologia: T4+1
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 4 Nr. fogos: 2

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematisação interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 201 Referência: E3
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 66 Data Lic.: 30-01-1947 Data vistoria final: 19-08-1948 Data Req.: 09-09-1946

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua de Montalegre Freguesia: Paranhos
Rua (verificação): Monte Alegre (R. do) Número: 77-79

IDENTIFICAÇÃO

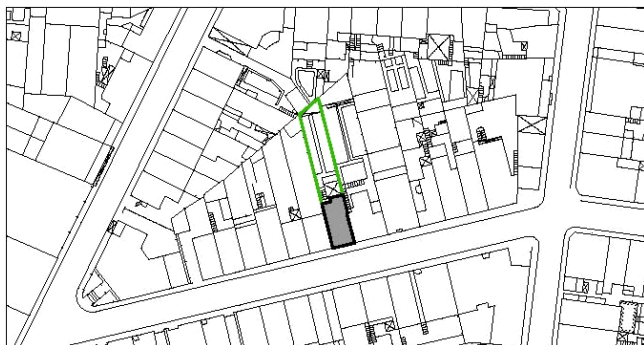
Pelo Requerente: Felisbino Machado Função: Vice presidente
Técnicos: Aucíndio Ferreira dos Santos Profissão: Arquitecto
Maximiano Rebelo dos Santos Eng. Auxiliar
Texto da Licença: Construir um prédio para o sócio n.º 2894, Mário Monteiro Leal Pecegheiro

CARACTERIZAÇÃO

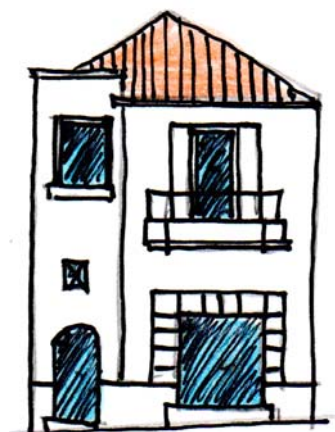
Tipo: Habitação Unifamiliar Contígua Tipologia: T2+1
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☒ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematização interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catálogo: L 223 Referência: E3
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 255 Data Lic.: 01-05-1947 Data vistoria final: 21-07-1949 Data Req.: 27-12-1946

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua de S. Diniz Freguesia: Paranhos
Rua (verificação): S. Dinis (R. de) Número: 674-678

IDENTIFICAÇÃO

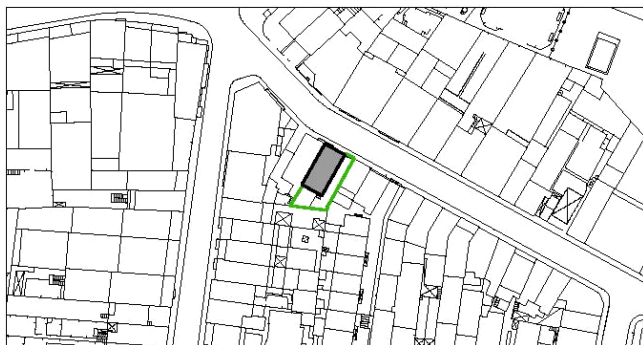
Pelo Requerente: Joaquim Pereira da Silva Função: Presidente
Técnicos: Aucíndio Ferreira dos Santos Profissão: Arquitecto
Victor Santos Almeida Eng. Civil
Texto da Licença: Construir um prédio de habitação para os sócios n.º 2462 e 1661, Aquilino Cândido Torres e esposa, Rosa da Costa

CARACTERIZAÇÃO

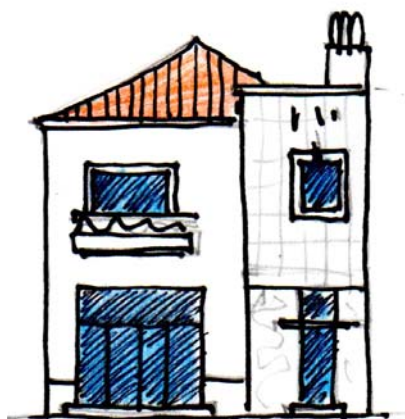
Tipo: Habitação Unifamiliar Contígua Geminada Tipologia: T3
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☒ Nr. pisos: 2 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

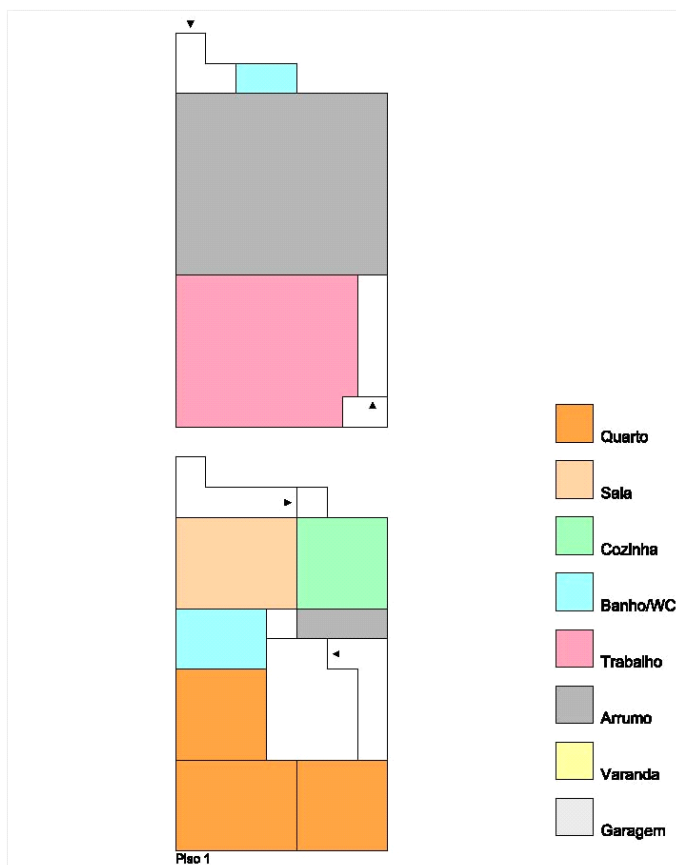
Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematização interna:



Cooperativas de Habitação - Porto

Catlogação: L 324 Referenciação: E3
Cooperativa: O Problema da Habitação

FONTES

Arquivo: Arq. Geral (CMP) Vol. / Livro: Folha(s):
Licença n.º: 228 Data Lic.: 04-04-1950 Data vistoria final: 28-06-1951 Data Req.: 21-11-1949

LOCALIZAÇÃO

Rua (licença): Rua de Sousa Pinto Freguesia: Paranhos
Rua (verificação): Sousa Pinto (R. de) Número: 190-198

IDENTIFICAÇÃO

Pelo Requerente: Paulo Costa Função: Director - Secretário
Técnicos: Carlos Henrique da Silva Neves Profissão: Arquitecto
Victor Santos Almeida Eng. Civil
Texto da Licença: Construir um prédio de habitação para os sócios n.º 2376 e 130, Camilo Dias Guimarães e Aurora Marques Neves Almacinha Guimarães

CARACTERIZAÇÃO

Tipo: Habitação Unifamiliar Contígua Tipologia: T3
Estado: Construído Existente Com./Serv.: ☐ Nr. pisos: 3 Nr. fogos: 1

ELEMENTOS GRÁFICOS

Localização Geográfica:



Alçado Principal:



Esquematização interna:

